



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia**

RITA DE CÁSSIA RIBEIRO LOPES

**DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO À REPRODUÇÃO DA VIDA: A CLASSE
TRABALHADORA DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA ENTRE O TRABALHO E A
MORADIA**

Vitória da Conquista/BA
2020

RITA DE CÁSSIA RIBEIRO LOPES

**DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO À REPRODUÇÃO DA VIDA: A CLASSE
TRABALHADORA DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA ENTRE O TRABALHO E A
MORADIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Orientação: Prof.^a. Dr.^a. Suzane Tosta Souza.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico.
Linha de Pesquisa: Produção dos espaços urbanos e rurais.

Vitória da Conquista/BA
2020



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos Creative Commons

L85r

Lopes, Rita de Cássia Ribeiro.

Da reprodução do espaço à reprodução da vida: a classe trabalhadora de Vitória da Conquista/Ba entre o trabalho e a moradia. / Rita de Cássia Ribeiro Lopes, 2020.

167f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr^a. Suzane Tosta Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de

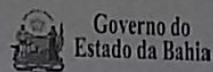
Pós-Graduação em Geografia - PP GEO, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referência F. 151 – 155.

1. Produção contraditória do Espaço Urbano. 2. Moradia e Trabalho. 3. Classe trabalhadora – Produção do Espaço Urbano. I. Souza, Suzane Tosta. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO. T. III.

CDD: 307.76

*Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890***
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

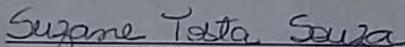
DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO À REPRODUÇÃO DA VIDA: A CLASSE TRABALHADORA DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA ENTRE O TRABALHO E A MORADIA

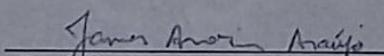
RITA DE CÁSSIA RIBEIRO LOPES

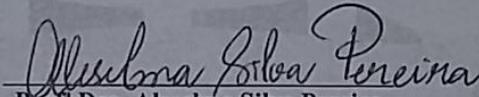
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 24 de março de 2020

Banca Examinadora


Prof.^a Dra. Suzane Tosta Souza
(Orientadora) (UESB)


Prof. Dr. James Amorim Araújo
(Examinador Externo) (UNEB)


Prof.^a Dra. Aleselma Silva Pereira
(Examinadora Interna) (UESB)

Vitória da Conquista- BA

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8741 | ppgeo@uesb.edu.br

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequeizinho
CEP 45.200 - 000
PABX: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP: 45031 - 300
PABX: (77) 3424 - 8600

Não é dado a qualquer um tomar banho de multidão. Desfrutar da massa é uma arte e só poderá fazer, às custas do gênero humano, uma orgia de vitalidade, aquele a quem uma fada terá insuflado no berço o gosto pelo disfarce e a máscara, o ódio do domicílio e a paixão pela viagem.

Multidão, solidão: termos iguais e permutáveis, para o poeta ativo e fecundo. Quem não sabe povoar sua solidão tampouco sabe estar só em meio a uma massa azafamada.

Goza o poeta desse incomparável privilégio de poder ser, a bel-prazer, ele próprio o outrem. Igual a essas almas errantes em busca de um corpo, ele entra, quando quer, na personagem de qualquer um. Para ele apenas, tudo está vacante; e se alguns lugares lhe parecem estar fechados, e que a seus olhos não valem a pena ser visitados.

O andarilho solitário e pensativo tira uma embriaguez singular desta comunhão. Quem desposa facilmente a massa conhece gozos febris, dos quais serão eternamente privados o egoísta, trancado como um cofre, e o preguiçoso, internado como um molusco. Ele adota como suas todas as profissões, todas as alegrias e de todas as misérias que a circunstância lhe apresenta.

O que os homens denominam amor é bem pequeno, restrito e frágil, se comparado a esta inefável orgia, a esta santa prostituição da alma que se dá por inteiro, poesia e caridade, ao imprevisto que se mostra, ao desconhecido que passa.

As massas, Charles Baudelaire

À minha família, em especial a minha vizinha, **Rita Rosa dos Santos** (em memoriam), por seu amor e atenção que sempre dedicou a mim e por seu exemplo de mulher forte e perseverante, além dos seus ensinamentos que foram muitos, e contribuíram para eu me tornar quem sou.

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas que tenho a agradecer! Provavelmente não será possível expressar a minha gratidão em palavras a todos que, de alguma forma, contribuíram nessa minha caminhada, no entanto tenho em minha mente e em meu coração todos vocês!

Inicialmente agradeço a **Deus** pelo dom da vida, e a meus pais: **Alvino Ribeiro Cascais e Hilda Maria dos Santos** por permitirem a minha existência e me ensinarem valores que contribuíram para minha formação humana.

Agradeço imensamente a minha vizinha **Rita Rosa dos Santos**, que não está mais entre nós, mas vive eternamente em meu coração. Você foi e será um grande exemplo para mim e para aqueles que tiveram a honra de conviver com a senhora!

Agradeço grandiosamente o meu esposo **Genivaldo Teixeira Lopes**, pelo apoio, compreensão, companheirismo e, principalmente por entender a minha condição de ser mãe, mulher e estudante. E ao meu amado filho **Luís Felipe Ribeiro Lopes**, pelo carinho e palavras que acalmava o meu coração, e que por muitas vezes dormia em meu colo enquanto eu estudava, só para ficar com a mamãe. Você meu filho é minha grande inspiração!

A vocês irmão e irmãs, **Sonia, Ana Paula, Davi**, e a você **Tatiane** que tanto me ajudou nos momentos de angústias, você contribuiu muito!

Agradeço também aos meus sobrinhos e sobrinhas e de maneira especial a vocês **Tamires e Talita**, muito obrigada por suas contribuições.

Estendo esses agradecimentos a uma pessoa muito especial, com quem tive a honra de conviver desde a graduação e que esteve presente nessa trajetória. Mulher de fibra, determinação e muita competência, minha professora, orientadora e amiga, Dr^a **Suzane Tosta Souza**. Suas contribuições foram essenciais para o término desse trabalho, aprendi muito com você, e seus aportes teóricos carregarei sempre comigo. Meu muito obrigada!

Meu franco agradecimento à professora Dr^a **Aleselma Silva Pereira** e ao professor Dr **James Amorim Araújo**, por todas as contribuições teóricas que foram tão enriquecedoras em minha banca de qualificação, momento de grande aprendizado para ampliar as discussões teóricas em torno da realidade de estudo. Muito obrigada!

Agradeço ao **Programa de Pós-Graduação em Geografia** (PPGeo/UESB). Ao coordenador do PPGeo e professor Dr **Mário Rubem Costa Santana**, por sua compreensão e contribuições teóricas. E não poderia deixar de agradecer o chocolate quente que aquecia as tardes de inverno enquanto você proporcionava a turma importantes discussões em sala de aula. Obrigada a **Janaina Serejo** pela disponibilidade e competência com que nos auxiliou nas questões mais burocráticas. Agradeço também a **Zaira Bonfim** atual secretária do PPGeo.

Agradeço ao Departamento de Geografia (DG/UESB). Agradeço aos meus colegas do mestrado, **Adriana, Crislaine, Dhione, Eliana**. A você **Eliane**, por suas intervenções, contribuições teóricas e por seu jeito alegre de viver. Aos demais colegas, **Gabriela, Júnio, Macsuele**. Agradeço a **Maiara** que tanto me acalmava nos momentos de angústias, e a você **Matheus** por fazer parte dessa caminhada desde a graduação. A vocês: **Nielson** e **Uriana**. Sem a parceria de todos vocês a trajetória seria bem mais árdua e as discussões não seriam tão enriquecedoras.

Agradeço a minha primeira professora **Jolina Maria Lopes**, que com tão poucos recursos me ensinou a ler e escrever. Com seu jeito simples e carinhoso aprendi a recitar os meus primeiros poemas e ao meu professor do ensino médio, que me fez apaixonar pela Geografia: **Auristênisson Mota**.

Aos professores do curso de Geografia e do mestrado que também fizeram parte desse processo, meu muito obrigada. **Aline Fialho** por seus incentivos e encorajamento. A **Edvaldo** por suas palavras que tem o dom de acalmar, e a **Jânio Diniz** por sua paciência e parceria.

E as colegas do curso de graduação que se tornaram amigas e vivenciam também momentos dessa minha trajetória no mestrado. A **Luma Dutra**, que ajudou com a tabulação dos dados e a você **Maíra Lopes** meu muito obrigada não só pela ajuda com os gráficos, mas também pela amizade, por suas palavras de conforto nos momentos de angústias. Agradeço ainda a **Mariluce Ferreira**, por disponibilizar seu tempo e me acompanhar no trabalho de campo.

Agradeço a **CAPES** por financiar parte de minha pesquisa.

E eu não poderia deixar de agradecer aos **trabalhadores** e **trabalhadoras**, principalmente os da construção civil, pela disponibilidade de mesmo cansados, após uma longa jornada de trabalho, pararem e conversar e expor muito de como é a realidade de cada um nas entrevistas e conversas realizadas nessa pesquisa.

Meus agradecimentos aos **Grupos de Pesquisa: Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade na Produção do Espaço** (CNPq/LEAU-UESB) e **Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais** (GPECT/CNPq/UFS) aos quais participo como pesquisadora e que muito tem contribuído para ampliar minhas leituras não só com a teoria, mas também por meio da práxis emancipatória. E ao **Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos** (LEAU-UESB), nas figuras de seus representantes, alunos, professores e funcionários.

Agradeço todos que fizeram parte dessa caminhada, sem a presença de vocês, tudo seria bem mais difícil!

RESUMO

A presente dissertação objetiva compreender o processo de produção do espaço urbano de Vitória da Conquista, enquanto uma singularidade na totalidade, na qual estão presentes as contradições inerentes à forma de produção social da cidade e sua apropriação desigual, relegando aos reais produtores da riqueza – os trabalhadores – as formas mais limitadas, ou mesmo o não acesso ao que a cidade oferece. Nesse propósito, a teoria marxista encontra, nas reflexões iniciadas por Karl Marx e outros teóricos que partem de suas análises, os elementos necessários para se compreender as formas nas quais o processo de perda da unidade produção/reprodução da vida se estabelece no espaço urbano. Foi com base nessa reflexão que a presente pesquisa buscou compreender que as formas de reprodução social da classe trabalhadora na periferia urbana – e o acesso à moradia – no geral por meio de programas de habitação popular, por si só, não têm sido suficientes para garantir aos trabalhadores sua reprodução social com o mínimo de dignidade. Essa pressupõe, sobretudo, o acesso ao trabalho e às condições concretas de reproduzir a vida. Para tanto, foi realizada coleta de dados em áreas de conjuntos habitacionais e demais formas de apropriação da moradia de trabalhadores na periferia urbana de Vitória da Conquista/BA; dados referentes ao acesso ao trabalho para os trabalhadores, em destaque os da construção civil, e a fragmentação entre os espaços de trabalho e de moradia que estes vivenciam. Além desses dados do IBGE/PNAD, documentos oficiais, mapeamento e acervo fotográfico compuseram instrumentos essenciais na leitura da realidade. Afere-se que as formas de moradia, quer sejam essas precárias (por meio de ocupações ou não) ou vinculadas aos programas de financiamentos, permitem compreender que o acesso às mesmas, para frações significativas da classe trabalhadora, se efetiva como uma contradição ao viver na/a cidade. Nesse sentido, o trabalho – enquanto forma única de reprodução dos trabalhadores expropriados dos meios de produção – adquire centralidade, mas ao mesmo tempo, permite indicar a quebra da unidade entre a produção do espaço e a reprodução da vida (entre o caracol e sua concha), condição para a produção da riqueza apartada de seus reais produtores. E a leitura da produção do espaço urbano conquistense permitiu aferir essa realidade.

Palavras-Chave: Produção contraditória do Espaço Urbano; Trabalho; Moradia.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the process of production of urban space in Vitoria da Conquista, while a singularity in totality, in which the contradictions are present inherent in the form of social production of the city and its uneven appropriation, relegating to the true producers of the wealth - the workers - the more limited forms, or even the lack of access to which the city offers. In this regard, the Marxist theory finds, in the reflections initiated by Karl Marx and other theoreticians who depart from their analyses, the elements needed to understand the ways in which the process of loss of life production/reproduction-unit establishes in urban space. It was based on the reflection that the present research aimed to understand the ways of social reproduction of the working class in the urban periphery - and access to housing - in general through programs of popular housing alone have not been sufficient to guarantee workers their social reproduction with a minimum of dignity. It mainly implies access to employment and the concrete conditions of reproducing life. therefore, data collection was performed in areas of housing and other forms of ownership of housing for workers in the urban periphery of Vitoria da Conquista/BA; data relating to access to employment for workers in the civil construction, and the fragmentation between the spaces of labor and housing that they experience. In addition to these data from IBGE/PNAD, official documents, mapping and photo collection comprised essential instruments in the reading of reality. It considers that the forms of housing, whether precarious (by means of occupations or not) or linked to financing programs, allow understanding that the access to the same, for significant fractions of the working class, is effective as a contradiction to live in/the city. Thus, the labor - as a unique way of reproduction of workers expropriated from the means of production - acquires centrality, but at the same time allows indicating the breakdown of unity between the production of space and the reproduction of life (between the snail and its shell), a condition for the production of wealth apart from their real producers. Moreover, the reading of the production of Vitoria da Conquista urban space allowed confronting this reality.

Keywords: Contradictory Production of Urban Space; Labor; Housing.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Composição das famílias entrevistadas, Vitória da Conquista/BA, 2019	111
Gráfico 02 – Formas de lazer utilizado pelas famílias entrevistadas, nos conjuntos habitacionais Vila Sul e Vila Bonita – Bairro Airton Senna, Zona Sul da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019	120
Gráfico 03 – Dados referentes a alteração na renda das famílias entrevistadas ao longo do ano. Vitória da Conquista/BA, 2019	124
Gráfico 04 – Qualidade e acesso aos serviços públicos de saúde, segundo os trabalhadores entrevistados. Vitória da Conquista/BA	126
Gráficos 05 – Informações referentes a obtenção de renda por parte dos trabalhadores da construção civil entrevistados, Vitória da Conquista/BA, 2019	129
Gráficos 06 – Informações referentes a obtenção de renda por parte dos trabalhadores da construção civil entrevistados, Vitória da Conquista/BA, 2019	130
Gráficos 07 – Tempo em que os trabalhadores da construção civil gastam para chegar ao trabalho, Vitória da Conquista/BA, 2019	133
Gráficos 08 – Meios de transporte utilizados pelos trabalhadores a construção civil, Vitória da Conquista/BA, 2019	134
Gráfico 09 – Faixa etária dos trabalhadores da construção civil entrevistados em Vitória da Conquista, 2019	136
Gráfico 10- Escolaridade dos trabalhadores da construção civil entrevistados. Vitória da Conquista/BA, 2019	138
Gráfico 11 – Local onde mora alguns dos trabalhadores da Construção Civil, que trabalham no Terras Alphaville, Vitória da Conquista/BA, 2019	139
Gráfico 12 – Renda dos trabalhadores da construção civil entrevistados em Vitória da Conquista/BA, 2020	143

Lista de Figuras

Figura 01 – Trecho da Avenida Olívia Flores em Reforma – Vitória da Conquista/BA, 2020	80
Figura 02 – Rua do Bairro Miro Cairo – Vitória da Conquista/BA, 2020	80
Figura 03 – Avenida Olívia Flores após reforma do trecho 1 – Vitória da Conquista/BA, 2020	80
Figura 04 – Avenida Florianópolis, Patagônia, Zona Oeste de Vitória da Conquista/BA, 2019	80
Figura 05 – Avenida Olívia Flores com Iluminação natalina, dezembro de 2019	80
Figura 06 – Praça da Zona Oeste na escuridão – Vitória da Conquista/BA, dezembro de 2019	80
Figura 07 – Trecho da Avenida J. Pedral – Boa Vista – Vitória da Conquista/BA, 2020	84
Figura 08 – Trecho da Avenida J. Pedral – Cidade Modelo – Vitória da Conquista/BA, 2019	84
Figura 09 – Shopping Boulevard, entre a Avenida Olívia Flores e a Avenida J. Pedral. Bairro Cadeias, Vitória da Conquista	84
Figura 10 – Equipamentos ao longo da Avenida J. Pedral, Trecho Morada dos Pássaros – Vitória da Conquista/BA, 2019	84
Figura 11 – Empreendimentos Imobiliários, Avenida J. Pedral, Vitória da Conquista/BA, 2020	84
Figura 12 – Tipos de residências – Loteamento Cidade Modelo, Vitória da Conquista/BA, 2019	84
Figura 13 – Padrão de residência no condomínio fechado Vila Constanza, Boa Vista, zona Sul da cidade de Vitória da Conquista/BA, 04 de julho de 2019	87
Figura 14 – Residência localizada no loteamento Conjunto da Vitória, Patagônia, zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019	87
Figura 15 – Padrão interno de casa à venda em Condomínio Fechado Horto Premier, Vitória da Conquista/BA, 2020	88
Figura 16 – Parte interna de residência localizada no loteamento Conjunto da Vitória, bairro Patagônia, zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019	88

Figura 17 – Frente de casa comercializada em condomínio de luxo – Vitória da Conquista/BA, 2020	88
Figura 18 – Quintal de residência localizada no loteamento Conjunto da Vitória, bairro Patagônia, zona Oeste de Vitória da Conquista/BA, 2019	88
Figura 19 – Assentamento Renato Magalhães – Bairro Espírito Santo – Vitória da Conquista/BA, 2018	92
Figura 20 – Desocupação/despejo da comunidade “Cidade maravilhosinha” – Loteamento Cidade Maravilhosa, Bairro Zabelê, Vitória da Conquista/BA, 2017	92
Figura 21 – Tipos de habitação – Bairro Pedrinhas, Vitória da Conquista/BA, 2017	93
Figura 22 – Desocupação violenta da Comunidade “Cidade bonita”, bairro Zabelê, Vitória da Conquista/BA, 2017	93
Figura 23 – Conjunto habitacional Lagoa Azul 1– Bairro Campinhos, Vitória da Conquista/BA	99
Figura 24 – Conjunto habitacional Lagoa Azul 1 – Bairro Campinhos, Vitória da Conquista/BA	99
Figura 25 – Conjunto habitacional Vila do Sul – Bairro Airton Senna, Vitória da Conquista/BA	99
Figura 26 – Conjunto habitacional Vila do Sul – Bairro Airton Senna, Vitória da Conquista/BA	99
Figura 27 – Entrada do Condomínio fechado Vila Constanza – Bairro Boa Vista, Vitória da Conquista/BA, 2020	105
Figura 28 – Propaganda evidenciando o padrão de moradia e conforto no Condomínio Vila Constanza, Bairro Boa Vista, Vitória da Conquista/BA, 2019	105
Figura 29 – Rua localizada no Loteamento Conjunto da Vitória, bairro Patagônia, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019	108
Figura 30 – Residências localizadas no Loteamento Conjunto da Vitória, Patagônia, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019	108
Figura 31 – Moradias precárias localizadas no Loteamento Conjunto da Vitória, bairro Patagônia, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019	108
Figura 32 – Residências do Conjunto habitacional Lagoa Azul – Bairro Campinhos, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019	116
Figura 33 – Área de lazer localizada no Conjunto habitacional Lagoa Azul – Bairro Campinhos, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019	116
Figura 34 – Área de lazer localizada no Conjunto habitacional Vila do Sul – Bairro Airton Senna, Zona Sul da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019	116
Figura 35 – Área construída para lazer no conjunto habitacional Lagoa Azul – Bairro Campinhos, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista- BA, 2019 utilizada para desenvolvimento de pequeno comércio	123

Figura 36 – Moradia temporária de trabalhadores da construção civil entrevistados em Vitória da Conquista/BA, 2019	131
Figura 37 – Moradia improvisada de trabalhadores da construção civil entrevistados em Vitória da Conquista/BA, 2019	131
Figura 38 – Construção realizada por trabalhadores entrevistados em Vitória da Conquista/BA, 2019	131
Figura 39 – Espaço de trabalho e moradia de trabalhadores da construção civil entrevistados em Vitória da Conquista/BA, 2019	131
Figura 40 – Dormitório temporário dos trabalhadores da construção, Vitória da Conquista/BA, 2019	132
Figura 41 – Dormitório de trabalhadores em construção, Vitória da Conquista/BA, 2019	132
Figura 42 – Trabalhador da construção civil, Vitória da Conquista/BA, 2019	135
Figura 43 – Meio de transporte utilizado por trabalhadores, Vitória da Conquista/BA, 2019	135
Figura 44 – Trabalhador da construção civil, Vitória da Conquista/BA, 2019	135
Figura 45 – Canteiro de obras, Vitória da Conquista/BA, 2019	135

Lista de Mapas

Mapa 01 – Área urbana da cidade utilizada como recorte de pesquisa, Vitória da Conquista/BA, 2019	22
Mapa 02 – Expansão Urbana da cidade de Vitória da Conquista/BA – 1940-2015	72
Mapa 03 – Carta imagem destacando o trecho da Perimetral, Boa Vista- Vitória da Conquista/BA, 2019	85
Mapa 04 – Conjuntos habitacionais da faixa 1 do PMCMV em Vitória da Conquista/BA, 2011-2015	98
Mapa 05 – Locais onde moram alguns dos trabalhadores entrevistados que trabalham no Condomínio Terras Alphaville. Vitória da Conquista/BA, 2019	141

LISTAS DE TABELAS E QUADROS

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Informações sobre admissões e demissões em Vitória da Conquista/BA, em 2019	128
---	-----

Lista de Quadros

Quadro 01 – Vitória da Conquista/BA – População – 1940-2010	73
Quadro 02 – Vitória da Conquista/BA – Quantidade de Loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal entre 1977-2008	74
Quadro 03 – Valores dos m ² dos principais empreendimentos em Vitória da Conquista – Bahia, 2019	142

LISTA DE SIGLAS

BA – Bahia

BNH – Banco Nacional de Habitação

DG – Departamento de Geografia

GPECT – Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Iniciação Científica

INOCOOP – Cooperativa para Construção de Habitação Popular

LEAU – Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos

MCMV – Minha Casa Minha Vida

PDU – Plano de Desenvolvimento Urbano

PMHP – Programa Municipal de Habitação Popular

PNAD – Programa Nacional de Amostragem de Domicílio

PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia

SEMDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

URBIS – Companhia de Habitação e Urbanização

V/C – Vitória da Conquista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
SEÇÃO 2	
2 A CONTRADIÇÃO CAPITAL <i>VERSUS</i> TRABALHO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	33
2.1 O trabalho na produção do espaço: valor de uso e valor de troca.....	41
2.2 A produção do espaço enquanto produto social e histórico: contribuições com base na teoria crítica.....	49
SEÇÃO 3	
3 A PRODUÇÃO CONTRADITÓRIA DO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.....	57
3.1 A cidade e o urbano, uma realidade que expressa contradições.....	60
3.2 Da apropriação à produção contraditória do espaço urbano de Vitoria da Conquista/BA.....	65
3.3 Vitoria da Conquista/BA: uma cidade desigual produzida por classes antagônicas.....	79
SEÇÃO 4	
4 ENTRE A MORADIA E O TRABALHO: A CLASSE TRABALHADORA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.....	102
4.1 Reprodução da classe trabalhadora na produção desigual do espaço urbano em Vitoria da Conquista.....	107
4.2 “O caracol e sua concha”: entre a produção do espaço e a reprodução da vida no espaço urbano de Vitória da Conquista/BA.....	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	151
APÊNDICES.....	156

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação parte das inquietações iniciadas em pesquisa de Iniciação Científica¹ e Monografia de final do Curso² de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Contribuíram ainda para as reflexões ora lançadas por essa investigação a participação no Grupo de Pesquisa: Luta pelo trabalho na periferia de Vitória da Conquista: mobilidade, permanência camponesa e reprodução da vida nas contradições do Urbano³, bem como a atuação da pesquisadora no processo de cadastramento de famílias que almejavam o acesso ao Programa de Moradia Popular intitulado: Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, entre os anos de 2010 a 2013.

À experiência adquirida na participação no referido programa de cadastramento de famílias a serem selecionadas pelo Minha Casa Minha Vida, somou-se às reflexões desenvolvidas ao longo do Curso de Licenciatura em Geografia, sobretudo as questões referentes à produção do espaço urbano. Se, por um lado, a participação no cadastramento evidenciava uma problemática urbana, referente ao acesso precarizado à moradia própria para centenas de famílias na cidade, por outro, o arcabouço teórico proporcionado pela Geografia, de um modo geral, e a Geografia Urbana de modo mais particular, nos levou, com a oportunidade de ingresso no Programa de Iniciação Científica da UESB, a refletir cientificamente (e de maneira crítica) e a buscar contribuir com o entendimento desse processo.

A continuidade da pesquisa ocorre com o desenvolvimento da monografia de final de curso, momento em que, ainda no início, se restringia a pensar as questões da moradia e das ações dos programas de habitação populares nesse processo. Contudo, já ao longo da pesquisa e, sob a influência das leituras teóricas realizadas no Grupo de Pesquisa, com destaque para a teoria de Marx e alguma aproximação com a escrita de Henri Lefebvre, a realidade apontava que a reprodução social dos sujeitos

¹ Pesquisa de Iniciação Científica da UESB desenvolvida entre os anos de 2015-2016, junto ao Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos – LEAU-DG/UESB, onde se iniciou o debate sobre a produção do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA, sobretudo a questão do acesso à moradia.

² Pesquisa de Final de curso intitulada: Da habitação popular ao direito à cidade: o programa Minha Casa Minha Vida no Vila do Sul e Vila Bonita em Vitória da Conquista – BA, no ano de 2016, orientada pela Profa. Dra. Suzane Tosta Souza.

³ Pesquisa desenvolvida junto ao Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos (LEAU-DG/UESB) sob a coordenação dos professores Suzane Tosta Souza e Jânio Roberto Diniz dos Santos. Através da referida pesquisa foi possível participar de grupos de leitura que nos permitiram a aproximação com a obra de Marx (sobretudo O Capital, vol. 1, Tomo 1) e de Henri Lefebvre, através da leitura coletiva de capítulos de A Produção do Espaço.

na cidade ia muito além do simples acesso à moradia. Os estudos empíricos realizados junto aos moradores dos Conjuntos Habitacionais do Vila Sul e Vila Bonita, permitiram apontar que apesar do acesso à moradia “própria”, as famílias contempladas vivenciavam um cotidiano de extrema dificuldade para o acesso a outras demandas básicas da população, em relação ao que a cidade oferecia, tais como: iluminação pública, saneamento básico, segurança, etc, até à circulação dos sujeitos para outros espaços da cidade, sobretudo no que se refere ao acesso ao trabalho.

Essas conclusões de pesquisa foram fundamentais para, junto a ampliação do referencial teórico sobre o assunto, nos permitir compreender a produção desigual do espaço urbano de Vitória da Conquista, e o entendimento dos programas de habitação popular como parte desse processo. A leitura da obra *O Direito à cidade*, de Henri Lefebvre (2006)⁴, permitiu ampliar o olhar sobre a realidade, entendendo que o acesso à moradia, embora fundamental à reprodução dos sujeitos, se efetivava como limitação a uma série de equipamentos e ao que a cidade oferece, sobretudo para os sujeitos mais pobres da classe trabalhadora. Além disso, a aproximação com a teoria desenvolvida por Karl Marx (1983)⁵, nos permitiu compreender as dificuldades referentes, sobretudo, ao acesso ao trabalho, condição fundamental de reprodução da classe trabalhadora detentora única e exclusivamente de sua força de trabalho. E, foi com base nessas constatações, que essa proposta de dissertação de mestrado foi elaborada.

Compreende-se que em sendo a produção do espaço configurada a partir das relações sociais estabelecidas historicamente, o entendimento sobre a sociedade e suas contradições se tornam fundamentais para se explicar como esse espaço foi e é, efetivamente produzido. Assim, a leitura das classes sociais e do desenvolvimento do modo de produção se tornam fundamentais. Com base na teoria crítica, entende-se que só há produção do espaço por meio do trabalho desenvolvido pela sociedade para garantir a reprodução de sua existência. Trabalho aqui entendido como forma única e insuperável de mediação entre a sociedade e a natureza, mas que, no modo de produção capitalista se concretiza na condição de trabalho abstrato, aquele que

⁴ Livro publicado no ano de 1968 com o título, *O Direito à Cidade*. No Brasil, a tradução do mesmo ocorre no ano de 2001. A edição utilizada pela pesquisa data do ano de 2006, conforme indica a referência: LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

⁵ Mais especificamente a leitura do volume I de *O Capital*.

produz mais-valia, historicamente apropriada pelos detentores dos meios de produção. É através dessa relação desigual entre capital *versus* trabalho que o espaço é, enfim, produzido. É assim que o argumento da tese marxista, através da qual torna-se fundamental entender as contradições entre a produção social e a apropriação individual da riqueza, adquire todo o sentido para se compreender a produção desigual do espaço urbano e o lugar dos sujeitos/classes nesse processo.

E é assim que se pôde compreender que a apropriação da moradia popular, e em geral precária, se efetiva como produto dessa contradição, uma vez que o acesso a esta se efetiva como limitação aos demais serviços a possibilidades que a cidade oferece, para os sujeitos mais pobres da classe trabalhadora. Os resultados de pesquisa permitiram afirmar que, em sendo os trabalhadores selecionados pelo programa de habitação Minha Casa Minha Vida muito pobres, e em geral tendo acesso a trabalhos com baixa remuneração, o acesso à moradia se efetivava como direito (embora limitado) à cidade, mas, ao mesmo tempo, como negação para os sujeitos atendidos (devido às dificuldades de acessar outros serviços que a cidade oferece, inclusive de se chegar ao trabalho, ou mesmo de se buscar o trabalho).

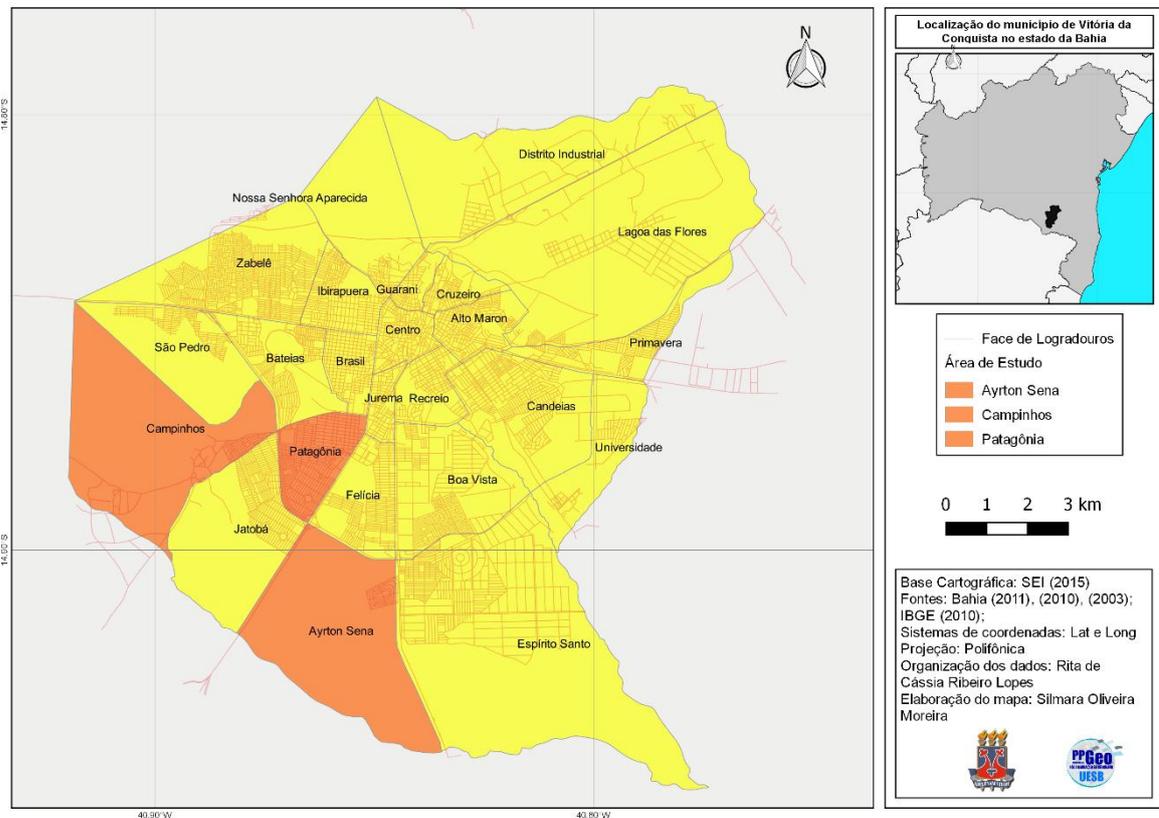
Desse modo, a possibilidade de ingresso no Curso de Mestrado nos lançou o desafio de dar continuidade e aprofundar o tratamento dessa problemática. De buscar analisar e responder sobre a produção contraditória do espaço urbano de Vitória da Conquista, aqui entendido como uma expressão real da totalidade social, sob a égide de um modo de produção fundamentado na produção do valor.

Assim, a cidade e a moradia passam a ser vistas como mercadorias que, embora necessárias à reprodução dos sujeitos, só se efetivam à medida em que permitem o processo de reprodução ampliada do capital. A cidade, então, passa a ser vista como expressão da contradição inerente a relação capital *versus* trabalho. É trabalho acumulado, distribuído desigualmente. A moradia, nesse sentido, se efetiva como valor de uso para os trabalhadores, mas igual e contraditoriamente como valor de troca (enquanto mercadoria a ser comprada e vendida). Portanto, compreende-se que o direito à cidade, na sociedade capitalista, assim, só pode se efetivar para os trabalhadores apartados dos meios de produção com limitações, à medida em que há lugar para os sujeitos/classes sociais no urbano. E esse lugar é sobredeterminado pela sua condição de classe, de quanto esses podem pagar para desfrutar das mercadorias cidade e moradia.

O espaço urbano é, portanto, compreendido como lugar de condição e reprodução das relações sociais, onde a cidade, que aparece como forma desse processo, tem passado por muitas mudanças e contradições em sua forma de apropriação. Nessa, a moradia e o trabalho, que são necessidades básicas para a continuidade da vida, não se estabelece, ou ocorre de maneira precária, para a classe trabalhadora apartada dos meios de produção. E isso tem gerado conflitos e lutas para a classe expropriada garantir a reprodução da vida nesses espaços. Isso nos leva a refletir sobre a práxis social, em uma sociedade desigual, com um modo de produção onde obter o lucro é motor pulsante para fomentar e manter as desigualdades socioespaciais. Nessa lógica, a moradia se torna uma mercadoria, e quem não tem o dinheiro para comprá-la precisa conseguir um teto, um lugar para habitar, não importa as condições nas quais essa se estabeleça, é indispensável se ter um *loco* de reprodução social.

E assim, a categoria trabalho é entendida aqui como condição essencial para compreender a fragmentação existente entre a produção do espaço urbano e a reprodução dos sujeitos sociais na periferia urbana. Por considerar a moradia como parte integrada entre a reprodução social e o trabalho, entendemos que o teórico metodológico precisa abarcar a dimensão histórica do produzir e reproduzir o espaço urbano. Nesse sentido, alguns locais tido como *lócus* de reprodução da classe trabalhadora se constituíram nosso objeto de investigação, a exemplo do loteamento conjunto da Vitória, localizado no bairro Patagônia, conjuntos habitacionais Vila do Sul e Vila Bonita, localizados no bairro Airton Senna e Lagoa Azul I e II, localizados no bairro Campinhos, ambos na cidade de Vitória da Conquista. O recorte desses bairros pode ser observado na Figura 01.

Mapa 01 - Área urbana da cidade de Vitória da Conquista/BA utilizada como recorte da pesquisa, 2019.



Esta pesquisa de dissertação, tem a intenção de contribuir com os debates da Geografia Urbana, uma vez que entende a produção do espaço como parte do conteúdo da Ciência Geográfica. Ao buscar a leitura do espaço na perspectiva da reprodução dos sujeitos sociais que trabalham, e estabelecem uma relação indissociável entre o espaço e a sociedade sobre a mediação do trabalho, objetiva-se contribuir, ainda, para os debates que apontam a centralidade dessa categoria nos estudos em Geografia.

Partindo-se da teoria marxista, destaca-se o trabalho, nesse caso a venda da força de trabalho, como condição central para os sujeitos desprovidos dos meios de produção se reproduzirem. Portanto, a relação aqui estabelecida parte da mediação capital *versus* trabalho, e das formas de acesso ao trabalho como condição central para os sujeitos permanecerem nos espaços urbanos. É por meio do trabalho que a cidade é produzida, o que no capitalismo se consolida na extração de trabalho não pago, sob a forma de lucro e renda – e na cidade se expressa no controle sobre o solo urbano, relegando aos sujeitos expropriados uma reprodução precária na cidade. A

moradia não é a única dessas dificuldades, mas torna-se fundamental para que se estabeleça 'o lugar' desses sujeitos no urbano, em sua condição de classe.

Nesse sentido, as reflexões acerca da produção contraditória do espaço urbano de Vitória da Conquista, assim como alguns dos locais de moradia da classe trabalhadora foram investigados, para melhor compreender a realidade e estabelecer a relação entre teoria e prática. Além disso, cabe entender a atuação desigual do poder público e como essa implica na precariedade de serviços básicos como: educação, saúde, lazer para os sujeitos mais pobres da classe trabalhadora, e até mesmo no transporte público – implicando no deslocamento dos sujeitos que necessitam desse para ter acesso a diversos outros locais da cidade, inclusive ao trabalho.

Ao partir da compreensão das contradições entre os espaços de produção e reprodução da vida, busca-se compreender como a classe trabalhadora se reproduz no espaço urbano. Nesse sentido os trabalhadores da construção civil, terão uma aproximação muito íntima com o nosso objeto de pesquisa, uma vez que são esses quem levantam os muros e as belas contusões dessa cidade, mas vivem em espaços segregados, ou seja, não tem acesso aos espaços que eles mesmo produzem, nessa relação entre produção e reprodução esses trabalhadores vivem no dia a dia essa fragmentação. Entende-se, assim, que a produção do espaço urbano materializa as relações sociais mediadas pelas ações do trabalho em sua condição abstrata. Nesse contexto, é necessário levantar alguns questionamentos para melhor compreender tal realidade. Como se estabelece a fragmentação entre o espaço do trabalho e o espaço da reprodução da vida, ou seja, como o acesso à moradia se efetiva nessa dialética contraditória? Nessa direção entendemos que é preciso colocar a questão da moradia para além da esfera da produção e assim romper com as leituras que limitam uma análise mais abrangente com o elo entre a moradia e o trabalho, esfera da produção e da reprodução.

Em que medida o acesso à moradia se configura como direito à cidade e no acesso/limitação aos espaços do trabalho, tendo como recorte analítico a realidade dos trabalhadores na cidade de Vitória da Conquista? Sabemos que nas últimas décadas, e principalmente nos dias atuais, as condições de produção e reprodução dos sujeitos sociais, que dependem da sua força de trabalho como meio para continuar se reproduzindo, se encontra em uma precarização total. E assim sendo, a realidade dos trabalhadores da cidade de Vitória da Conquista não se constitui situação estanque.

Quais as contradições inerentes a atuação desigual do poder público na produção do espaço urbano e como isso compromete a reprodução da vida dos sujeitos da classe trabalhadora na cidade de Vitória da Conquista/BA? No entendimento de que o poder público tem suas ações muitas vezes cooptadas ou direcionadas para atender as investidas do capital. E, por fim questiona-se: como o trabalho, condição central para a reprodução social, torna-se indispensável para a compreensão e concretização do acesso à cidade, com destaque a realidade evidenciada pelos trabalhadores de Vitória da Conquista/BA?

O espaço urbano vive constantes transformações em seu conteúdo, forma e modo de apropriação. E a classe trabalhadora busca meios de continuar se reproduzindo nesse espaço. Essa pesquisa surge da necessidade de buscar entender como a classe trabalhadora se reproduz no espaço urbano, posto que existe uma carência muito grande de acesso a diversos serviços básicos para essa classe. Para além disso, aponta-se outras motivações à realização da pesquisa, conforme já destacado, a exemplo da experiência e vivência adquirida nos três anos que atuamos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) em que, juntamente com a assistente social, fazíamos o acompanhamento de famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social e se tornava perceptível que essas se reproduziam em péssimas condições de moradia e de acesso ao que a cidade produzia. A essas motivações se somaram as leituras e discussões fundamentais para relacionar teoria e prática no entendimento das contradições existentes entre a produção e apropriação do espaço urbano.

Nessa relação capital *versus* trabalho, compreende-se que os sujeitos trabalhadores que produzem os espaços urbanos – os espaços da riqueza –, encontram-se apartados desses, em uma espécie de fragmentação, como o caracol e sua concha, em que os espaços de produção, que se estabelece pelo trabalho, não são os mesmos espaços de reprodução (ainda que precária) dos trabalhadores. É nesse propósito que o acesso à moradia, seja esse estabelecido por programa de habitação popular ou não, em diferentes tempos, acaba por definir o lugar dos sujeitos/classes no urbano, fragmentando-os, ao distanciá-los do espaço do trabalho e mesmo daquilo que a cidade dispõe.

Portanto, considera-se que a moradia faz parte de uma das necessidades básicas para garantir a continuidade da vida humana, mas é preciso compreender como esses sujeitos tem acesso ao trabalho, que é primordial para assegurar as

condições sociais no meio urbano. Levando em consideração a leitura desenvolvida por Lefebvre (2006), é de fundamental importância compreender que o direito à cidade vai muito além do habitar uma fração de terra no espaço urbano. Esse direito “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada renovada”. (LEFEBVRE, 2006, p. 116, 117). Mas, essa transformação pressupõe a superação das estruturas de apropriação e controle estabelecidas pelo capital para se apropriar do produto social do trabalho.

Ressalta-se que em pesquisas que se teve acesso, o tema relativo a fragmentação do espaço urbano, enfocando a relação entre os espaços de produção e reprodução da vida, é pouco explorado na Geografia, e mesmo nas Ciências afins. Nesse sentido, Henri Lefebvre ([1976], 2006) constitui-se importante fonte de inspiração. Apesar disso, trata-se de um estudo realizado na década de 1970 e destacando, de forma mais próxima, a realidade dos países europeus. Assim, entende-se que há uma necessidade concreta de analisar os espaços brasileiros nessa contradição estabelecida entre capital *versus* trabalho, sobretudo por conta do processo de agudização da crise estrutural e de novas dificuldades de reprodução da classe trabalhadora nos espaços, sobretudo urbanos, com destaque para a intensa precarização das condições de trabalho e do desemprego estrutural.

O debate sobre o trabalho, como condição para os trabalhadores se reproduzirem nos espaços urbanos, encontra na leitura de Karl Marx (1983), sobretudo o livro 1 de O Capital, seu principal eixo de sustentação, ao permitir o entendimento do processo do trabalho na sociedade capitalista e as formas de exploração ao qual encontra-se subsumido ao capital. Na leitura da relação capital *versus* trabalho em tempos de crise estrutural, ressaltam-se as obras de István Meszáros (2002), Lessa e Tonet (2008) e Antunes (2002 e 2005), este último enfatizando a fragmentação entre a produção e a reprodução da classe trabalhadora, entre o trabalho e a vida fora do labor. Embora tal estudo sirva como inspiração para a presente proposta de pesquisa, trata-se de uma leitura de caráter mais filosófico, ou mesmo sociológico. Entendemos ser necessário compreender o processo de produção do espaço, nessa realidade de fragmentação do processo do trabalho e de reprodução da vida. Nesse sentido, a leitura de David Harvey (2005) fundamentada no entendimento da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capital nos dá a possibilidade de fazer a leitura do espaço geográfico nessa contradição estabelecida entre capital *versus* trabalho. Destaca-se ainda, no âmbito da Geografia,

o estudo realizado por Ikuta (2003) que enfatiza esse processo de fragmentação do espaço urbano por meio do distanciamento entre o trabalho e a reprodução da vida dos sujeitos, referenciando-se na obra de Antunes (2001).

Através de tais leituras pode-se compreender que as dificuldades no acesso ao trabalho, ou o acesso precário e temporário a esse, repercute, diretamente, na reprodução desses sujeitos no urbano. Essa realidade é presente no espaço urbano conquistense, o que nos lança no desafio dessa pesquisa.

Ao buscar compreender a relação intrínseca e contraditória entre a moradia e o acesso ao trabalho, ou seja entre a reprodução da vida e a produção do espaço urbano pelo trabalho – a presente pesquisa se ancora nos pressupostos que entende a singularidade da produção do espaço urbano de Vitória da Conquista no movimento geral da produção contraditória do sistema do capital, e dos conflitos inerentes a luta histórica da produção e reprodução dos sujeitos, o que remete à totalidade.

Para tanto, além do referencial teórico fundamentado no entendimento da produção do espaço, que tem em Henri Lefebvre (2000 e 2006) seu principal expoente, traz também as contribuições de David Harvey (2005), Neil Smith (1988), Ana Fani Carlos (1999 e 2007), Ermínia Maricato (2015), dentre outros, com o fito de evidenciar a produção desigual, porque classista, do espaço urbano e como essa relação interfere na reprodução social da classe trabalhadora.

No debate sobre o trabalho, considerado fundante na produção do espaço estabelecido historicamente por meio das relações sociais e que no capitalismo ocorre na separação dos trabalhadores dos meios de produzir a vida, tem-se o entendimento necessário para se compreender a separação entre a produção do espaço (pelo trabalho em sua condição de ser abstrato) e a reprodução da vida (com destaque aos espaços da moradia nos quais se reproduzem os trabalhadores mais pobres).

No que se refere à moradia destacam-se as leituras de Engels (2008), Carlos (2007), Maricato (2015), Almeida (2005) e outros como principais referências. Além disso, no debate que aponta a fragmentação entre produção e reprodução da vida, ou seja, entre o caracol e sua concha, ressalta-se a obra homônima de Antunes (2001) e a dissertação de Ikuta (2003) como inspirações iniciais

A pesquisa de campo, corresponde ao eixo fundamental através do qual foi possível atender os objetivos específicos da pesquisa, quais sejam: entender como os sujeitos produzem e se reproduzem o/no espaço urbano, e as contradições entre

esses processos, ou seja, em que medida o trabalho assegura as condições de sobrevivência dos mesmos, as demandas e dificuldades desses, e como se estabelece o acesso a riqueza produzida por esses sujeitos e materializadas na cidade nos espaços de reprodução da vida. Para tanto, foram realizadas entrevistas, semi estruturadas, individuais e coletivas.

Na busca pelo entendimento da fragmentação que se estabelece entre os espaços produzidos e os espaços de reprodução da vida, recorreremos ao mapeamento dos espaços de moradia e de trabalho dos sujeitos entrevistados, acrescidos de informações qualitativas e quantitativas sobre a infraestrutura existente nos espaços de moradia, a atuação do poder público municipal, o acesso e os tipos de trabalho que desempenham, a remuneração recebida, a renda familiar, dentre outros.

Na coleta de dados, houve ainda a busca de informações junto as construtoras que atuam no espaço urbano de Vitória da Conquista, a fim de evidenciar os locais com maior valorização e como esse processo se estabelece quando se tratam de espaços destinados à habitação popular. Nesse caso, ressalta-se a consulta a pesquisas de mestrado recentemente defendidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UESB), a exemplo de Chaves (2018) e Santos (2019), que forneceram dados importantes que puderam se confrontados com as informações de campo, a fim de revelar, no caso da referida pesquisa, a fragmentação entre os espaços de moradia e de trabalho, no entendimento da produção desigual do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA.

No contato direto com os moradores, foram privilegiados locais de moradia popular, sejam esses projetos de governo ou áreas de ocupações no espaço urbano de Vitória da Conquista. Para os moradores dos conjuntos habitacionais foram aplicados 60 formulários⁶ tanto nos espaços privados das residências quanto nos espaços coletivos do conjunto. Assim, foi possível vivenciar a rotina desses moradores, e um pouco da vida cotidiana dos entrevistados. As perguntas e as observações de campo, nos deram condições de avançar nos questionamentos de pesquisa e compreender os

⁶ A realização/aplicação desse quantitativo não se estabeleceu aleatoriamente, ou por predeterminação. Em se considerando tratar-se de uma pesquisa de caráter, eminentemente, qualitativo, os formulários tornaram-se suficiente a partir do momento que as informações se repetiam e que consideramos que não havia mais a necessidade da coleta de informações diretas. Além disso, essas foram complementadas por conversas informais e demais dados, tanto qualitativos quanto quantitativos, com o fito de se obter as respostas necessárias aos questionamentos lançados pela pesquisa.

processos de fragmentação entre moradia, trabalho e reprodução social dos trabalhadores que residem nesses conjuntos.

A fim de contrastar os espaços de reprodução da vida, em destaque a moradia, e os espaços de produção – por meio do trabalho, foram feitos, ainda, contatos com trabalhadores (formais e informais) da construção civil, locais em que ocorreu a aplicação de vinte formulários⁷, Esses foram aplicados nos canteiros de obras, e em grandes empreendimentos como o condomínio Terras Alphaville. Para além disso consideramos as conversas informais, as anotações do trabalho de campo realizadas com esses trabalhadores. As abordagens foram feitas nos horários em que os trabalhadores estavam saindo das obras e em algumas construções a aplicação dos formulários e as observações foram feitas aos domingos. Levando em consideração o caráter qualitativo da pesquisa, não nos prendemos a quantidade, mas sim ao conteúdo que nos permitiu compreender a realidade em que esses trabalhadores estão inseridos na produção do espaço urbano. Os entrevistados ficaram livres para expressar suas colocações e responder os questionamentos. A escolha desses locais e dos grupos para a aplicação dos formulários se estabeleceu, em diversos momentos, a partir de contato prévio com o encarregado da obra, em outros casos por meio de descobertas aleatórias ocorridas durante a pesquisa empírica, ou por circular na cidade em diversos locais e horários.

Outras informações importantes foram adquiridas por meio de entrevista com o representante da Associação dos Moradores do bairro Patagônia e com alguns moradores do conjunto da Vitória, localizado no bairro Patagônia, por este conhecer de perto a realidade dos moradores, bem como as principais dificuldades no processo de reprodução da vida no referido bairro. Segundo dados do IBGE, o referido bairro conta com uma população de 26.641 habitantes e juntamente com outros bairros da Zona Oeste a exemplo dos bairros Brasil e Ibirapuera concentra uma parte significativa dos trabalhadores mais precarizados dessa cidade. Nessa entrevista buscou-se saber: se a associação é atuante, quais os principais problemas existentes na comunidade, se o

⁷ A opção por aplicar questionários em específico para trabalhadores da construção civil se deu por considerarmos a aproximação que esses tem com o objeto de pesquisa e por conta do grande destaque desse ramo enquanto setor econômico do município, inclusive na atração de força de trabalho migrante, tal qual aponta a tese de Doutorado de Almeida (2015). Assim, foram feitas visitas a canteiros de obras, bem como em casas particulares em construção na cidade, onde fosse possível encontrar, ainda, os trabalhadores. Quanto aos critérios para se estabelecer o quantitativo, esse também deve ser relativizado, tal qual observação feita em nota de rodapé anterior, tendo por propósito central atender aos objetivos estabelecidos pela pesquisa.

desemprego é um fator que dificulta a vida dos moradores do bairro, e de que maneira e em que sentido isso acontece. Procurou-se saber ainda se a associação atua juntamente com a comunidade para buscar intervir nas principais demandas da população do bairro, se existe alguma parceria dessa com o poder público e se, atualmente, a associação vem desenvolvendo alguma ação ou parceria no sentido de abarcar/minimizar algumas demandas do bairro.

Foram feitas, ainda, anotações dos relatos de alguns dos moradores do Loteamento conjunto da Vitória, com o intuito de acompanhar de perto um pouco da vida cotidiana desses moradores e assim poder compreender as principais dificuldades encontradas para se reproduzir no espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista/BA.

Os dados coletados diretamente com os sujeitos permitiram obter informações sobre os espaços de trabalho, os espaços de moradia, as dificuldades na reprodução da vida, que tipo de serviços desempenham, a quantidade de membros da família, como se reproduzem nos espaços da moradia, quais as dificuldades encontradas nesses locais, o acesso a serviços básicos, como avaliam a atuação do poder público nos espaços de moradia e as dificuldades para acessar os espaços de trabalho, o serviço de transporte coletivo oferecido, dentre outras questões. Outras indagações mais específicas questionaram: como se estabeleceu o acesso à moradia, se participam de formas de financiamentos públicos ou privados, se encontram-se satisfeitos com o lugar onde moram.

Tal acervo foi acrescido com registros fotográficos e pesquisa em *webpages* e *sites*. As fotografias enriqueceram a pesquisa por possibilitar uma leitura da realidade através das imagens, pois em acordo com o método de análise, essas não representam apenas a aparência e o visível, mas permitem demonstrar um conteúdo social e histórico presente na produção do espaço urbano analisado. Nesse sentido, informações sobre novas formas de construção, a pujança nesse ramo da economia ou mesmo informações mais específicas sobre programas de habitação popular e condições de trabalho foram de grande valia. A par desses levantamentos, tornou-se possível reunir os elementos necessários através dos quais, por meio da relação teoria e prática, os objetivos da pesquisa foram alcançados.

Ressalta-se, ainda, a utilização da cartografia, enquanto instrumento fundamental para se estabelecer a leitura de processos fundamentais na compreensão da

produção do espaço, a exemplo do distanciamento dos locais de trabalho e de moradia, a renda média dos sujeitos que habitam tais espaços em contraposição aos vultosos recursos aplicados e atingidos na indústria da construção civil: a exemplo dos valores dos imóveis comercializados⁸, o processo de expansão urbana da cidade, a identificação dos locais de moradias populares, dentre outras questões que foram relevantes para a pesquisa. Os dados quantificáveis coletados foram apresentados sob a forma de quadros, tabelas e gráficos e, posteriormente, analisados a luz da concepção de mundo adotada e do debate teórico do materialismo histórico dialético que dá sustentação a essa pesquisa.

É nesse debate que pretendemos dialogar com o objeto de estudo que, sem o intuito de esgotar as possibilidades de leituras, visa aproximar tal realidade através da relação teoria e prática (práxis), com o propósito de contribuir com os debates sobre o tema e na leitura da produção do espaço urbano conquistense, fundamentado na dialética existente entre produção/reprodução social e nas contradições existentes na relação capital *versus* trabalho.

Nessa **primeira seção**, intitulada introdução, é apresentada a problemática da pesquisa, os objetivos propostos pela mesma, as bases teóricas e conceituais em que o estudo se sustenta, as principais categorias de análise, quais sejam: Trabalho, moradia, produção do espaço e reprodução da vida; a metodologia desenvolvida, explicitando o método e os procedimentos utilizados, os sujeitos de pesquisa e as informações privilegiadas; além da pesquisa documental, cartográfica e fotográfica realizada.

A **segunda seção** traz na teoria marxista do valor-trabalho a condição fundamental para se pensar a produção do espaço urbano na contradição existente e insuperável entre capital e trabalho, fundamentados nos conceitos de valor de uso e valor de troca. Nesse propósito, busca-se uma leitura dos conceitos de trabalho e trabalho abstrato, tal qual apontado por Marx (1983), Lessa (2002) e outros autores, entendendo o trabalho como forma única de mediação entre a sociedade e a natureza e que é por meio dessa relação que o espaço é, por fim, produzido. Na leitura do trabalho abstrato, fundamento da lógica capitalista de produção, são apresentados os ele-

⁸ Embora não se tenha, nesta dissertação, a proposta de aprofundar tal assunto, sugere-se a leitura das pesquisas realizadas por Marília Faria Chaves (2018) intitulada Renda da terra na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA e de Joelisa Pereira dos Santos (2019) intitulada A produção da periferia de Vitória da Conquista na contradição capital *versus* trabalho, ambas dissertações defendidas no PPGeo/Uesb.

mentos necessários para se entender a produção desigual, porque classista, do espaço e, portanto, o processo de fragmentação entre produção e reprodução da vida, através da apartação do trabalhador dos resultados que produz por meio de seu trabalho, “do caracol com a sua concha”. Destaca-se ainda, nesta seção, as contribuições da abordagem crítica para a compreensão do espaço urbano enquanto produto social e obra histórica.

Na **terceira seção** são apresentadas as reflexões acerca da produção contraditória do espaço urbano na sociedade capitalista, analisando a realidade concreta de Vitória da Conquista como parte dessa totalidade; evidenciando as contradições entre a produção do espaço urbano conquistense e a reprodução dos sujeitos desprovidos dos meios de produção, ancorando-se, assim, no debate da produção social da riqueza e da reprodução da pobreza para parcelas significativas da classe trabalhadora, tal qual apresentado por Marx (1983). A seção traz ainda o entendimento de como o solo urbano e a moradia são convertidos, cada vez mais, a condição de mercadorias. Assim, torna-se possível evidenciar como vem se estabelecendo o direito à cidade, com enfoque para a classe produtora da riqueza – os trabalhadores.

A **quarta seção** apresenta o processo de fragmentação no qual se configura a produção do espaço urbano de Vitória da Conquista, através do conteúdo de classe inerente a essa relação. Assim, busca-se, por meio de pesquisa empírica, em sua relação com a abordagem teórica, analisar a reprodução da classe trabalhadora na produção desigual do espaço urbano de Vitória da Conquista, em que os conceitos anteriormente trabalhados, quais sejam: produção do espaço, capital *versus* trabalho, moradia e reprodução da vida são retomados dialeticamente na busca de explicar a realidade concreta.

Nas **considerações finais** são apontados alguns resultados obtidos pela pesquisa, as dificuldades encontradas, os limites e os horizontes futuros para novos estudos sobre a temática.

SEÇÃO 2

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinha e mais ainda. A lenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor do seu rosto; a história do pecado original econômico no entanto nos revela por que há gente que não tem necessidade disso. Tanto faz. Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar.

Karl Marx, A assim chamada acumulação primitiva. In: O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1, vol. 2, ([1875]1983, p. 261).

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CONTRADIÇÃO CAPITAL VERSUS TRABALHO

Partindo das reflexões iniciadas no Grupo de Pesquisa Luta pelo trabalho na periferia de Vitória da Conquista: mobilidade, permanência camponesa e reprodução da vida nas contradições do urbano, trazendo ainda as contribuições do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais, busca-se, nesta seção, enfatizar que qualquer leitura da produção desigual do espaço só pode ser feita considerando a centralidade da relação contraditória historicamente estabelecida entre capital e trabalho.

É partindo desse pressuposto de que existe uma riqueza socialmente produzida, e que foi, historicamente, apartada dos reais sujeitos que a produziram – os trabalhadores, que se pode entender a produção desigual do espaço urbano (seção 3) e do espaço urbano de Vitória da Conquista (seção 4), como singularidade dessa totalidade social erigida pela lógica da produção do valor. Mas, para compreender tal processo, há que se reportar, como aponta a epígrafe que abre a seção, o processo de expropriação historicamente estabelecido aos trabalhadores, a sua separação da terra e dos demais meios de produção e sua conversão a detentor de sua própria força de trabalho, tal qual explicado por Marx no texto A assim chamada Acumulação Primitiva. Com isso, se pode compreender as diferentes formas de propriedade impostas a humanidade, a fim de preservar o controle da riqueza nas mãos das classes proprietárias, e como essa se consolida na forma de propriedade capitalista⁹.

⁹ De acordo com a dissertação de Rocha (2018) essas formas de propriedade, que se fundamentam na divisão do trabalho são: **a propriedade comunal/primitiva**, em que cada tribo, família ou comunidade desenvolvia seus próprios meios de vida, de trabalho e de produtos condicionados pelas necessidades naturais, **a propriedade comunal/estamental** – em que o desenvolvimento das sociedades e do trabalho se consolida em forças produtivas que passam a ser apropriadas por uma parcela da sociedade, que se beneficiava da produção da riqueza em geral. Nessa, o desenvolvimento do trabalho intelectual leva ao estabelecimento de relações dominantes e políticas de apropriação dos recursos e desenvolvimento da produtividade do trabalho, bem como o processo de escravidão e controle do trabalho social. A terceira forma de **propriedade estamental ou feudal** – se estabelece por conta das invasões e destruição da forma anterior, se organizando a partir dos feudos, do campo e da apropriação do trabalho dos servos – camponeses. Ao senhor feudal pertencia à propriedade das terras e controle dos meios de produção, assim como o controle militar. Já as grandes navegações, a partir do século XV, o desenvolvimento científico e o comércio marítimo, bem como a fuga dos servos e o desenvolvimento de aglomerações populacionais, os burgos, vão anunciando o fortalecimento de uma nova classe comercial – a burguesia, e a **propriedade capitalista** que lhe dá sustentação. Assim, se inicia a acumulação primitiva do capital, inicialmente pelas trocas desiguais (base para o capitalismo comercial) e depois pela produção da mercadoria, por meio da indústria, através da apropriação de horas de trabalho não pagas – a mais valia (base do capitalismo industrial).

Embora não se tenha aqui a pretensão de aprofundar a leitura sobre todas as formas de propriedade já existentes na História humana, o entendimento da propriedade capitalista torna-se fundamental para se compreender como a lógica da produção do valor se impõe a todos os espaços, inclusive o espaço urbano. Tal reflexão nos permite compreender as formas concretas nas quais o espaço urbano é apropriado privadamente, seja pelo controle sobre as terras, que permite a extração da renda da terra urbana, seja dos demais meios de produção que, com o uso do trabalho assalariado, produzem a cidade, mas cujos resultados são apropriados pelas classes dominantes e se configura na cidade desigual social e espacialmente.

Assim, essa forma de propriedade capitalista transforma a cidade em um grande mercado – de compra e venda de mercadorias, de todos os tipos, inclusive da terra, onde o próprio acesso à moradia, condição fundamental à reprodução dos sujeitos no urbano também se faz mediado pela troca. Nesse processo, o trabalhador expropriado dos meios de produção vende sua força de trabalho e, com seu salário, deve adquirir a forma de morar, e todas as demais demandas que a vida urbana lhe impõe. Mas, seu salário, de um modo geral, está aquém das possibilidades do consumo de diversas mercadorias no urbano, essas se destinam as classes detentoras dos meios de produção, podendo ser, ainda, apropriada parcialmente por frações melhores remuneradas dos trabalhadores.

Ao capital, importa apenas se apropriar do trabalho não pago e erigir a cidade como um grande centro de consumo de mercadoria. Assim sendo, o espaço urbano vai perdendo todas as perspectivas de se constituir em um espaço digno de reprodução da vida para parcelas crescentes da classe trabalhadora, desempregada ou com baixos salários. A cidade é um grande empreendimento que torna capaz a ação desenfreada do capital imobiliário e financeiro. Nesse processo, a moradia – condição de reprodução dos sujeitos torna-se uma mercadoria altamente rentável ao capital. E para tanto, o trabalho, a riqueza produzida pelo emprego social da força de trabalho encontra-se materializado desigualmente, fato que vai sobredeterminar o lugar dos sujeitos/classes sociais no urbano, estabelecido pelo recurso que esses detêm para pagar pela mercadoria moradia, e as condições que essa se efetiva.

De uma forma ou de outra, a cidade, o espaço, qualquer que seja, é produto do trabalho. Mas, a apropriação privada de seus resultados é a condição central para se explicar a produção desigual desse, pois para o capital interessa a valorização do espaço e os empreendimentos materializados (pelo trabalho) nesse. E a condição

para que esse processo ocorra é a expropriação do trabalhador dos resultados do trabalho, que permite as classes dominantes, ao se apropriar desse, erigir a cidade do capital, expressão concreta de contradição capital *versus* trabalho. Posto que, ao mesmo tempo em que o capital se constitui pelo trabalho extraído, não-pago, e que se materializa nas belíssimas construções urbanas, essa se constitui um “monstro inanimado” que se ergue como um algoz contra aquele que o produz: os trabalhadores. E esse é o “segredo” que permite compreender a cidade do capital e suas contradições, a lógica da mercadoria, do valor de troca, se sobrepondo as necessidades qualitativas humanas. O trabalho apropriado – que outrora servia de realização para a vida dos sujeitos, no modo de produção capitalista – se ergue como alienação, como estranhamento, e na cidade relega os seus reais produtores a condição da miséria mais degradante.

Mas, não se pode desconsiderar as contradições centrais estabelecidas na relação entre capital e trabalho, pois, ao mesmo tempo que o capital concentra os resultados do trabalho não pago, ao expropriar os trabalhadores, sobretudo em uma realidade de crise, aumento do desemprego e degradação das condições de trabalho, também reduz as possibilidades de consumo dos trabalhadores, inclusive no acesso a mercadoria moradia, esse é um aspecto fundamental para se entender a própria crise em que se afunda. O consumo precisa ser viabilizado e, nesse sentido, o controle sobre o solo urbano e as formas de aquisição da moradia são questões fundamentais, e esse se estende, inclusive, para frações mais precarizadas da classe trabalhadora, sob a forma de financiamentos a longo prazo (debate que será retomado na seção 3 desta dissertação).

Esse controle sobre o solo urbano tem ainda outro objetivo: o de separar as classes sociais, colocando os sujeitos em seus devidos “lugares”. E é assim, que o trabalho materializado de maneira desigual no espaço urbano e apropriado também de maneira desigual, onde os *lócus* de concentração de riqueza (capital) são apropriados pelas classes detentoras e abastadas da sociedade, enquanto os trabalhadores mais pobres, sobrevivem nos espaços precários da cidade, distanciado social e espacialmente da riqueza social que constitui o espaço urbano.

De uma forma ou de outra, o que leva a tal processo de produção e apropriação desigual da cidade é a apropriação do trabalho coletivo, do trabalho assalariado, é esse que produz o espaço e entender essa realidade é desvendar toda a lógica da sociedade capitalista e do espaço por ela produzido.

Por isso, com base na leitura de Marx, sobretudo no livro I, tomo 1 de O capital, aponta-se os elementos necessários para se compreender que vem do trabalho toda a forma de produção de riqueza, mas que, no capitalismo, esse trabalho encontra-se subsumido a lógica da produção do valor. Para que isso aconteça, o eixo sustentador do debate pauta-se no entendimento do processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção e da terra, e sua conversão a condição, única e exclusivamente, de vendedor de sua força de trabalho – o trabalhador livre, que se torna “livre” para se sujeitar ao capital.¹⁰

Para tanto, busca-se nas leituras de Ricardo Antunes (2002), Sérgio Lessa (2002), Istvan Meszáros (2002), Ivo Tonet (2008), e outros pesquisadores entender como o trabalho – condição ontológica para a reprodução humana se transforma em trabalho abstrato, por meio do qual os reais produtores da riqueza social é dessa apartada.

Considerando o espaço urbano e a sua materialização – a cidade, como produto das relações sociais historicamente estabelecidas, afirma-se que é essa contradição entre capital *versus* trabalho que produz a cidade desigual, e converte os trabalhadores – e a própria cidade, à condição de mercadoria, a serem vendidas e valorizadas no âmbito do processo de reprodução ampliada do capital. Contudo, partindo de uma leitura do trabalho como condição ontológica, a junção entre força de trabalho e meios de produção para criar valores de uso, não se configura uma contradição, pois essa é condição humana para produzir a reprodução da vida em qualquer forma de sociedade.

Entendendo que o trabalho é a única forma de mediação humana com a natureza capaz de transformar e de criar novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas, pode-se compreender as relações sociais estabelecidas historicamente como condição e possibilidade, que permite os sujeitos sociais se relacionar uns com os outros e ao mesmo tempo dominar e transformar a natureza e o próprio homem.

¹⁰ Na investigação ontológica de Lukács, o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho. (LESSA, 2016, p.29).

O trabalho é o fundamento do ser social porque transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens. Ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformem. E essa articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (LESSA; TONET, 2008, p. 26).

Em uma perspectiva ontológica, o trabalho permite ao homem evoluir e produzir condições favoráveis ao desenvolvimento da humanidade, produzindo tudo aquilo que permite novas formas de apropriação da natureza, estabelecendo um processo contínuo de construção e reprodução da vida. Nesse sentido Lessa e Tonet apontam que:

O trabalho é o fundamento do ser social porque, por meio da transformação da natureza, produz a base material da sociedade. Todo processo histórico de construção do indivíduo e da sociedade tem, nessa base material, o seu fundamento. (LESSA, TONET, 2008, p.27).

Podemos dizer que existe uma relação metabólica entre o homem e a natureza que faz essa ligação direta capaz de materializar as relações sociais com a própria natureza, e isso transforma esse espaço que é meio e produto do trabalho socialmente produzido e transformado em um produto histórico da humanidade. Nas análises de base marxista a categoria trabalho assume uma posição central, por considerar como fundamento de toda evolução do homem e só por meio do trabalho que o homem se torna ser social. “É a partir do trabalho, em sua realização cotidiana, que o ser social distingue-se de todas as formas pré-humanas”. (ANTUNES, 2005, p.67).

A contradição está na negação do trabalho para obtenção do trabalho abstrato, esse último condição essencial para a criação do mais valor, processo esse presente desde o início do capitalismo. O trabalho assume centralidade como condição ontológica para reprodução do homem, no entanto, quando esse trabalho é apropriado e transformado pela propriedade privada dos meios de produção, acontece a separação do trabalhador com os meios de produção. Com o início da acumulação primitiva, inicia-se, assim, o processo de separação do trabalhador dos meios de produção; a terra deixa de ser propriedade do produtor direto, esse fica sem os meios de produção para produzir aquilo que necessita para se reproduzir, passando a ter somente sua força de trabalho como meio de produção e essa é vendida numa relação capitalista como uma mercadoria. Marx nos fala que:

A relação capitalista pressupõe a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. (MARX, 2013, p.786).

Ainda com base em Marx, desde o início do capitalismo, com o processo da acumulação primitiva, o trabalhador vive sem as condições de se reproduzir com seus próprios meios de produção.

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013, p.786).

Esses trabalhadores que antes viviam em suas próprias terras, produziam seus próprios alimentos, não tinham patrão e nem eram obrigados a aceitar jornadas de trabalho, com a perda de seus meios de produção são destinados a viverem com outra realidade. Assim Marx nos aponta que:

Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertos só se convertem em vendedores de si mesmo depois de terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e ferro. (MARX, 2013, p.789).

Esses trabalhadores expropriados, sem os meios de produção, são muito mais atraentes para se tornarem vendedores de suas forças de trabalho, para produzirem as riquezas dos detentores desses meios de produção, e por isso mesmo, retirá-los de suas terras foi e continua sendo lucrativo para os capitalistas. E as leis de terras existentes desde o início da acumulação primitiva favoreceram sempre os proprietários de terras, a exemplo do que aconteceu com a Lei de Terras no Brasil, em 1850, e que tem continuidade com todo aparato jurídico que além de garantir a expropriação dos produtores diretos da terra, garante a inviolabilidade da propriedade privada, sobretudo para a classe burguesa. Essa realidade perdura historicamente, a ponto de, ainda hoje, em inícios do século XXI, essa prática de desapropriação de terras se configura uma realidade nos espaços do campo e das cidades brasileiras, com o fito de expropriar o trabalhador, deixando esse sem condições de se reproduzir, a não ser por meio da venda de sua força de trabalho. E a retirada desses

trabalhadores de suas terras nem sempre se dá de forma passiva ou justa. Marx destaca que:

O progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das (leis para o crescimento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a se mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo. (MARX, 2013, p.796).

E essa prática era e continua sendo importante para deixar o trabalhador vulnerável, e assim, aceitar as imposições posta por aqueles que são detentores dos meios de produção, exercendo seu trabalho de forma a garantir sempre a produção do mais valor para o capitalista. Nesse processo, o trabalhador é explorado de todas as formas possíveis, tendo a força de trabalho extraída como uma mercadoria paga, com um valor determinado pelo capitalista, que necessita dessa para garantir a utilização de outros meios de produção já existentes, mas que são incapazes de gerar valores de uso sozinhos. Assim cabe aqui as colocações de Marx ao afirmar que:

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, sucumbe a força destruidora do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em VALORES de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção. (MARX, 1983, p. 149).

O trabalho abstrato, que impossibilita a realização dos sujeitos como ser social é esse mesmo utilizado e incrementado para garantir a continuação do processo de fragmentação entre os que são desprovidos dos meios de produção e aqueles que os detém, sendo assim muito distinto de trabalho produtivo. Nessa direção Lessa traz:

O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio do homem com a natureza, é o conjunto das

relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade. (LESSA, 2016, p.32).

E ainda segundo Antunes (2005) é preciso compreender as mudanças do mercado de trabalho para enxergar como cada indivíduo é absorvido e fragmentado dentro desse processo, em que a única forma de reprodução é vendendo sua força de trabalho, pois esses são desprovidos dos meios de produção.

Então, compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção. Nessa (nova) morfologia da classe trabalhadora, sua conformação é ainda mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo. (ANTUNES, 2005, p.52).

Como máquinas sozinhas não conseguem utilizar de meios de produção e nem dos recursos naturais para produzir mercadorias com valores de uso, o trabalho torna-se cada vez mais essencial para garantir e gerir as relações sociais que são produzidas e reproduzidas contraditoriamente através da aniquilação do trabalho por trabalho abstrato. Lessa diz que:

Essa relação, contudo, em nada esmaece a distinção essencial entre os atos de trabalho e o restante da práxis social, o primeiro permanecendo, com todas as medições necessárias, o momento fundante do ser social. Nesta acepção de “intercâmbio material” “eternamente necessário” do homem com a natureza, o trabalho é uma categoria distinta do trabalho abstrato, produtor da mais valia. (LESSA, 2016, p.30).

Nesse processo, o trabalhador é um objeto a mais à disposição do capitalista, que o tem como uma propriedade adquirida por um determinado período de tempo para produzir uma mercadoria. Mas, ele produz não só mercadoria, ele produz valor. Segundo Marx (1983), é através da força do trabalho despendida desse trabalhador que o capitalista consegue a produção da mais valia. “Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor”. (MARX, 1983, p.155). Com a pretensão de discutir como esse trabalho abstrato produtor da mais valia é inserido na produção do espaço urbano, como negação do real concreto, entre quem produz e quem apropria da riqueza produzida, passemos para a próxima subseção.

2.1 O trabalho na produção do espaço: valor de uso e valor de troca

Com base nos pressupostos marxistas e marxianos do valor de uso subsumido a condição de valor de troca, busca-se os argumentos necessários para se entender a produção do espaço urbano, e do espaço urbano conquistense como uma realidade inserida no movimento da totalidade da reprodução ampliada.

Ressalta-se já aqui a necessidade de compreender o sentido dos conceitos nas contradições reais existentes na sociedade, em que valor de uso e de troca são vistos como pares dialéticos, em que para se realizar o valor de troca torna-se, cada vez mais, necessário se reafirmar seu valor de uso.

É assim que o acesso à moradia, por exemplo, pode ser compreendido na produção do espaço de Vitória da Conquista, em que a mercadoria moradia só é vendida porque existe uma necessidade real, seu uso. Mas, Contraditoriamente, para que o valor de uso se efetive, ele só se realiza enquanto troca. Essa relação permite explicar a produção do espaço urbano subsumido a condição de mercadoria, em que o acesso a qualquer coisa que se constitui necessidade (portanto uso) só se realiza mediado pela troca.

Entendendo que a moradia e o trabalho estão imbricados em um processo social, em que esfera produção e reprodução no sistema metabólico do capital é contraditório, pois o ser social é submetido a alienação e ao estranhamento daquilo que ele mesmo produz, nessa dimensão a cidade ganha um lugar de destaque para o capital, uma vez que a produção da cidade é submetida a lógica do consumo enquanto mercadoria produzida para a troca. É através do trabalho que a cidade é produzida, e como unidade de processo da produção é também produção de mercadoria. Marx diz que:

Como unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadoria; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadoria. (MARX, 1983, p.162).

A utilização do trabalho como valor de troca na produção do espaço urbano é a negação do trabalho concreto que cria as possibilidades de valor de uso. Mas, só pode possuir valor de troca, algo que tenha utilidade como uso. Daí vem a contradição entre valor de uso e valor de troca com a utilização do trabalho em sua condição social e através do trabalho excedente, com o fito de extrair o mais valor. Para Marx:

A capacidade de conservar valor ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom que custa nada para o trabalhador, mas é muito rentável para o capitalista, na medida em que conserva o valor existente do capital. Enquanto o negócio vai bem, a atenção do capitalista está absorvida demais na criação de lucro para que ele perceba essa dádiva gratuita do trabalho. (MARX, 2013, p.284).

No capitalismo, com sua forma de sociedade mercantil, o trabalho concreto serve de substrato do trabalho como valor de uso, pois todo processo de trabalho é orientado para alguma satisfação. Tudo que é produzido é para um fim, ou seja, tem um uso, uma finalidade. Toda produção se torna uma mercadoria que não foi produzida com a intensão de ser utilizada como forma social para garantir a realização do ser social, a não ser por meio da troca, para captação do mais valor, que sobrou do excedente do trabalho realizado pelo trabalhador. Ainda nessa direção Marx diz que:

Tal força tem de ser aplicada com a quantidade média de esforços e com o grau de intensidade socialmente usual, e o capitalista controla o trabalhador para que este não desperdice nenhum segundo de trabalho. Ele comprou a força de trabalho por um período determinado, e insiste em obter o que é seu. Não quer ser furtado. Por fim – e é para isso que esse mesmo senhor possui seu próprio [código penal] –, é vedado qualquer consumo desnecessário de matéria-prima – e meios de trabalho, pois material e meios de trabalho desperdiçados representam o desperdício desnecessário de certa quantidade de trabalho objetivado, portanto, trabalho que não conta e não soma parte no produto do processo de formação de valor. (MARX, 2013, p. 272).

Nessa perspectiva cabe as colocações de Santos Junior (2017) que, com base na leitura de Marx, traz contribuições para o entendimento e diferença entre valor de uso e valor de troca:

O valor de troca é uma relação quantitativa, ou seja, a proporção pela qual se podem trocar valores de uso. Por exemplo, quantas camisas são necessárias para trocar por um sapato ou vice-versa. A criação de valores de troca está vinculada ao processo de produção de mercadorias que possam ser usadas e consumidas pelos seres humanos. E esse processo de produção de mercadorias envolve a aplicação de trabalho socialmente necessário sobre algum objeto da natureza para criar objetos úteis para a reprodução social (por exemplo, para produzir uma mesa, eu preciso aplicar determinada quantidade de tempo de trabalho sobre a madeira). Como é possível perceber, Marx relaciona o valor de troca e o valor de uso. O que interessa é o fato de uma mercadoria ter, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca. Só que quando uma mercadoria tem valor de uso para alguém, ela não tem valor de troca para essa mesma pessoa (pois ela usa essa mercadoria para viver, para se reproduzir

socialmente e não para trocar por outras mercadorias); e, ao contrário, quando determinada mercadoria tem valor de troca para seu possuidor, ela não tem valor de uso para o mesmo (ele possui a mercadoria com o objetivo de trocá-la por outra). (SANTOS JUNIOR, 2017, p.14).

Como só o trabalhador tem a capacidade de produzir o valor, que representa o capital extraído através de inúmeras horas de trabalho não pago no processo produtivo, esse mesmo trabalhador contraditoriamente é submetido a degradação em suas condições de trabalho, mesmo tendo a certeza de que vem desse a produção da mais valia. Assim, podemos trazer as colocações de Antunes quando diz que:

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo. (ANTUNES, 2001, p.05).

Dado o nível de precarização das condições de trabalho na atualidade, considera-se que na produção do espaço urbano esse trabalhador não consegue se apropriar de um salário que lhe garanta sequer uma moradia digna para continuar se reproduzindo. E assim, o trabalho despendido em forma de mais valor é, cada vez mais, apropriado pelo capitalista. Nesse processo, tudo se torna propriedade privada, inclusive o uso da terra. Ressalta-se, portanto, a intrínseca relação entre moradia e mercado, estando a primeira totalmente submetida aos desígnios da produção da renda imobiliária e do lucro.

E é nessa contradição entre valor de uso e valor de troca que se pode compreender o acesso à moradia, ou a qualquer outra mercadoria disponível no espaço urbano. A mercantilização da moradia e do solo urbano, por exemplo, faz produzir, cada vez mais, espaços fragmentados, em que os grandes grupos como o mercado imobiliário, as construtoras e grupos empresariais se apropriam do solo urbano fazendo desse uma mercadoria de valor exorbitante; fazendo com que, em determinados bairros da cidade, só uma pequena elite burguesa disfrute desse espaço produzido. Isso acontece na sociedade capitalista¹¹, em que a moradia e o

¹¹ Na ordem capitalista existente, a produção, circulação e troca das mercadorias habitação e solo urbano são processos fundamentais para a acumulação de capital. Mais do que isso, a produção da própria cidade é ela mesma um mecanismo de acumulação de capital pois o funcionamento da cidade

solo urbano foram transformados em mercadorias especiais. David Harvey (1980) nos chama atenção para alguns pontos que são fundamentais para o entendimento dessa realidade. Nesse sentido, trazemos as colocações de Santos Junior, que baseado em Harvey¹² destaca:

(I) a moradia e o solo urbano não podem ser transportadas como as outras mercadorias.

Ou seja, uma moradia ou um terreno na cidade estão em uma localização específica porque são bens imóveis, não transportáveis como camisas, geladeiras e sapatos. Essa localização específica e imóvel confere ao seu proprietário um monopólio sobre o uso da moradia ou do solo urbano nessa localização, pois somente ele tem essa propriedade nesse espaço geográfico (já que não é possível dois objetos ocuparem o mesmo ponto no espaço).

(II) a moradia e o solo urbano, como já falamos anteriormente, são mercadorias imprescindíveis para a vida de todas as pessoas na cidade, são bens necessários para a nossa reprodução social.

(III) a moradia e o solo urbano mudam de proprietários relativamente com pouca frequência, já que são bens que possuem longa vida, são relativamente permanentes, e não são perecíveis como camisas, comida e eletrodomésticos. E como a localização da moradia e do solo urbano dá ao proprietário um poder de monopólio, isso permite ao mesmo acumular riqueza ao longo do tempo, tendo em vista o fato da moradia e do solo urbano serem bens duráveis.

(IV) os agentes individuais têm, em uma economia capitalista, um duplo interesse na propriedade da moradia e do solo urbano, simultaneamente como valor de uso atual e futuro (usando essa propriedade ao longo do tempo) e como valor troca potencial ou atual (podendo vendê-la agora ou no futuro).

(V) a venda e a troca das moradias e do solo urbano no mercado ocorre em um momento específico do tempo, com o desembolso de uma grande quantidade de dinheiro, mas seu uso se estende por um longo período de tempo. Se alguém usa (consome) a moradia ao longo do tempo, ele também pode pagar por ela ao longo do tempo (porque a moradia não vai se deteriorar ou perder o seu valor).

Por essa razão, as instituições financeiras têm um papel muito importante no funcionamento do mercado de imóveis, garantindo o crédito necessário para a compra dos mesmos.

(VI) a moradia e o solo urbano podem ter diferentes e numerosos usos, o que permite que um mesmo usuário utilize sua moradia ou solo urbano com diferentes objetivos, como morar e trabalhar. As formas como cada um usa a sua moradia ou o seu solo urbano constituem o valor de uso para o(s) seu(s) usuário(s). (SANTOS JUNIOR, 2017, p.15).

pode facilitar ou bloquear a produção, circulação e troca de todas as demais mercadorias. Já para os moradores, em especial as classes populares, a habitação, o solo urbano e a própria cidade são bens essenciais para sua reprodução social com bem-estar. (SANTOS JUNIOR, 2017 p.15).

¹² Conforme HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. Capítulo 5. Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano. p. 131-166.

Evidencia-se a contradição entre os que produzem e os que se apropriam dos espaços valorizados da cidade. Os sujeitos não proprietários têm nos espaços da periferia urbana seu principal *loco* de reprodução social, quando esses não interessam, diretamente, a especulação imobiliária. A produção do espaço urbano não pode ser compreendida fora deste contexto, em que o processo histórico, assim como as relações sociais e a luta de classe, fazem parte deste processo de urbanização. Para Carlos:

Na realidade, atualmente a cidade inteira está submetida ao valor de troca, como consequência da generalização do mundo da mercadoria que transformou o próprio espaço em mercadoria, o que significa que os modos possíveis de apropriação devem realizar-se nos limites e interstícios da propriedade privada do solo urbano, que delimita o acesso dos cidadãos à moradia (definido e submetido ao mercado fundiário), ao mesmo tempo em que determina e orienta outras formas de uso (o momento definido enquanto lazer, por exemplo, desvela o fato de que estes acessos se realizam através do consumo do espaço através do mercado). (CARLOS, 2007, p.93).

Nesse sentido, a moradia é tida como uma mercadoria, e o trabalhador que vende sua força de trabalho, e através dessa constrói inúmeras casas, continua sem um teto para morar. É o que ocorre com a terra que por si só não representa extração de renda, mas, ao mesmo tempo, é vendida e através de títulos os seus proprietários a tem como propriedade privada¹³.

¹³ Em acordo com Marx, Livro 3, tomo 2 de O Capital, no capítulo intitulado: As Classes Sociais, considera-se que as classes do capitalismo são três: o capitalista – que controla os meios de produção e se reproduz através da extração do lucro, retirado dos trabalhadores no processo de produção das mercadorias, sob a forma de trabalho não-pago; os proprietários fundiários – que detêm o controle sobre a terra e só a coloca em utilização caso obtenha renda – ou seja um tributo pelo uso dessa terra; e, por fim, os trabalhadores assalariados – que se reproduzem através da venda de sua força de trabalho, recebendo por isso o salário, parte do trabalho necessário a satisfação de suas necessidades, repassando aos capitalistas todo o resto, o trabalho excedente, ao capitalista detentor dos meios de produção. Portanto, embora se constituam classes dominantes, proprietários no verdadeiro sentido do termo, o proprietário fundiário, por si só, não pode ser considerado um capitalista, pois esse segundo produz mercadorias e extrai trabalho não pago. Assim sendo, para ser capitalista, deve-se obter os meios de produção e transformar dinheiro em capital; ou seja, um dinheiro acrescido aquele que empregou no início do processo de produção da mercadoria. No caso do proprietário fundiário, o que ele extrai é a renda da terra, terreno ou imóvel sob sua propriedade, não sendo essa, assim, capital. Entretanto, não é incomum que capitalistas se tornem também grandes proprietários, bem como proprietários fundiários investirem recursos na produção de mercadorias, extraindo trabalho não-pago, convertendo-se, também, em capitalista. De todo modo, capitalistas e proprietários fundiários personificam realidades distintas.

Por isso, cabe-nos considerar o papel desempenhado pelos proprietários fundiários na produção dos espaços urbanos. São esses que controlam a terra e a colocam a disposição do capital caso tal relação seja vantajosa para ele, ou seja, obtenha renda pelo uso ou venda de sua propriedade. Essa realidade foi bastante evidenciada na pesquisa realizada por Chaves (2018), ao enfatizar o controle sobre o solo urbano de Vitória da Conquista, apropriadas pelas antigas classes proprietárias, mas que se aliam ao capital, vendem suas terras, quando as mesmas alcançam a valorização desejada ou as arrendam extraíndo renda pela sua condição de ser proprietário.

Tal pesquisa realizada por Chaves (2018) chama ainda atenção para os valores exorbitantes que muitos desses terrenos e imóveis passam a adquirir com os investimentos de capital immobilizados em sua proximidade, levando a um verdadeiro privilégio dessa classe que controla grande parte das terras e dos imóveis da cidade. Para tanto, traz a valorização dos imóveis de determinados locais e bairros da cidade, a exemplo dos bairros Centro, Recreio e Candeias, localizados na Zona Leste da cidade e caracterizados por grandes investimentos de capital, no caso do primeiro, sobretudo para concentração da atividade comercial que se expande em direção aos demais, revelando uma significativa valorização do solo urbano (SANTOS, 2019) tão logo da extração da renda da terra para as classes proprietárias.

Como exemplo dessa realidade, pode-se citar os elevados aluguéis dos imóveis comerciais no centro urbano da cidade, que pode chegar, por mês, a R\$ 30.000 (trinta mil reais), R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por um único direito de deter a propriedade privada sobre esses imóveis, conferindo também uma posição privilegiada dessa classe proprietária, que historicamente se apropriou das terras e imóveis, sem ter necessariamente que investir nada ou produzir qualquer mercadoria que seja. Essa realidade não se aplica ao universo da classe trabalhadora, uma vez que historicamente desprovida dos meios de produção, de um modo geral, não possuíram as condições objetivas de apropriar-se do solo urbano, muitas vezes nem para residir, quanto mais para especular.

Mas, essa classe proprietária também se alia aos grandes investimentos de capital, é o que demonstrou a pesquisa realizada por Santos (2019) em que grandes proprietários fundiários passam a investir em empreendimentos imobiliários, construído prédios e residências, em geral se associando a empreiteiras e grandes construtoras, ou estabelecendo outras parcerias, com participação no montante de casas construídas, dentre outras relações.

Nesse entendimento das formas como as classes sociais se reproduzem no urbano, é relevante ainda destacar que: seja sob a forma de extração da renda da terra, seja sob a forma de extração da mais-valia, de uma forma ou de outra, essas classes privilegiadas são alimentadas pela apropriação de parcelas do trabalho que não desenvolveu. Por que a terra urbana se difere da terra rural, e embora não seja de um modo geral produtiva como a segunda, possui trabalho acumulado, sob a forma de equipamentos, muros, construções, etc, bem como da valorização pelos investimentos nos locais próximos. Mas, todo esse processo só acontece porque há a produção desse espaço, há trabalho acumulado e desigualmente distribuído nesse.

Por isso, entender essas relações entre capitalistas e proprietários fundiários torna-se fundamental para se compreender as contradições materializadas entre valor de uso e valor de troca no espaço urbano e as formas de reprodução desigual das classes, remetendo às classes proprietárias uma situação diferenciada em relação às classes trabalhadoras desprovidas seja dos meios de produção seja da terra e imóveis urbanos.

Pensando como essa realidade se efetiva na produção dos espaços urbanos, pode-se exemplificar a construção de um grande empreendimento imobiliário capitalista, em que para adquirir a terra, o mesmo teve que desembolsar capital. Mas, ao final do empreendimento esse deve obter um capital maior do que todo aquele que investiu para produzir as moradias, por exemplo. Esse capital deve cobrir os custos com a compra do terreno (que o proprietário rentista recebeu adiantado), com a força de trabalho empregada (pouco ou muito qualificada), o maquinário e demais meios de produção utilizados, impostos, etc. Mas, o grande questionamento desse processo é: de onde surgiu esse capital acrescido? Das horas de trabalho não pagas aos trabalhadores, a mais valia, onde parte é convertida em forma de renda outra de lucro. Uma vez que o capital não possui a capacidade de recriar-se sozinho, é sempre produto do trabalho. E é com base, sobretudo, nessas relações capitalistas de produção que o espaço urbano, e o espaço de Vitória da Conquista, é produzido.

Assim, com o monopólio da terra como uma propriedade privada, o trabalhador, em geral, é privado desse valor de uso fundamental a sua reprodução no urbano. A terra urbana se torna uma mercadoria para produção de outros bens, e com a utilização dos meios de produção e da força de trabalho desse mesmo trabalhador, que se encontra alienado, vendendo sua força de trabalho para acumulação do capital, produz valores de troca para as classes proprietárias. Para Souza,

É através da alienação, da mutilação do processo do trabalho que o capitalista e o proprietário rentista conseguem manter seu domínio sobre os trabalhadores assalariados e os camponeses, no caso deste último, sobretudo, pela sujeição da renda da terra camponesa ao capital. (SOUZA, 2011, p.03).

Os proprietários de terras atuam na produção do espaço urbano, procurando sempre monopolizar áreas, no intuito de conferir a essas uma extração de renda cada vez maior. Essa realidade dificulta o acesso ao bem moradia e, conseqüentemente, faz com que sua apropriação se dê sempre mediante a troca, como uma mercadoria de valor alto a ser adquirido no mercado imobiliário. Concordamos com Chaves ao dizer que:

A terra continua sendo um monopólio, no entanto o proprietário fundiário une-se aos capitalistas e às frações de classe para auferir renda, tanto no campo como na cidade, no primeiro a produtividade da terra, suas características físicas indicam o preço a ser pago, no segundo, apesar da não produtividade da terra em si, a terra torna-se capital para os proprietários fundiários, uma vez que qualquer que seja a utilização, atividade industrial, habitação, empreendimento comercial, todos exigem um pagamento para o uso da terra, e o que torna isso possível é o monopólio, exercido através da condição jurídica de proprietário, em que realizam o processo de escassez artificial da terra. Essa nova configuração de classe dificultou a identificação dos proprietários fundiários dentro do contexto do modo de produção capitalista, principalmente quando se refere à cidade. (CHAVES, 2018, p.59).

Ao inserir a terra como uma mercadoria privada na produção do espaço, o valor de uso se estabelecerá sempre mediado pela troca e não como garantia de reprodução social dos sujeitos. Sobre isso Chaves diz que:

A produção do espaço é um dos aportes utilizados pelo capitalismo para superação de suas crises. O caráter monopolista da propriedade privada torna a terra rara e a propriedade imobiliária uma mercadoria. Ainda que a terra não possua valor (de troca), pois ela não é um produto, fruto do trabalho, à terra é estabelecida preço, e dessa forma ela se torna mercadoria. A cidade transformada em um grande empreendimento tem a terra inserida no sistema de trocas e não de supressão de necessidades de vivência. (CHAVES, 2018, p.65).

Nessa realidade, a condição do trabalhador como possuidor único da sua força de trabalho para se reproduzir no urbano, aceita todas as condições impostas pelo capitalista, possuidor da força do trabalho desse como um objeto a ser utilizado da maneira mais útil para a extração do mais valor, através das horas não pagas por seu trabalho. Assim, as relações estabelecidas com valor de uso e valor de troca, no meio

urbano fragmenta o trabalhador, e sua realização enquanto ser social não se efetiva de maneira plena.

Diante dos efeitos da crise estrutural do capital¹⁴ e da luta para garantir a continuidade das relações sociais, a cidade só pode ser concebida e compreendida numa totalidade, em que a sociedade se reproduz historicamente através de um movimento interdependente e dialético, onde o trabalho humano vai dá forma ao conteúdo urbano. Nesse contexto de expansão das relações de mercado, o espaço, agora propriedade privada, ganha novo sentido, subsumindo o valor de uso e valor social, à condição de valor de troca. E assim, entender a moradia na lógica do modo de produção capitalista, nos permite compreender não só a luta por essa, mas a precarização de vários serviços públicos e dos direitos que são usurpados por aqueles que detêm o controle dos meios de produção, e que são negados para uma parte significativa da classe trabalhadora, que ocupam as frações de terra que sobram no urbano. Nessa perspectiva, seguiremos para a próximo tópico dialogando com autores que nos aproxima dessa análise.

2.2 A produção do espaço enquanto produto social e histórico: contribuições da teoria crítica.

Busca-se, nessa subseção, através de autores fundamentados na teoria crítica, compreender as contradições na produção do espaço urbano, resultado e condição de uma sociedade composta por classes sociais antagônicas, em que a cidade vai se consolidando, cada vez mais, como valor de troca, e cuja apropriação nas mãos das classes detentoras dos meios de produção remete a classe trabalhadora, e dona de sua força de trabalho apenas, uma existência limitada, senão miserável. Argumentamos ainda que na sociedade capitalista, o acesso ao trabalho é condição central na reprodução dos sujeitos e que, nos espaços urbanos, já na condição de expropriados

¹⁴ Tal entendimento pauta-se na leitura de Istvan Meszáros (2002) de que a atual crise do capital, iniciada em finais da década de 1960 é irreversível, portanto insuperável. Essa se expressa na constante queda da taxa de lucro e na impossibilidade do capital de repor os patamares de acumulação e se perpetuar como forma de organização da sociedade, dada as contradições nas quais se sustenta. Uma evidência dessa crise estrutural do capital, segundo o autor, é o crescente desemprego estrutural, ou seja, a total incapacidade do capital de explorar os sujeitos expropriados dos meios de produção, a produzirem mais-valia por meio do trabalho assalariado. Essa evidência, em acordo com Meszáros, fez com que o capital acionasse seus limites absolutos, mergulhando em uma crise sem precedentes, capaz de levar a destruição a natureza e o próprio homem, caso o sistema sociometabólico do capital não venha a ser superado.

dos meios de produção, resta a esses apenas a venda da força de trabalho para viver. Assim, tanto o acesso ao labor, quanto às condições em que ele se estabelece, torna-se uma questão central no entendimento da reprodução dos sujeitos no urbano e do acesso aquilo que a cidade oferece, mas que, contraditoriamente, é produto do trabalho, muitas vezes negado à classe trabalhadora.

Para discutir as contradições existentes no urbano é necessário partir do entendimento do espaço na perspectiva de que esse é um produto social. Lefebvre diz:

A produção, o produto, o trabalho, conceitos que emergem simultaneamente e permitem fundar a economia política, constituem abstrações privilegiadas, abstrações concretas: elas permitem analisar as relações de produção. A produção do espaço. Conceito de produção, ele só se torna plenamente concreto e recebe seu conteúdo com a resposta às questões que ele permite colocar: “Quem produz? O que? Como? Por que e para quem?” Fora destas questões e de sua resposta, o conceito permanece uma abstração. (LEFEBVRE, 2000, p.106, 107).

Embora a obra de Lefebvre nos traga uma reflexão de caráter mais filosófico, não se prendendo ao escopo disciplinar de uma ciência, a exemplo da Geografia, é incontestável a aproximação de sua leitura com o entendimento das contradições postas pela teoria do valor-trabalho em Marx, e do entendimento que são os homens, a sociedade, em seu conteúdo contraditório que produzem a História, tão logo o espaço geográfico, materializando nesse todas as contradições existentes nessa forma de sociabilidade pautada na exploração de uma classe sobre a outra.

Ressalta-se, ainda a relevância de suas leituras iniciadas a partir da segunda metade do século XX, sobretudo da década de 1970 em diante, enquanto um novo olhar para o espaço partindo da própria prática social, movidas por contradições inerentes ao modo de produção, como forma de superar as abordagens estáticas e cartesianas-newtonianas de ler o espaço enquanto aparente, superfície onde as coisas acontecem. Portanto, para Lefebvre (2000) é preciso explicar como esse espaço é produzido, respondendo as seguintes indagações: Quem produziu e sob quais circunstâncias? Como essa produção social é, efetivamente, apropriada? Quais são os sujeitos e os seus interesses e como esses se materializam no espaço? Quais as determinações sociais e históricas que incidem na produção do espaço capitalista?

As respostas a essas questões não são simples, mas, certamente, a leitura de Henri Lefebvre nos ajuda a melhor compreendê-las, partindo de um viés crítico que busca explicar a essência das coisas, em suas contradições. Também nesse debate

da produção do espaço, cabe-nos destacar as colocações de Smith (1988) ao apontar que:

Com “a produção do espaço”, a prática humana e o espaço geográfico são integrados no nível do “próprio”, conceito de espaço. O espaço geográfico é visto como um produto social; nesta concepção, um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma “amputação” filosófica. (SMITH, 1988, p.123).

E é com base nessa assertiva que se pode compreender, como nos traz Carlos (2007), no texto intitulado “A Geografia Crítica e a crítica da Geografia”, a passagem da noção de organização do espaço, base das abordagens cartesianas, para a noção de produção do espaço, espaço esse entendido como produção social. Mas, cabe ainda nessa leitura proposta pelo espaço produzido a crítica a superação ao entendimento do espaço enquanto uma realidade pautada no indivíduo, na sua intersubjetividade, ou seja, na percepção que esse possui. Afere-se que o espaço não se constitui em uma produção individual, pois o indivíduo, historicamente, estabelece relações sociais, é um ser social por essência. Mas, na sociedade capitalista, composta por classes sociais eles ocupam lugares diferentes na sociedade e se apropriam do espaço de maneira diferenciada. E ainda nessa mesma perspectiva Smith diz que:

As relações espaciais são geradas “logicamente”, mas tornam-se “dialethicizadas através da atividade humana no espaço e sobre ele. É este espaço “dialethicizado” e de conflito (...) que, produz a reprodução, introduzindo nele suas múltiplas contradições. (SMITH, 1988, p.139).

Não podemos separar a dimensão social do conteúdo histórico que está presente na apropriação e uso do espaço urbano, nem das lutas para a reprodução dos sujeitos nesse espaço. Lefebvre argumenta:

Ora, o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma seqüência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. (LEFEBVRE, 2006, P 111,112).

Para Lefebvre o espaço é condição para a sociedade construir sua história, de outra forma o espaço por si só seria um vazio.

Se cada sociedade produz um espaço, o seu, seguem-se ainda algumas conseqüências. Uma “existência social” que se desejasse e se dissesse “real”, mas não produzisse seu espaço, permaneceria uma

entidade, uma espécie de abstração muito particular; ela não sairia do ideológico, até do “cultural” (LEFEBVRE, 2000, p.85).

Na produção do espaço urbano, estão presentes também as várias formas de lutas, que são travadas pelos sujeitos sociais que constroem esse espaço, produzindo as condições necessárias para a reprodução da vida. Sendo assim, estão inseridas também um modo de vida, o modo de sentir, de pensar essa construção, que também é conflitante, uma vez que existe interesses diferenciados para se apropriar desse espaço. Nesse sentido ressalta-se a contribuição trazida por Carlos (2007), que ao discutir a vida cotidiana dos sujeitos, enfatiza as contradições imposta pela a forma de apropriação da cidade, onde o lugar de realização do ser é sucumbido nas relações capitalistas da cidade mercadoria.

É assim que o ato de “habitar” está na base da construção do sentido da vida, revelado nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa. Significa afirmar que o ato do habitar produz a “pequena história”, aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida cotidiana. Mas na lógica capitalista esse sentido se revela em sua dimensão “improdutiva” e é nesse sentido que ao uso produtivo - a cidade produzida dentro dos estritos limites da produção econômica, enquanto condição da produção/reprodução do capital - se impõe o uso improdutivo do espaço, centrado na vida cotidiana. (CARLOS ,2007, p. 94 ,95).

Na perspectiva de compreender a produção do espaço, e como a vida no movimento da divisão social do trabalho está intimamente ligadas as relações sociais que são estabelecidas no ato produção/reprodução, cabe trazer as colocações de Lefebvre (2000) que nos fala dessas ligações entre os sujeitos sociais que refletem diretamente produção e apropriação do espaço urbano.

O espaço urbano reúne as multidões, os produtos nos mercados, os atos e os símbolos. Ele os concentra, os acumula. Quem diz “espacialidade urbana”, diz também centro e centralidade, atual ou possível, saturada, quebrada, inquieta, pouco importa; ou seja, centralidade dialética. (LEFEBVRE, 2000, p.149).

Mas, pensando na leitura das contradições, no universo que vai da produção do espaço à reprodução da vida, é *mister* destacar que os sujeitos expropriados dos meios de produção – os trabalhadores, não apenas aceitam as imposições do capital,

mas também lutam para sobreviver e essas e, em alguns momentos, até mesmo superá-las. Na cidade esse processo também se efetiva na luta por um espaço de reprodução social, de luta pela moradia, pelo trabalho, ou mesmo por outros direitos, que embora não rompendo com a lógica capitalista, se constituem elementos importantes para a reprodução social. Em outros casos, até mesmo os trabalhadores se organizam e enfrentam as imposições, travando uma luta anticapitalista. De um modo ou de outro, ascendem os conflitos de interesses entre classes antagônicas, evidenciando a luta de classes.

Para Lefebvre “A luta de classes? Ela intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço” (LEFEBVRE, 2000, p.86). O espaço urbano como produto social e histórico, traz consigo, nas práticas sociais, os símbolos, as manifestações que lhe confere um espaço que está em construção contínua. Em um movimento indissociável, onde as ações do presente expressam as do passado formando um só conteúdo histórico e social.

O espaço, enquanto construção e possibilidade, revela também as contradições à medida que é produto das relações sociais marcadas por interesses entre classe antagônicas. Assim, no capitalismo, o espaço torna-se essencialmente mercadoria, sobressaindo-se ao espaço enquanto *locus* de reprodução da vida, para se inserir em outra dimensão: a do consumo. No entanto, não se pode pensar produção separada da dimensão social, caso assim fosse, o espaço perderia sua função social.

Como aponta Lefebvre:

Em Marx e Engels, o conceito de “produção” não sai da ambigüidade, que faz sua riqueza. Ele possui duas acepções, uma muito ampla, a outra restrita e precisa. Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A “natureza”, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. Os seres humanos produziram formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas. A produção no sentido amplo abrange então obras múltiplas, formas diversas, mesmo se essas formas não trazem a marca dos produtores e da produção (como a forma lógica, aquela da abstração que passa facilmente por intemporal e não produzida, ou seja, metafísica). (LEFEBVRE, 2000, p. 105, 106).

Também partindo do campo da Filosofia, pensando ainda a produção do espaço enquanto movimento da sociedade, ao longo do processo histórico, Lessa diz que:

Todo espaço é construção social e a sua formação está intimamente ligada às transformações que ocorrem nas relações definidas pelo processo de trabalho, ou seja, as relações de produção que ocorrem em um determinado período histórico. (LESSA, 2016, p.27).

A reprodução dos sujeitos no urbano, como expressão concreta da materialização do trabalho e dos meios de produção, no modo de produção capitalista, traz consigo as contradições dessa sociedade de classe, em que as relações de trabalho estão entrelaçadas com as condições sociais existentes. Carlos fala que:

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao específico, o segundo considera a acumulação de capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que antes foi produzido pelo trabalho humano; que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz). (...) O processo de reprodução está associado às condições de vida da sociedade e determinado por ela. São as condições sociais de produção que determinam o grau e a medida em que se darão a ampliação e o desenvolvimento de suas relações. (CARLOS, 2007, p. 52).

Com base em Carlos (2007), a cidade como expressão do urbano revela as condições de reprodução do homem enquanto sujeito social e histórico. Nesse processo, é possível se pensar também para além da produção do espaço efetivado por meio do trabalho abstrato, e se recuperar a dimensão da reprodução da vida. Assim, o espaço é produzido pelo trabalho, mas é preciso se pensar na esfera da vida para além do labor, a exemplo do lazer, das relações cotidianas e, até mesmo do ócio. Para essa autora:

A cidade pode ser analisada como lugar que se reproduz enquanto referência – para o sujeito - e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade que comporá os elementos de sustentação da memória, e nesta medida, a análise da cidade revelaria a condição do homem e do espaço urbano enquanto construção e obra. (CARLOS, 2007 p.23).

Desse modo, para entender as contradições existentes na apropriação do solo urbano, é preciso compreender a esfera da produção/reprodução para além da lógica do capital. A cidade como lugar de realização do ser social precisa dar a esse à

condição de se realizar não só na esfera da produção, mas também da reprodução, como sujeito que tem no ato de trabalhar e morar condições fundamentais para viver na cidade e usufruir do que essa produz.

Mas, no modo de produção capitalista, pautado na exploração do homem pelo homem, de uma classe sobre outra classe, esse só pode se consolidar com sérios limites. Por isso, entende-se que a concepção de direito à cidade, tal qual posta por Lefebvre só se torna viável e possível na superação da forma de sociabilidade do capital, das desigualdades impostas à produção do valor.

Assim, enquanto prevalece a sociedade produtora de mercadoria, os sujeitos e o espaço estarão sempre subsumidos à condição de produtores de mais valor. Nesse processo, o sujeito é subsumido a condição de produtor de mercadorias, tantas quanto ao capital interessar a apropriação de trabalho não pago. E o espaço, em destaque o espaço urbano, é produto dessa produção desigual e é também condição para que essas mercadorias sejam produzidas e consumidas. Com base nesses argumentos a próxima sessão discutirá a produção contraditória do espaço urbano, tendo como expressão concreta a realidade vivenciada no espaço urbano de Vitória da Conquista/BA, enquanto uma cidade também produzida nas contradições existentes entre capital e trabalho, debate que será trazido na seção 3 desta dissertação.

Além disso, será analisada as possibilidades de reprodução da vida imposta à classe trabalhadora, que também busca desenvolver as formas mínimas, seja pelo acesso ao trabalho abstrato ou por meios dos vínculos de solidariedade se manter no espaço urbano, mesmo com todos os problemas quotidianos que vivencia, questões que serão apresentadas ao longo da seção 4 desta dissertação.

SEÇÃO 3

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe de do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. (...) Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charco estagnados e fétidos. A ventilação da área é precária, dada estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias (...). (ENGELS, [1845], 2008, p. 70).

3 A PRODUÇÃO CONTRADITÓRIA DO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

O espaço urbano compreendido como lugar de condição e reprodução das relações sociais, e considerado como produto e condição para garantir a continuidade da vida, é analisado a partir das várias relações existentes na construção desse espaço, ele é produção social e obra histórica, que acontece numa relação dialética estabelecida através da mediação do trabalho humano materializado nesse espaço. Assim sendo, a leitura aqui sobre o urbano, parte do entendimento de que existe uma dinâmica entre o produzir e usufruir do solo urbano, vinculada à lógica do modo de produção capitalista no uso e ocupação desse.

Por isso, a epígrafe que abre a referida seção aponta as contradições na produção do espaço urbano na Inglaterra, analisada por Engels em meados do século XIX, quando se constituía o berço central do capitalismo e da produção industrial. Assim, o texto vem a mostrar como no país que concentrava a produção da mercadoria, a reprodução generalizada da miséria se fazia com todo o peso para a classe trabalhadora, aquela que, por meio do trabalho não pago, produzia toda a riqueza produtiva da indústria. Assim, trata-se de um estudo fundamental para se refletir sobre a fragmentação entre a produção e o trabalho e os espaços da reprodução da vida da classe trabalhadora inglesa – os bairros de má fama. Mas esses, longe de representarem a expressão de um determinado período histórico ou se efetivar em um determinado espaço isolado, constitui-se na própria lógica da reprodução ampliada do capital, cuja condição central e inicial foi justamente desprover os trabalhadores de qualquer outra possibilidade de reprodução da vida que não por meio do trabalho assalariado.

Tal processo de expropriação dos trabalhadores dos meios de reproduzir a vida – a terra e os instrumentos de trabalho caracterizam a marcha histórica do capital e se expressa em qualquer cidade, qualquer espaço subsumido à produção do valor e acumulação. Essa realidade permite, portanto, aferir a situação concreta da classe trabalhadora conquistense e a fragmentação existente entre os espaços de trabalho e da reprodução da vida.

Desse modo, o processo histórico de formação da cidade de Vitória da Conquista permite visualizar a expropriação dos povos nativos, a apropriação das terras e a conversão dos camponeses e trabalhadores autônomos à disposição do trabalho

assalariado. Entende-se, portanto, que a produção desse espaço assume um papel no movimento geral de acumulação do capital, ao passo em que se consolida em espaços de produção de riqueza *versus* os espaços da miséria, *lócus* de reprodução dos trabalhadores, “os bairros de má fama” da cidade, parafraseando a expressão de Engels ([1845], 2008), questões de serão retomadas ao longo desta seção 3.

Portanto, entende-se a produção do espaço urbano como produto social e histórica, em contínuo processo de construção ou destruição, para reconstrução de novos espaços de produção e reprodução. Cabe aqui destacar que no modo de produção capitalista a posse da terra urbana se dá através da propriedade privada dessa, portanto é vista como uma mercadoria de valor importante para ampliar e gerir as relações capitalistas nesse espaço. Lefebvre diz que:

O espaço não tem, portanto, nada de uma “condição” a priori de instituições e do Estado que as coroa. Relação social? Sim, decerto, mas inerente às relações de propriedade (a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outra parte ligada às forças produtivas (que parcelam essa terra, esse solo), o espaço social manifesta sua polivalência, sua “realidade” ao mesmo tempo formal e material. Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas (LEFEBVRE, 2006, p. 128).

Assim sendo, discutir a produção do espaço urbano, é trazer também as contradições existentes no momento atual, mas que são históricas e que se acirram a maneira que evolui as investidas do capital na tentativa de se reestruturar e se manter vivo mesmo em tempos de crise. E o conteúdo de classe que se ler nesse espaço, é o resultado das relações sociais que são estabelecidas e vivenciadas na construção do espaço urbano.

Na produção do espaço urbano a apropriação da terra como uma mercadoria nos leva a entender as contradições existentes, onde o conteúdo social é subsumido pela condição de cidade produzida para troca, onde as relações sociais de produção refletem a realidade contraditória entre produção e reprodução, obedecendo a dinâmica necessária para as relações capitalistas de produção. Maricato afirma que:

Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles, a cidade é

a mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. Se lembrarmos de que terra urbana, ou um pedaço de cidade, constitui sempre uma condição de monopólio – ou seja, não há um trecho ou terreno igual a outro, e sua localização não é reproduzível – estamos diante de uma mercadoria especial que tem o atributo de captar ganhos sob forma de renda. A cidade é um grande negócio, e a renda imobiliária, seu motor central. (MARICATO, 2015, p. 23).

Com a expansão das relações capitalistas de produção, as transformações no espaço urbano também se intensificam, se ampliam, o modificando a todo instante, separado e dividindo as classes que compõem a sociedade. Enfim, a apropriação do espaço urbano, para a realização do ser, se faz com a desrealização social do outro. O espaço (os espaços) do trabalho, do lazer, e do morar, entram na lógica do consumo, como qualquer outra mercadoria, e isso implica na esfera produção/reprodução, em que determinada classe (trabalhadores moradores da periferia¹⁵ urbana, por exemplo) são impedidos de habitar em determinadas frações do solo urbano, resultados de ações planejadas para atender as necessidades do capital imobiliário e as demandas das classes dominantes.

Fundamentando-se no materialismo histórico dialético, busca-se através das argumentações dos autores críticos citados, os argumentos necessários para se compreender a produção do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA também como expressão das contradições existentes na relação capital *versus* trabalho, impulsionadas pelo processo histórico da apropriação e expropriação, de consolidação da propriedade privada da terra e dos meios de produção, e da existência de classes sociais antagônicas. Com base nessas reflexões, é possível evidenciar no urbano a fragmentação existente entre produção social e apropriação individual, entre o espaço de produção material e a reprodução social da vida, partindo de um olhar sobre a realidade concreta dos trabalhadores residentes na periferia conquistense, e de que maneira o acesso ao que a cidade produz se efetiva para esses sujeitos.

¹⁵ A periferia aqui é entendida como *lócus* de reprodução da classe trabalhadora, onde os equipamentos urbanos são poucos ou inexistentes no sentido de garantir a reprodução da vida dos sujeitos sociais que aqui vivem. Onde as contradições se expressam nas diversas formas de negação, a um transporte público de qualidade, ao lazer, a segurança, etc. Pesquisa de Final de curso intitulada: Da habitação popular ao direito à cidade: o programa Minha Casa Minha Vida no Vila do Sul e Vila Bonita em Vitória da Conquista – BA, no ano de 2016, orientada pela Profa. Dra. Suzane Tosta Souza.

Daí as contraposições entre o(s) espaço(s) de trabalho (quando se tem, efetivamente, o acesso ao trabalho) e o(s) espaço(s) de reprodução da vida (enquanto locais em que esses trabalhadores podem, efetivamente, se apropriar de algum espaço da cidade). Em tempos de crise estrutural do capital (MESZÀROS, 2002), fica evidente que esse processo se efetiva com maior dificuldade, impulsionado, ainda, pela precarização e flexibilização, (e dentre essas à terceirização das relações de trabalho em vários setores econômicos), em que os trabalhadores mais pobres encontram maiores dificuldades em vender a sua força de trabalho, evidenciando formas mais precárias no processo de reprodução da vida e nas possibilidades de usufruir daquilo que a cidade oferece.

3.1 O urbano na cidade, uma realidade que expressa contradições

Ao buscar compreender a cidade, afere-se que essa traz problemas que ultrapassam a estrutura física e perpassam pelas relações sociais de produção. A cidade aparece como forma desse processo, e traz as contradições existentes nesta relação estabelecida, entre os sujeitos que dão forma e conteúdo ao espaço produzido. Como aponta Carlos:

Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico. (CARLOS, 2007, p.21).

Na produção do espaço urbano, a cidade só pode ser concebida e compreendida numa totalidade, em que a sociedade se reproduz historicamente através de um movimento interdependente e dialético, aonde o trabalho humano vai dá forma ao conteúdo urbano. Essa produção se estabelece mediada por contradições existentes entre classes sociais proprietárias e não proprietárias dos meios de produção, no processo de apropriação do produto do trabalho e do espaço propriamente dito.

Como essa proposta de dissertação parte do entendimento de que desfrutar daquilo que a cidade oferece requer muito mais que o simples direito de residir em

determinados espaços, esse deve se estender a todos os domínios da vida. Por outro lado, em uma sociedade capitalista é *mister* indicar que para a classe trabalhadora, o acesso ao trabalho, por exemplo, acaba por determinar as condições de reprodução desses sujeitos. Por isso, o trabalho adquire conotação importante na reprodução social do sujeito na cidade, mas a fragmentação entre os espaços de produção e reprodução da vida vem a representar dificuldades concretas nesse processo. E a cidade é a própria expressão material dessa contradição. Nesta direção Carlos aponta que:

A Cidade é a materialização das relações sociais, em que ocorre a produção da vida cotidiana das pessoas e do arranjo espacial, decorrentes das atividades da dinâmica interna das cidades que orientam a construção do espaço urbano, a circulação de pessoas e mercadorias, e a moradia como uma necessidade humana básica, repleta de configurações complexas as quais obedecem à lógica da produção econômica comandada por diferentes agentes. (CARLOS, 1999, p.73).

O urbano aparece como forma desse processo, e traz as contradições existentes nesta relação estabelecida entre os sujeitos que dão forma e conteúdo ao espaço produzido. Como aponta Carlos:

A dominação imposta pelas necessidades do poder político em articulação com a empresa privada produz o espaço homogêneo ao mesmo tempo, que contraditoriamente, impõe a fragmentação pela realização da propriedade privada, que vende a cidade em pedaços. Esse processo entra em contradição com as necessidades da vida social, que não se reduz nem ao aspecto econômico, nem ao político, gerando lutas. (CARLOS, 2007, p.91).

Assim, a cidade do capital vai se tornando cada vez mais atraente para garantir a perpetuação desse processo. Assim cabe trazer as colocações de Lefebvre quando diz que:

Com a indústria, a extensão do mercado, o mundo da mercadoria, com a importância do econômico e do capitalismo, a cidade histórica, assaltada de todos os lados dá lugar a outra coisa. As cercas, — as muralhas, as corporações, a oligarquia local, o mercado limitado, o território controlado — se dissolvem. A máquina se desenvolve com o aumento do capital investido. (LEFEBVRE, 2000, p. 467).

A realidade vivida nas cidades de hoje reflete problemas que são inerentes as relações capitalistas na ocupação do solo urbano, e de investimentos públicos para

valorizar áreas tidas como “vazios urbanos”¹⁶, mas que agrega alto valor de troca. Nessa perspectiva Carlos coloca que:

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana e separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos. Neste sentido, a existência da propriedade privada do solo urbano vai revelando uma função econômica como realização continuada do valor; uma função jurídica que a realiza enquanto direito garantido pela constituição federal que torna inquestionável sua existência e uma função social e neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza a desigualdade que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS, 2007, p. 112).

Analisando a cidade como sendo uma construção humana – em que nela está presente não só as ações do hoje, mas também todo processo histórico que garantiu sua existência e possibilitou toda dinâmica existente na atualidade, – é necessário pensar como essa se estrutura no contexto de desenvolvimento da sociedade urbana industrial, com características cada vez mais marcantes dessa industrialização – enquanto consolidação de um novo momento de expansão e acumulação do capital. Surge, a partir daí, uma série de “necessidades” para suportar essa nova “dinâmica” capitalista que impactou, diretamente, na estrutura da malha urbana – que passa a contar com uma população cada vez maior. Inicia-se assim, uma problemática urbana. Em decorrência dessa realidade, se acrescem vários problemas sociais – como resultado das contradições da sociedade do capital, tais quais: a violência, o desemprego e principalmente a falta de moradia para a classe trabalhadora.

A cidade expressa assim seu conteúdo de classe, onde a falta de moradia se torna um problema para a reprodução dos trabalhadores mais pobres, uma vez que, como qualquer outra mercadoria, frações do solo urbano não podem ser consumidas por esses sujeitos, que buscam nos locais menos valorizados e desprovidos de infraestrutura formas de sobreviver. Lefebvre argumenta que:

¹⁶ Questiona-se a expressão “vazio urbano” pois se compreende ser algo que não se estabelece, efetivamente, em uma sociedade fundamentada na apropriação privada dos meios de produção, pois a propriedade já encontra-se estabelecida. Por isso, conforme apontado por Chaves (2018) e Santos (2019) tratam-se de terrenos à espera de valorização, se configurando como pura especulação da mercadoria solo urbano.

Poder-se-ia então elaborar esta forma, mostrar a estrutura (centroperiferia), as funções sociais, as relações com o trabalho (os diversos mercados), por conseguinte com a produção e a reprodução, com as relações de produção pré-capitalistas e capitalistas, o papel das cidades históricas e do tecido urbano moderno etc. Assim como os processos dialéticos, ligados a essa relação entre a forma e os conteúdos: as explosões [os estilhaçamentos], as saturações, as contestações, os assaltos levados a cabo pelos conteúdos expulsos para as periferias etc. Em si e por si, o espaço social não possui todos os caracteres da “coisa”, oposta à ação criadora. Como espaço social, ele é obra e produto: realização do “ser social”. Mas em conjunturas determinadas, ele toma os caracteres fetichizados, autonomizados, da coisa (da mercadoria e do dinheiro). (LEFEBVRE, 2000, p. 150).

A cidade passa por transformações profundas com o advento da industrialização, em que o modo de produção capitalista¹⁷ se expande espacialmente, buscando transformar tudo em mercadoria, e uma nova dinâmica é incorporada, não só na estrutura física, mas também econômica e principalmente social. Assim, vai se tornando cada vez mais atraente, para garantir o processo de apropriação e valorização do espaço mercadoria, garantir a perpetuação da fragmentação do espaço urbano.

Nessa direção, surgem as lutas e enfretamento de classes na tentativa de buscar respostas para questões que vão além do direito à moradia. E é nesse sentido que se pode compreender que as relações de produção se estabelecem de forma contraditória com a reprodução social dos sujeitos que garantem a dinamização das cidades.

A busca por moradia no espaço urbano vai se tornando um problema social não só nas grandes cidades, mas também nas cidades médias, e a urbanização vai acontecendo de forma contraditória, com um projeto de desenvolvimento no qual a classe trabalhadora, desprovida dos meios de produção é a mais penalizada, uma vez que a renda da terra vai se tornando atraente para grandes investimentos públicos e

¹⁷ Essa dinamicidade na construção do espaço é muito bem descrito por Max e Engels no Manifesto Comunista. Os autores reconhecem como o desenvolvimento do capitalismo representou profundas transformações espaciais em todo mundo, claro que com enorme sacrifício da classe trabalhadora. A burguesia revolucionou os meios de transportes e de comunicação, com isso integrou todo o mundo criando uma sociedade verdadeiramente cosmopolita. O meio rural também foi intensamente transformado, esvaziado paulatinamente, empobrecido, e cada vez mais dominado por uma casta de grandes proprietários capitalistas. (LESSA, 2016, p.27).

privados na construção desse espaço urbano, e conseqüentemente, impedindo a classe trabalhadora do direito a habitar determinadas frações de terra. As relações sociais estabelecidas no meio urbano também se modificam, são direcionadas para a lógica do individualismo. Nessa direção aponta Carlos que:

A separação entre homem e natureza, valor de uso e valor de troca sinaliza a extensão do processo de desenvolvimento do mundo da mercadoria que embasa o processo de produção do espaço urbano, transformando-o em mercadoria valorizada pelo processo de urbanização da sociedade, e, com ele, eliminando referenciais, volatilizando relações sociais e gerando individualismo. Neste processo, a explosão da cidade produz o desabamento das referências, pois as relações sociais perdem sua base de sustentação. A cidade está alienada como o próprio homem e o espectro de cidade sobrevive ao que antes era a urbanidade. A função da habitação modifica-se profundamente: de ato social gerador de poesia, resume-se a mercadoria e nesta dimensão, torna-se coisa funcional, objeto de status (CARLOS, 2007, p.50).

Assim, o capital além de buscar formas de se reproduzir no espaço urbano, também, pelas desigualdades sociais que engendra, fragmenta os sujeitos no urbano, que, muitas vezes, pelo cotidiano de violência a que encontram-se submetidos, ou mesmo pelas dificuldades de maior convivência social, se fecham nos espaços das casas e apartamentos, confinados em espaços absolutamente restritos. Mas, essa fragmentação traz também seu caráter ideológico, a fragmentação do sujeito como ser social, como classe, fechando-os em um cotidiano de individualismo, próprio e imposto pela concorrência do capitalismo neoliberal. Desse modo, o fracasso do modo de produção é visto como fracasso do indivíduo que não se adequa a esse. O acesso ao mercado formal de trabalho, por exemplo, é uma evidência desse processo¹⁸.

Diante das várias transformações ocorridas no espaço urbano e o aumento da população vivendo nas cidades, é de extrema importância se refletir sobre o esgarçamento das contradições impostas pelo processo de crise estrutural do capital e seus rebatimentos sobre o trabalho, o que acabam por repercutir na vida urbana, sobretudo na reprodução da classe trabalhadora, impondo a mesma uma vida de privações. Não se trata, portanto, de um processo natural, mas social e historicamente estabelecido, em que o direito à cidade é, cada vez mais, confrontado com o direito à

¹⁸ Nesta dissertação já tivemos a oportunidade de afirmar que na forma de sociabilidade do capital, com o aumento da produtividade do trabalho, há o aumento descrente do desemprego como uma condição estrutural, portanto não se trata de uma questão individual ou das impossibilidades do indivíduo desenvolver habilidades e competências para se destacar frente aos demais e manter-se empregado, e sim uma questão sociometabólica do modo de produção.

propriedade, o direito à realização plena da mercadoria, em todas as esferas, sobretudo do próprio trabalho, produtor de toda a riqueza social.

Eis, então, a expressão da contradição social. Nessa, os produtores da riqueza tornam-se descartáveis, e o direito à cidade lhes é negado. Por isso, torna-se fundamental para qualquer pesquisa que se coloque no campo da crítica social, sair do engessamento e buscar compreender a questão da moradia para além das quatro paredes, repensar a práxis entre a esfera da moradia e do trabalho na formação e apropriação das relações sociais na produção do espaço urbano.

É na busca pelo entendimento dessas contradições que esta proposta de dissertação reflete sobre a realidade concreta da produção do espaço e da reprodução dos trabalhadores na cidade de Vitória da Conquista/BA, no próximo subitem, cuja dimensão objetiva e subjetiva expressa as determinações e mediações necessárias para se compreender, também, a consolidação da cidade enquanto mercadoria, em que o acesso ao que a cidade oferece, na contramão da reprodução da vida, agora pode ser vendido e comprado.

3.2 A produção contraditória do espaço urbano de Vitória da Conquista

Como toda e qualquer cidade erigida sob a lógica capitalista de produção, Vitória da Conquista foi e continua a ser produzida pelo processo histórico de expropriação dos sujeitos da terra e dos meios de trabalho e a imposição da propriedade capitalista, fundamental na consolidação de uma classe dominante local, que historicamente se alia e se beneficia da atração de capital para o município e a cidade.

Portanto, tal qual trazido na seção 2 desta dissertação o processo de acumulação primitiva, que se efetiva na expropriação dos trabalhadores, os reais produtores da riqueza, também permite explicar, considerando o caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capital, a realidade verificada na cidade e no município de Vitória da Conquista.

Tal processo de exploração se inicia com a expropriação, o massacre e a posterior tomada do território dos gentios que habitavam as terras do município: os índios mongoiós, pataxós e imborés, pelos bandeirantes, em destaque João Gonçalves da Costa, que ao desbravar e limpar o território dos sujeitos indesejados, criou as condições necessárias à época a exploração do território, seja por meio da

busca de riquezas minerais ou da abertura e contato com outras regiões implementando às relações comerciais, posteriormente fundamentais a expansão das relações capitalistas de produção¹⁹.

De acordo com historiadora Maria Aparecida Sousa (2001):

João Gonçalves não é lembrado nos documentos elaborados pelos homens que administravam a Capitania da Bahia como um descobridor de zonas de mineração, apesar de, como já vimos, ter sido através desta atividade o seu ingresso no desbravamento do sertão. Para o governo português, o seu mérito reside nas inúmeras tentativas de melhoria da comunicação do interior com o litoral, por meio das explorações dos rios da região e seus afluentes e da abertura de estradas. Mas, sobretudo, pelas ações comandadas por ele de intenso combate ao índio, independente dos métodos violentos e traiçoeiros que utilizava, razão pela qual conseguiu destruir aldeias indígenas numericamente superiores ao grupo de homens que comandava. (SOUSA, 2001, p. 16).

Esse processo, é também fundamental na consolidação da propriedade privada sobre a terra, por meio de concessões e compras que, ao longo do tempo, vai se concentrando, inicialmente nas mãos dos núcleos familiares de descendência do bandeirante e outras famílias migrantes e abastadas que começam a chegar posteriormente²⁰. Mas, é importante também apontar que outras formas de expropriação também se estabeleceram, a exemplo de uma massa de pequenos produtores camponeses, que segundo Neves (2005)²¹ eram comuns em todo Alto Sertão e adjacências.

Segundo Medeiros (1977), até, pelo menos, à década de 1950, existia um monopólio sobre a terra, onde os donos de grandes fazendas dominavam e tinham o

¹⁹ A ocupação do solo não ocorreu sem lutas. Os nativos que ocupavam o Sertão da Ressaca (Mongoiós, Imborés e Pataxós) reagiram a ocupação do solo pelos invasores, em conflitos armados que, em relação aos Pataxós, perdurou até o século XX. Foram lutas que terminaram por liquidar a população Mongoió e Imboré, em verdadeiro genocídio. (MEDEIROS, 1977, p. 23 apud SOUZA, 2008, p. 368).

²⁰ O controle de consideráveis porções territoriais por parte de João Gonçalves da Costa e seus descendentes, bem como o controle do poder local, das decisões e dos cargos do poder público, por meio da prática do mandonismo e da violência é apontado por Ivo (2004), ao analisar a tragédia do Tamanduá, ocorrida no ano de 1895, envolvendo a disputa de poder entre quatro famílias: os Ferraz de Araújo, os Oliveira Freitas, os Lopes Moitinho e os Fernandes de Oliveira, ambas originárias de um mesmo núcleo familiar, cujo patriarca foi o capitão-mor João Gonçalves da Costa (SOUZA, 2008, p. 377/378).

²¹ Esses fluxos imigratórios estabeleceram uma população de arrendatários e de proprietários de médias e pequenas nengas de chão, com o emprego do trabalho familiar, que formou, na sociedade escravista, um núcleo de produtores autônomos. Também se deslocaram nessas migrações, contingentes desprovidos de recursos para aquisição do principal meio de produção, a terra, que disponibilizaram mão-de-obra como meeiros e diaristas. Estes imigrantes integraram-se no desenvolvimento da pecuária e das policulturas agrícolas e formaram os incipientes mercados locais, conectados por tropeiros e boiadeiros aos circuitos do comércio inter-regionais (NEVES, 2005, p. 205).

controle e participação muito forte nas decisões políticas e econômicas envolvendo o município e regiões vizinhas. Souza diz que:

De acordo com Medeiros (1977), até a década de 1950 as disputas políticas, bem como o controle econômico do território, em Vitória da Conquista giravam em torno dos interesses dos proprietários fundiários, e não raras vezes levava a embate entre ambos. “Disputas e acordos de famílias, empreitadas a jagunços, comícios a circunstâncias armados caracterizavam o processo político”; em uma economia agrária, onde o poder do mando era disputado por fazendeiros. A revolução de 1930 não modificou esta situação. O próprio interventor do Estado Tenente Juraci Magalhães apoiou suas bases nas oligarquias locais. Em Vitória da Conquista, o Partido Social Democrático tem como chefe – Deraldo Mendes Ferraz, conhecido latifundiário da região. “A economia agrária, nucleada em propriedades relativamente grandes, projetava-se política e socialmente sobre o município. O dono da terra detinha o monopólio do poder político”. (MEDEIROS apud SOUZA, 2008, p. 358).

Ainda segundo Medeiros (1978) e Souza (2008), em Vitória da Conquista até a década de 1950, os coronéis eram quem detinham o controle da região, donos de grandes propriedades, que se colocavam como soberanos e os trabalhadores miseráveis que vinham de outras localidades e os que já habitavam aqui, eram submetidos a péssimas condições de trabalho e moradias. Medeiros apud Souza coloca que:

Assim, não havia ninguém que pudesse se contrapor ao poder do coronel, e o mando local era definido pela grande propriedade agrária. Isto era válido tanto no poder municipal, quanto nas instituições do Estado existentes no município. O cargo de delegado de polícia de Vitória da Conquista, até então, sempre esteve nas mãos de familiares de grandes proprietários. “O clientelismo e o controle econômico fixam as bases eleitorais dos núcleos familiares”. (MEDEIROS, 1978 apud SOUZA, 2008, p.386).

Mas, para a consolidação da expansão do capital no município e região, algo que vai adquirir maior conotação a partir da década de 1970 com o desenvolvimento do monocultivo do café, os descendentes dessas famílias de pequenos produtores passam a sofrer novos processos de expropriação da terra, para que a propriedade capitalista pudesse, finalmente, mas não sem lutas, se efetivar. Esse processo foi abordado pela dissertação de Santos (1987) ao apontar que:

Antes da introdução do café nas áreas de Mata existiam muitas unidades de pequena produção que produziam mandioca, milho, feijão, tradicionalmente, e de vez em quando pepino, melancia, abóbora em base familiar. As pequenas unidades de produção familiar da área de Mata, pré-existentes ao PRRC – Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, eram tanto de famílias que possuíam legalmente a terra, ou seja, tinham terra própria, quanto famílias assentadas em terras alheias ou em terras de outros proprietários, como arrendatário, meeiro, agregado, além de uns poucos casos de posseiros. (...) A valorização das terras, pelo café, levou a uma redefinição do domínio e/ou posse da terra. O arrendamento subiu tanto de preço que se tornou inviável; os agregados e meeiros desapareceram e as pressões surgiram em relação aos posseiros. (SANTOS, 1987, p. 96).

Portanto, embora se possa compreender que o processo de produção do espaço urbano de Vitória da Conquista tenha uma origem bastante ligada ao campo, devido ao próprio papel que inicialmente ocupava na divisão social do trabalho, esse processo é fundamental para se compreender a consolidação da propriedade privada sobre a terra, a constituição das classes dominantes, as relações de poder estabelecidas, que assim como no campo se estendeu a cidade, estabelecendo, desde sempre, a produção de um espaço desigual.

Essa realidade é também apontada pela dissertação de J. Santos (2019) quando vai destacando que com o desenvolvimento do comércio e a atração de investimentos de capital em serviços os mais variados, a cidade de Vitória da Conquista vai, invariavelmente, consolidando uma classe dominante agora urbana, mas em geral, ligada a mesma oligarquia agrária.

Vitória da Conquista, como bem aponta Medeiros (1977), é a expressão mais clara da contradição inerente ao processo de produção capitalista do espaço, pois a forma como aconteceu, historicamente, a expropriação dos indígenas via massacre sangrento e a apropriação desses espaços por meio da propriedade privada consolidou as classes proprietárias e a própria gênese da expansão do capital. Essa realidade nos permite entender, atualmente, a desigualdade da produção do espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista, na contradição capital - trabalho. (J. SANTOS, 2019, p.61).

Assim, o processo de produção do espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista foi e continua sendo contraditório, uma vez que grupos formados por aqueles que são os detentores dos meios de produção conseguem impor sua hegemonia para aqueles que ficam no meio do “conflito”, os trabalhadores que produzem a mais valia. Assim conseguem benefícios próprios e lucrativos. A forma de parcelamento do solo urbano, não permite que parte significativa da população viva a

esfera da produção/reprodução, ao contrário, existe uma ruptura marcada por contradições socioespaciais.

Com base em Souza (2008) as disputas por maiores porções de terra entre as famílias desestabilizaram o poderio que esses exerciam. Outros acontecimentos também vão surgindo e aos poucos outra dinâmica vai sendo incorporada na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista. Souza (2008) tomando por base as reflexões de Medeiros (1977) destaca que:

Para Medeiros (1977)²² a partir de então, novos fatores passaram a caracterizar a realidade, refletindo em disputas políticas em torno do mando local. Outros personagens e fatos novos refletirão contra o monopólio do poder assegurado as famílias tradicionais. Tais mudanças começaram a acontecer a partir da década de 1940, quando ocorreu um maior crescimento urbano, seguido da incrementação do comércio. Com isso, os comerciantes, antes extremamente dependentes do poder de consumo dos latifundiários, passaram a contar com outros consumidores, adquirindo maior autonomia. Aumenta o número de trabalhadores urbanos. Tal aspecto dificultava que o fazendeiro tivesse maior controle sobre o conjunto da população, já que esta não estava sobre o domínio direto dos fazendeiros de gado. (SOUZA, 2008, p. 388).

Assim outros grupos sociais vão surgindo, como o migrante, e os trabalhadores expulsos das fazendas que vão se fixando nessa cidade, estabelecendo relações e ocupando frações do solo urbano, formando novos grupos sociais. Nessa direção Medeiros (1978) apud Souza (2008) diz que:

Os comerciantes vão se integrando na vida política. Ao lado do fazendeiro e dos posseiros, cresce o número de artesãos, comerciantes e trabalhadores urbanos. A política, por sua vez, se adapta a esta nova realidade e passou a sofrer influências do contexto nacional – a exemplo do populismo. Por outro lado, “o desenvolvimento econômico” é acompanhado do aumento da pobreza, para muitos migrantes e expulsos do campo, pela seca ou por proprietários rurais. (MEDEIROS, 1978 apud SOUZA, 2008, p.388).

Com a instalação do complexo cafeeiro, iniciado a partir de 1973, a expansão das relações capitalistas de produção se consolida através do discurso da chamada modernização da agricultura, impondo uma diversificação comercial e no setor de serviços, dentre outros investimentos de capital – aliada à melhoria na infraestrutura

²² Jornal O Fifó, 23 de Outubro de 1977, p. 08 e 09.

que garantisse a circulação das mercadorias, – e que promoveram mudanças que se expressam na forma de apropriação desse espaço urbano.

Em uma estrutura global, o capital começa a vivenciar a queda tendencial de sua taxa de lucro, que segundo a perspectiva analítica de Meszáros (2002) faz com que esse modo de produção entre em uma crise estrutural, demandando um processo de reestruturação de sua base produtiva, visando espaçar os efeitos destrutíveis e incontrolláveis da crise. A expansão para outros espaços, de acordo com Harvey (2005) é um dos caminhos buscados, sem, contudo, propiciar a solução para o problema²³.

Analisando essa realidade do Sudoeste da Bahia, a pesquisa de Santos (1987) vai apontar os indícios dessa reestruturação produtiva do capital no campo, como expansão do monocultivo do café já estabelecido no Planalto brasileiro, em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; hoje uma das principais *comodities* do agronegócio brasileiro, o que aliado a outras necessidades: vias de circulação de pessoas, diversificação de serviços e circulação de mercadorias, além da disponibilidade de força de trabalho, quando um significativo exército de reserva é criado, vão consolidar, de uma vez por todas, o papel da cidade, do município e da região na divisão social e territorial do trabalho. Nessa perspectiva Souza coloca que:

O que se verifica no Sudoeste da Bahia, a partir da década de 1970, em diante, é um crescimento econômico proporcionado pela difusão do cultivo do café, e que este processo não se reverte no desenvolvimento que significaria a melhoria das condições de vida da população como um todo. Quem se beneficia do discurso de “desenvolvimento” são as classes dominantes. Quanto aos trabalhadores o que se observa são os processos de expropriação da terra e a máxima exploração do trabalho, tanto no campo, quanto nas cidades. Contudo, com o crescimento urbano, o asfaltamento da cidade e as possibilidades de ampliação do comércio e da indústria, ocorrem melhorias significativas no espaço urbano, como a chegada de escolas, hospitais, universidade e faculdades, atividades de lazer, dentre outros, embora, beneficiando, de forma desigual, a população (SOUZA, 2008, p.397).

²³ Embora considerando a diferença nas perspectivas de análise da crise capitalista em Meszáros (2002) e em Harvey (2005), não se objetiva nessa dissertação aprofundar o assunto. Aos interessados no debate sugere-se a leitura de: Para além do capital. Rumo a teoria da transição, de Meszáros (2002) e a Produção Capitalista do Espaço, de David Harvey (2005), dentre outras publicações dos referidos autores.

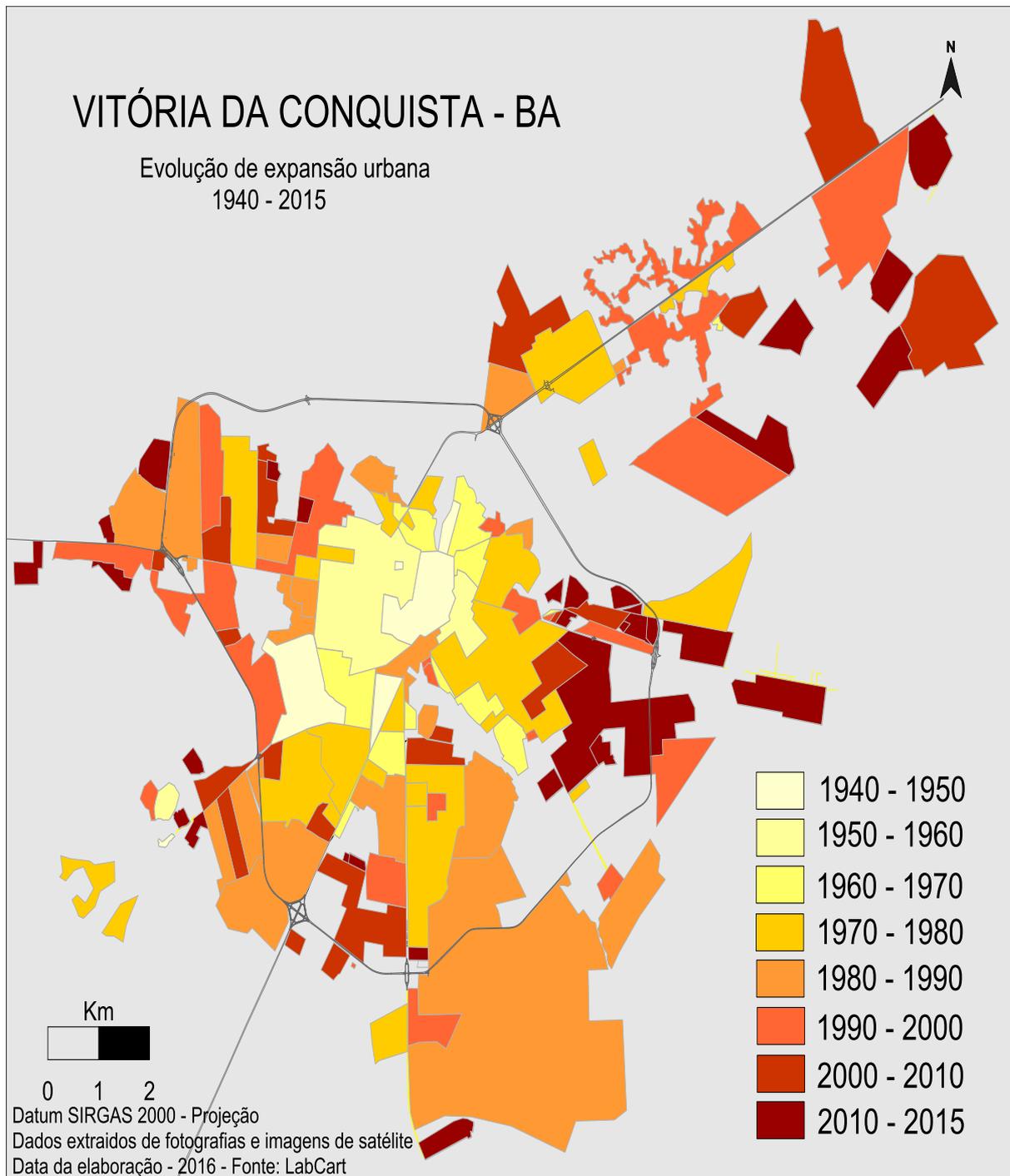
De acordo com a autora, com a difusão do capital no campo e na cidade de Vitória da Conquista, as terras passaram a ser valorizadas, apropriadas privadamente, quer por meio da compra ou da grilagem, e o solo urbano foi sendo apropriado de forma a contemplar uma lógica de desenvolvimento²⁴ em que os equipamentos públicos dessem condições para a valorização de determinadas áreas, em detrimento de outras.

Na cidade, tal processo se evidencia, sobretudo, dada atração de diversos serviços, de ações específicas do governo do estado para atrair investimentos para a região, sendo os mesmos concentrados na cidade de Vitória da Conquista; mas, sobretudo, pela atração de pessoas e serviços, que vão, dentre outras questões, fomentar o crescimento urbano, realinhar as classes sociais detentoras e não detentoras dos meios de produção, e acrescer o exército de reserva composto, sobretudo, por migrantes atraídos por possibilidades de empregos e trabalhadores e camponeses expulsos do campo²⁵.

A cidade de Vitória da Conquista começa então a apresentar um crescimento significativo da população, com rebatimentos em sua estrutura espacial. Como pode ser observado no mapa 02 a seguir.

²⁴ Os investimentos do Estado no Sudoeste da Bahia (após a década de 1970) voltam-se, sobretudo, a criação da infra-estrutura necessária à expansão cafeeira, com ênfase nas vias de circulação e comunicação, bastante incrementadas a partir de então. Neste momento, muitas terras passam a ser tituladas na região, inventários que há décadas não haviam sido realizados são retomados. As terras são bastante valorizadas e fonte de exploração e especulação. (SOUZA, 2008, p.370).

²⁵ Sobre isso, recomenda-se a leitura da monografia intitulada: Luta pelo trabalho: Precarização e Mobilidade do trabalho na relação cidade-campo em Vitória da Conquista -BA (2011), de autoria de Jemeffer Souza Lebrão.



Fonte: Laboratório de Cartografia - UESB/Elaborado por Edvaldo Oliveira, 2016.

Conforme apontado pelo mapa 02 é exatamente a partir da década de 1970 que o crescimento da malha urbana da cidade se torna mais expressivo, dada a atração de serviços e pessoas que vão demandar, dentre outras coisas, o uso do solo urbano e a construção de moradias para abrigar essa população migrante. Uma leitura cuidadosa do mapa 02 permite-nos, ainda, relacionar tal realidade como expressão

do aumento populacional demonstrado no quadro 01 a seguir, ao apontar o salto ocorrido na população urbana do referido município (ainda na década de 1960), superando a população rural que predominava anteriormente; como também com o quadro 02 que apresenta a quantidade de loteamentos urbanos abertos na cidade de Vitória da Conquista entre o período de 1977-2008 com o propósito de atender essa população crescente e sua demanda por moradia, em um total de 225 loteamentos aprovados no período.

Quadro 01 – Vitória da Conquista/BA – População – 1940-2010

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	População Total
1940	24.910	74,3	8.644	25,7	33.554
1950	26.993	58,4	19.463	41,6	46.456
1960	31.401	39,3	48.712	60,7	80.113
1970	41.569	32,5	85.959	67,5	127.528
1980	43.245	25,3	127.652	74,2	170.897
1991	36.740	16,3	188.351	83,7	225.091
2000	37.155	14,1	225.430	85,9	262.585
2010	31.569	10	274.805	90	306.374
Estimativa para População total em 2016 – 346.069 habitantes.					

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1960-2010.

Quadro 02 – Vitória da Conquista/BA – Quantidade de Loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal entre 1977-2008

Ano	N. de loteamentos	Ano	N. de loteamentos
1977	11	1993	2
1978	5	1994	1
1979	7	1995	13
1980	11	1996	13
1981	17	1997	25
1982	9	1998	1
1983	12	1999	4
1984	4	2000	5
1985	11	2001	1
1986	12	2002	2
1987	6	2003	3
1988	11	2004	5
1989	9	2005	0
1990	5	2006	2
1991	3	2007	4
1992	10	2008	1
Total de loteamentos aprovados no período de 1977-2008 – 225			

Fonte: Secretaria de Obras e Urbanismo de Vitória da Conquista.

É sobretudo no contexto da década de 1970 em diante que a cidade passa a contar com maior diversificação de atividades econômicas, fundamentais para se compreender as mudanças ocorridas na produção do espaço urbano a partir de então. Nesse processo, indústrias²⁶, tipos variados de comércios e serviços e demais

²⁶ De acordo com Souza (2008) o projeto de industrialização em Vitória da Conquista, iniciado no ano de 1972, pelo Governo do estado da Bahia, não surtiu os efeitos desejados limitando-se a poucas indústrias de bens de consumo. No entanto, quando considera a expansão da sociedade capitalista para se explicar a realidade do município e da cidade de Vitória da Conquista o faz compreendendo que, mesmo que não possua uma industrialização tão abrangente no local, a mesma sofre os efeitos da reprodução ampliada do capital – pelo desenvolvimento desigual e combinado do mesmo – inserindo-se, sobretudo, no processo de circulação e consumo da mercadoria.

equipamentos vão consolidando a cidade da e para a acumulação. Essa consolidação de uma cidade na rota da reprodução ampliada passa a demandar uma série de serviços especializados, desigualmente instalados e, sobretudo, da força de trabalho necessária a promoção da circulação e do consumo das mercadorias.

Tal necessidade pressupõe transformar as relações sociais existentes anteriormente, em nome da consolidação do “progresso” e da “modernização”. Um dos resultados mais concretos dessa realidade foi a intensificação da propriedade privada no campo e a consolidação de uma produção voltada, sobretudo, as demandas externas definidas pelo mercado. Fato que altera, substancialmente, a vida de centenas de famílias camponesas. Souza diz que:

É nesse quadro que emergem uma série de conflitos pelo território, pelo território da vida e do trabalho *versus* o território dos grandes projetos monocultores para a garantia da reprodução do capital. Os trabalhadores, aqueles que foram expulsos do seu território e buscaram, sobretudo, nas periferias das cidades, seus novos espaços de reprodução social passam a contar com novas formas de organização – a exemplo do Sindicato (que até então respondiam os anseios da classe trabalhadora), do apoio da Igreja – através o Movimento Educação de Base, das Comunidades Eclesiais de Base e posteriormente da Comissão Pastoral da Terra, de Partidos Políticos de Esquerda (ou que ao menos representavam ainda, neste momento, os interesses dos trabalhadores) e outros militantes, profissionais liberais, universitários, e outros, comprometidos com uma transformação social no país. As lutas sociais adquirem nova dimensão no território e vai expressar as contradições dos interesses das classes no que se refere a terra, ao trabalho e a vida. (SOUZA, 2008, p. 371).

A formação do exército de reserva se consolida, em parte pela população que deixa o campo – sobretudo pela perda da terra, bem como por sujeitos migrantes – vindos de outros municípios, principalmente do próprio Sudoeste da Bahia que, devido aos investimentos de capital concentrado, sobretudo, na cidade, passam a almejar o acesso ao trabalho²⁷ (LEBRÃO, 2014). Na lógica da sociedade capitalista a questão central é: se consolidar a classe proprietária dos meios de produção e a classe

²⁷ As transformações ocorridas com a globalização, em suas diferentes dimensões e com a mundialização do capital têm produzido repercussões no contexto das demandas gerais da sociedade (ALVES, G., 2001). Assim, a exclusão ou inclusão precária em relação à moradia, é uma das consequências objetivas destas transformações e que por isso, não pode ser compreendida isoladamente uma vez que um sem-teto é concomitantemente precarizado nos âmbitos da saúde, da alimentação, do trabalho, da qualidade ambiental, do lazer, dos meios de transporte, etc. Portanto, é a partir da compreensão da intensificação da precarização do conjunto das condições sociais de existência, que surge o exercício teórico de estreitamento da discussão da moradia com o mundo do trabalho. (IKUTA, 2008, p. 74,75).

proletária – proprietária única e exclusivamente de sua força de trabalho e disposta a vendê-la de qualquer forma para sobreviver.

Essa intensificação da mobilidade do capital e do trabalho passa a atrair investimentos públicos e privados que vão garantir a expansão econômica local. Um número cada vez maior de pessoas vindas de outras regiões ou expulsas do campo, e de áreas que até então não eram vistas com ‘potencial’ para valorização, vão chegando à cidade de Vitória da Conquista, sem condição de morar no centro ou em bairros próximos onde se dispõe de uma estrutura urbana e serviços públicos, vindo a se instalar em áreas irregulares, uma vez que eram as únicas frações do solo urbano destinadas a essa população. A cidade cresce e assim vai reproduzindo o conteúdo desigual de uma sociedade desigual, portanto composta por classes antagônicas, sendo em sua objetividade e subjetividade contraditória.

Nesse contexto, os problemas relacionados à habitação para a população pobre só aumentam²⁸. Uma das expressões desse processo é a difusão do parcelamento do solo urbano, em seu forte conteúdo de classe, e a expansão dos loteamentos (conforme já apontado no Quadro 01), muitos deles clandestinos, onde essa fração mais pobre da classe trabalhadora, muitos de origem camponesa, busca os meios para continuar sua reprodução social no espaço urbano. Lebrão aponta que,

Para atender a demanda por moradia dessa população crescente, a ocupação do solo passou a ser realizada, basicamente, por meio dos loteamentos que iam se multiplicando, inicialmente devido à ausência de um plano diretor que normatizasse o parcelamento do solo urbano e posteriormente baseado na ilegalidade quando os loteamentos eram abertos em áreas afastadas do centro urbanizado sem nenhum tipo de infraestrutura (LEBRÃO, 2014, p. 8).

Não se pode desconsiderar que a cidade de Vitória da Conquista vem demonstrando um forte potencial de crescimento, ao longo do processo de sua formação e consolidação como a terceira maior cidade da Bahia, no entanto é preciso

²⁸ Sobre a questão da luta por moradia na cidade de Vitória da Conquista ressalta-se algumas pesquisas já realizadas, a exemplo da dissertação de Miriam Clea Almeida (2005) intitulada: Produção sócio - espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista – BA. Bem como algumas monografias de final de curso como as realizadas pelo Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia. Ressalta-se também as pesquisas de Graduação e Pós-Graduação realizadas por Flávia Amaral Rocha. A produção do programa minha casa minha vida em Vitória da Conquista – Bahia, 2009 – 2018 (2018). Também na graduação desenvolvemos a pesquisa intitulada: Da habitação popular ao direito à cidade: o programa minha casa minha vida no Vila do Sul e Vila Bonita em Vitória da Conquista -BA Aos interessados, sugere-se a consulta a tais pesquisas.

trazer as contradições decorrentes desse processo, em que alguns bairros sempre receberam investimentos públicos para atender as necessidades dos moradores e, conseqüentemente, do capital, em contrapartida, outros bairros, nos quais os moradores não tem sequer condições de trabalho digno para usufruir de uma moradia de qualidade vivem à margem do que se entende por direito à cidade.

Para o entendimento do processo de expansão do espaço urbano conquistense é preciso ressaltar e, ao mesmo tempo, desmistificar que esse se dê naturalmente, ou pelos esforços pessoais dos dominantes que historicamente controlam a terra e o poder local. Embora se considere as especificidades das questões locais, reforça-se que essas não se constituem uma “ilha isolada no mar da sociedade capitalista”, pelo contrário, essas forças sociais e políticas vão se emaranhando, às classes dominantes locais buscam atrair capital acreditando se beneficiar dessas relações, e se beneficiam, mas, em um plano mais amplo, o que se tem é a expansão das relações capitalistas de produção, da massa de capital, da expansão da exploração do trabalho, via trabalho não pago. E assim, a cidade mercadoria, com todas as suas contradições vai sendo, efetivamente, produzida.

Nesse sentido, entende-se que existem interesses diferenciados na apropriação do espaço, e isso leva determinadas classes sociais a lutar e resistir na busca por direitos que lhes são negados ou negligenciados. Nesse processo, a forma de parcelamento da terra vai acontecendo de forma a não contemplar as necessidades da população trabalhadora, sobretudo aqueles sujeitos que possuem pouca qualificação – o que em geral lhes confere uma renda familiar muito aquém de suas necessidades mínimas, e que, diante da realidade vivenciada, começam a reivindicar sua participação na formação desse espaço através da luta por moradia e, principalmente, por trabalho, evidenciando a luta de classe no espaço da cidade.

A luta pela moradia se efetiva, inicialmente, no processo de ocupação de determinadas frações do solo urbano em que não se tinha, até então, um processo de valorização e extração de maior renda da terra; ou por concessões e até mesmo compra, mediante ação de loteadores, em geral grandes proprietários, com fins de atrair investimentos públicos para valorizar demais frações de terra sob suas posses²⁹. Dentre esses processos Ferraz (2001) aponta a ação de Gildásio Cairo na expansão da cidade em direção ao lado Oeste da mesma. Também os estudos realizados por

²⁹ Essa realidade é apontada pelos estudos desenvolvidos por Ana Emília Ferraz (2001), Miriam Cléa Almeida (2005), Alexandre de Jesus (2013), dentre outros.

Souza (2008) e Lebrão (2014) apontam a participação de camponeses expropriados da terra na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista, em que esses sujeitos passam a ocupar os locais menos valorizados do solo urbano, contribuindo para o crescimento de diversos bairros, a exemplo do Alto Marom, Cruzeiro e Pedrinhas³⁰.

E assim, à luta para ocupar uma determinada fração no espaço urbano se segue a busca pela reprodução no espaço urbano, em que a condição de expropriados dos meios de produção (e da terra rural) fazem desses sujeitos um significativo exército de reserva disposto a qualquer condição de trabalho para se reproduzir. E é com base nessa realidade que emerge a problemática dessa pesquisa, uma vez que o acesso à moradia na cidade, por si só, não garante a reprodução da vida, portanto a possibilidade de usufruir do que a mesma oferece. Entende-se que essa só pode se estabelecer no momento em que os trabalhadores possam, efetivamente, desfrutar da produção social que é a cidade.

Entretanto, compreendendo as contradições impulsionadas pelo modo de produção vigente ressalta-se que na sociedade de classes capitalista a produção da riqueza se estabelece socialmente, mas a apropriação ocorre de forma individual. E é assim que os sujeitos que produzem a riqueza materializada no urbano encontram-se apartados dessa. Nesse processo, o direito à cidade não se estabelece para esses sujeitos. E o debate em torno do acesso ao trabalho e das condições precarizadas nos quais esse acontece, adquire centralidade no entendimento da reprodução social desses sujeitos, que significa desfrutar aquilo que a cidade dispõe e que foi e é socialmente produzido, mas que apenas alguns sujeitos (classes) efetivamente se apropriam. É assim que a cidade mercadoria emerge e aqueles sujeitos que produzem a riqueza são direcionados a uma existência limitada.

Nesse propósito, o debate em torno da moradia também adquire importância fundamental, pois o morar torna-se uma necessidade na cidade, mas o acesso a essa, também submetido ao mundo da mercadoria, encontra-se limitado à classe trabalhadora. Além disso, conforme apontam as pesquisas desenvolvidas por Chaves (2018) e Santos (2019) em Vitória da Conquista evidencia-se um controle efetivo do solo urbano, por meio da propriedade privada sobre esse, o que além de direcionar os locais de reprodução para os trabalhadores mais pobres, também os submetem à compra da mercadoria moradia, mediante a regulação do solo urbano e das formas

³⁰ Para maiores informações sugerimos a consulta a tais autores trazidas nas referências da referida pesquisa.

de construção, levando esses sujeitos a destinarem parte dos seus parques salários aos financiamentos das moradias populares nos espaços periféricos da cidade, os ditos programas de habitação popular³¹.

Essas relações entre classe antagônicas produzem a cidade espacialmente desigual. Nessa direção, passamos para o próximo item onde discutiremos a produção contraditória e apropriação do espaço urbano de Vitória da Conquista como uma realidade produzida por classes antagônicas.

3.3 Vitória da Conquista: uma cidade desigual produzida por classes antagônicas.

As desigualdades de classe permitem compreender as várias transformações ocorridas no espaço urbano, em que algumas áreas são contempladas com os serviços de infraestrutura urbana e outras não possuem o acesso a esses, ou quando possuem são insuficientes para atender as demandas da população. Geralmente aquela parcela da população dita como de “baixa renda” (aqui entendida como uma expressão genérica que escamoteia o conteúdo de classes dos sujeitos) é a mais penalizada. A contradição se estabelece a medida em que: os sujeitos produtores da riqueza se reproduzem nos espaços da miséria, da insegurança e da precariedade.

Nas imagens a seguir é possível observar alguns locais da cidade de Vitória da Conquista com diferentes tipos de infraestrutura urbana. A exemplo da avenida Olívia Flores, localizada na zona Leste, que está passando por uma grande reforma, recebendo novos equipamentos urbanos em uma área de significativa atuação do capital imobiliário e conseqüente valorização do solo urbano (Figuras 01, 03 e 05), enquanto ruas do lado Oeste dessa mesma cidade continuam sem nenhuma ou com um mínimo desses serviços de iluminação, limpeza, calçamento, dentre outros (Figuras 02, 04 e 06).

³¹ Conforme ressaltado anteriormente, não se tem nessa pesquisa o intuito de aprofundar as reflexões em torno do conceito de periferia, entretanto, esclarecemos que nossa opção teórica se aproxima da de Santos (2019) ao apontar o conteúdo social e não o caráter da localização euclidiana-cartesiana na definição da periferia. Com relação às políticas de habitação popular na referida cidade sugere-se a leitura das pesquisas desenvolvidas por Flávia Amaral Rocha (2013 e 2018) ou mesmo nossa pesquisa monográfica de final de curso defendida no ano de 2017.

Figura 01 – Trecho da Avenida Olívia Flores em Reforma, Vitória da Conquista/BA, 2020



Fonte: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro. Trabalho de campo,2020.

Figura 02 – Rua do bairro Miro Cairo – Vitória da Conquista/BA, 2020.



Fonte: LOPES, Rita de Cassia Ribeiro. Trabalho de campo,2020.

Figura 03 – Avenida Olívia Flores após reforma do trecho 1 – Vitória da Conquista/BA, 2020.



Organização: LOPES Rita de Cassia Ribeiro. Trabalho de campo, 2020.

Figura 04 – Avenida Florianópolis, Bairro Patagônia, Zona Oeste de Vitória da Conquista/BA, 2019³².



Fonte: Blog do Anderson, 04/09/2019.

Figura 5 – Avenida Olívia Flores 2019.



Fonte: Blog do Rodrigo Ferraz,06/12/2019.

Figura 06 – Praça da Zona Oeste na escuridão – Vitória da Conquista/BA, dezembro de 2019.



Fonte: Blog do Sena, 14/12/2019.

³² <https://www.blogdoanderson.com/2019/09/04/buraqueira-geral-no-patagonia-avenidas-estao-cheias-de-buracos-na-zona-oeste-de-vitoria-da-conquista/>

As figuras 01, 03 e 05 colocam em evidência a Avenida Olívia Flores, um dos principais “cartões postais” da cidade, para onde converge diversos tipos de serviços, atividades comerciais e residências de padrão elevado, sendo, junto com seu entorno, um dos principais locais de atuação do capital imobiliário e um dos metros quadrados mais caros da cidade³³. Em julho de 2018 o poder público municipal anunciou o início de uma ampla reforma na referida Avenida³⁴, sendo mais de ano depois inaugurada em apenas um trecho, em novembro de 2019, conforme amplamente noticiado nos *blogs* locais³⁵, não sem muita reclamação nos atrasos e prazos que a gestão municipal estabeleceu³⁶.

Até o presente momento, a referida Avenida encontra-se em reforma, na denominada terceira etapa pela gestão pública municipal (Figura 01), mais de 18 meses após o início das obras. Entretanto, para além dos atrasos na obras, e da falácia e captura política que certamente o poder público local pretende angariar com tal projeto, o que a referida dissertação busca evidenciar é a atuação desigual desse (algo que não se restringe nem se limita a uma ou outra gestão), mas que permite observar a própria parceria entre o Estado, as elites locais e o grande capital, em que, o capital imobilizado de forma desigual na cidade favorece os interesses das classes proprietárias, a valorização desigual do espaço urbano, tão logo possibilidades concretas de aumento na extração da renda fundiária e do lucro obtido pelos grandes empreendimentos que não param de se instalar ao longo da referida Avenida e seu entorno. Permite, portanto, aferir a valorização do metro quadrado no entorno da avenida, e no bairro como um todo (embora de maneira desigual) conforme já trazido por Chaves, em pesquisa realizada no ano de 2018.

A evidência da desigual atuação do poder público, como algo fundamental (embora não único) na produção desigual do espaço urbano, pode ser observada ao se confrontar as figuras 03 e 04, em que na primeira é possível concluir que ao lado da

³³ De acordo com Chaves (2018) por meio de levantamento realizado através de pesquisa de campo junto a incorporadoras e imobiliárias que atuam na cidade de Vitória da Conquista, no primeiro semestre de 2018, o preço médio do metro quadrado do bairro Candeias era de R\$ 4.145,00 (Construído) e R\$ 1.829,00 (Lote), ficando apenas atrás do bairro Centro com R\$ 6.578,00 (Construído) e R\$ 2.739,00 (Lote) e do Bairro Recreio no que se refere a metro construído – R\$ 4.595, mas superando esse em valor do metro quadrado do lote, que era de R\$ 450,00.

³⁴ <https://blogdegiorlandolima.com/2018/07/22/mobilidade-urbana-de-conquista-anuncia-inicio-da-reforma-na-avenida-olivia-flores/>

³⁵ <https://www.blogdoanderson.com/2019/11/02/avenida-olivia-flores-e-a-novidade-na-cidade-veja-em-fotos-o-novo-espaco-de-convivencia-em-vitoria-da-conquista/>

³⁶ <https://blogdegiorlandolima.com/2018/05/03/governo-herzem-nao-cumpre-datas-assumidas-para-obras-perimetral-e-olivia-flores-atrasam/>

reforma da Avenida Olívia Flores e de um “novo” asfalto em um local que antes já possuía excelentes condições de asfaltamento, convivem com a ausência desses serviços, de forma generalizada, importantes Avenidas localizadas na Zona Oeste da cidade, a exemplo da Avenida Florianópolis, no bairro Patagônia, o mais populoso da cidade, seguido do bairro Brasil, que faz limite com esse e cujas ruas, segundo divulgado pela imprensa local, encontra-se na mesma situação³⁷.

Da mesma forma, a figura 02, evidencia a precária atuação do poder público no bairro Miro Cairo, que junto com o bairro Patagônia se constituem *lócus* de reprodução social dos trabalhadores entrevistados por essa pesquisa, o que será tratado na seção 4 desta dissertação.

O mosaico de figuras permite evidenciar a desigualdade existente nos espaços urbanos da cidade, realidade que é reforçada pelo poder público municipal, dentre outros por meio de uma questão básica como a iluminação pública. As figuras 05 e 06 dão conta de mostrar a atuação do poder público no processo de iluminação por ocasião do período natalino. Seguindo o *frisson* provocado pela atual gestão municipal e os agentes imobiliários que atuam sobretudo no bairro Candeias e entorno, a figura 05 demonstra a imponente decoração natalina, como parte do projeto de reinauguração da “Nova Avenida Olívia Flores³⁸”, realidade que se contrapõe aos locais de lazer existentes no lado Oeste da cidade, como a Praça Murilo Mármore, também conhecida como “Praça do Boneco³⁹” (Figura 06) e outros espaços que não receberam nenhum investimento em iluminação e decoração natalina, justamente nos bairros que concentram a maior população da cidade.

Tal realidade foi bastante questionada pela imprensa local, como destacou a reportagem intitulada: Natal de um lado só: zona Oeste de Vitória da Conquista não recebeu iluminação natalina, publicada no Blog do Sena no dia 14/12/2019⁴⁰. Após a denúncia por parte dos moradores do bairro Brasil e ampla divulgação nos meios digitais, a prefeitura resolve estabelecer uma pequena iluminação na referida praça dos

³⁷ <https://www.blogdoanderson.com/2019/09/04/buraqueira-geral-no-patagonia-avenidas-estao-cheias-de-buracos-na-zona-oeste-de-vitoria-da-conquista/>

³⁸ Vê-se aí que o forte apelo ao “novo” vem com um significado explícito de valorização dos imóveis próximos, despertando o interesse de novos e crescentes investimentos voltados a extração do lucro e da renda.

³⁹ Ao estudar a realidade dos trabalhadores migrantes que são fundamentais à produção dos espaços da periferia urbana de Vitória da Conquista/BA, Jemeffer Lebrão (2014) aponta o monumento da Praça, um grande boneco, como erguido em homenagem a esses homens e mulheres migrantes que foram fundamentais a configuração do bairro Brasil e outros da cidade.

⁴⁰ <https://blogdosena.com.br/2019/12/14/natal-de-um-lado-so-zona-oeste-de-vitoria-da-conquista-nao-recebeu-decoracao-natalina-da-prefeitura/>

bonecos e em outros pontos da cidade, a poucos dias das festas natalinas, mais precisamente no dia 19/12/2019⁴¹.

Nesta quinta-feira (19), nossa reportagem flagrou uma equipe da Prefeitura colocando alguns piscas-piscas e fazendo a limpeza da Praça Mármore Neto, a Praça do Boneco, no bairro Brasil, que estava abandonada e tomada pela sujeira e com mato alto há alguns meses. No início desta noite, cerca de 8 árvores, que receberam iluminação, foram ligadas na Praça do Boneco. Uma das mangueiras de iluminação colocadas na Praça Norberto Aurich, no bairro Patagônia, também foi ligada no início desta noite. Foi, para que esse lado da cidade não passasse o “Natal Conquista de Luz” às escuras. (Blog do Sena, 19/12/2019).

Outro exemplo dessa desigualdade espacial, expressando uma realidade de classes, pode ser observado ao longo da Avenida José Pedral Sampaio, que deveria ser uma importante via de circulação, fazendo a ligação entres as zonas Oeste, Sul e Leste, mas que, até o momento, o único trecho que foi concluído é o que faz a ligação da zona Leste/Sul, mais especificamente o trecho entre o Shopping Boulevard e os condomínios fechados que ficam em suas proximidades, pouco menos de 3 km dos 12 km que é o total da avenida e que foi concluído em julho de 2018⁴² (Figura 07). Enquanto isso, em outros trechos dessa mesma avenida, em que não se tem uma significativa valorização do solo urbano e grandes investimentos imobiliários, os moradores são obrigados a conviver com os transtornos que esta obra inacabada causa a esses (Figura 08). As figuras 09 e 11 evidenciam os equipamentos e empreendimentos instalados no trecho concluído da referida Avenida e proximidades, em parte ainda inabitada, mas *lócus* de grandes investimentos e reserva futura de valor, em contraponto à realidade das habitações e equipamentos existentes em outros trechos não concluídos da avenida, mas bastante populosos como os loteamentos Morada dos Pássaros e Cidade Modelo, conforme demonstra as figuras 10 e 12.

⁴¹ <https://blogdosena.com.br/2019/12/19/natal-de-um-lado-so-apos-reclamacoes-praca-do-boneco-ganha-iluminacao-limpeza-e-rocagem/>

⁴² Ressalta-se, na imprensa local, o alvoroço em torno de tal inauguração, contando com as propagandas e interesses do empresariado local, e dos grandes empreendimentos imobiliários em âmbito nacional que passam a realizar investimentos ao longo desse trecho, aliados à atuação desigual do poder público municipal – que assume seu papel de ente político do capital.

Figura 07 – Trecho da Avenida J. Pedral - Boa Vista – Vitória da Conquista/BA, 2020.



Fonte: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro. Trabalho de campo, 2020.

Figura 08 – Trecho da Avenida J. Pedral - Cidade Modelo – Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro. 2019.

Figura 09 – Shopping Boulevard, entre a Avenida Olívia Flores e a Avenida J. Pedral, Bairro Candeias, Vitória da Conquista/BA, 2020.



Fonte: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro. Trabalho de campo, 2020.

Figura 10 – Equipamentos ao longo da Avenida J. Pedral. Morada dos Pássaros – Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Foto Gabriel Pires/Avoador, dezembro de 2019.

Figura 11 – Empreendimento imobiliário, Avenida J. Pedral, Vitória da Conquista/BA, 2020.



Fonte: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, Trabalho de campo, 2020.

Figura 12 – Tipos de residências – Loteamento Cidade Modelo, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Mgf Imóveis, 2019.

Mapa 03 - Carta Imagem do Bairro Boa Vista, Vitória da Conquista – Bahia, 2019 – Em destaque parte da Perimetral, Av. José Pedral.



Fonte: SANTOS Joelisa Pereira, 2019.

Em entrevista ao jornal avoador, o professor de Direito Urbanístico da Uesb, (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) Claudio Carvalho, disse que essa foi uma escolha política, principalmente para beneficiar o mercado imobiliário.⁴³ “Houve uma escolha política e não alicerçada por um fundamento técnico. O mais acertado era começar pelo trecho das avenidas Brumado e Lagoa da Bateias, seguindo o

⁴³ Entrevista cedida ao jornal Avoador em 18 de dezembro de 2019.

traçado original. Isso é uma escolha política em função de uma série de disputas que ocorrem na cidade e aí, nesse caso, a população perdeu para um outro ator social extremamente organizado que é o mercado imobiliário”.

Na cidade de Vitória da Conquista existe de forma muito contundente uma diferenciação entre os bairros ocupados por aqueles que pertencem às classes detentoras dos meios de produção, ou mesmo de uma considerável classe média⁴⁴, principalmente na questão dos equipamentos urbanos, que são instalados e servem de suporte para a iniciativa privada erguer seus projetos lucrativos, como os condomínios, shoppings, lojas etc. Nesse sentido, podemos dizer que os grandes projetos urbanos encontram suportes nas instituições públicas apoiadas pelo Estado, que oferecem vantagens para o capital e estimula o processo de produção contraditória nessa cidade. E essa prática afeta não só as condições de moradias, como também dificulta a realização da esfera da reprodução dos sujeitos mais pobres. Concordamos com Ikuta ao dizer que:

Percebemos que há uma superposição das precariedades no espaço e que todo o conjunto das condições de vida, tanto os aspectos diretamente ligados à esfera da produção (condições e relações de trabalho), como os ligados à esfera da re-produção (condições de moradia e urbanidade) são engendrados e afetados pelo metabolismo social do capital e sua lógica fragmentadora. (IKUTA, 2008, p.25).

As fotografias a seguir (Figuras 13 a 18) nos levam a refletir sobre as disparidades existentes na produção e apropriação do espaço urbano na cidade de Vitória da Conquista (BA), onde determinados locais possuem um padrão de moradias luxuosas a exemplo do condomínio Vila Constanza, localizado ao longo de suntuoso trecho da Av. José Pedral Sampaio, que liga os bairros Candeias e Boa Vista, locais de grande valorização na cidade⁴⁵ (Figuras 13, 15 e 17), em que uma parcela da população escolhe onde quer morar, assim como escolhe também o tipo de residência, uma

⁴⁴ Composta por profissionais liberais, pequenos empresários e comerciantes, além de trabalhadores assalariados melhor remunerados que também conseguem, no geral pela via dos financiamentos, se apropriar e residir em bairros valorizados da cidade. Assim, aqui, novamente, se afina com o apontado por Santos (2019) ao considerar o debate das classes sociais no campo teórico do marxismo, uma vez que embora muitos desses sujeitos sejam também classe trabalhadora – uma vez que vivem da venda de sua força de trabalho, dado salário superior que recebe, em relação ao conjunto da classe trabalhadora, não se reconhece como mesmo, em geral se afinando com o modo de vida pequeno burguês, embora efetivamente não o seja.

⁴⁵ As contradições inerentes à construção da referida Avenida e a apropriação de recursos públicos para implementar projetos privados de valorização do solo urbano é apontada pela dissertação de Marília Faria Chaves (2018).

vez que dispõe dos recursos necessários para adquirir a mercadoria moradia nesses locais e tudo o que vem acompanhado dessa⁴⁶.

E em contrapartida os *lôcus* de reprodução dos trabalhadores mais precarizados, ou mesmo desempregados, se configuram com residências em péssimas condições de moradias que parece surreal, de tão grande a diferença. São tipos de moradias improvisadas e tão precárias que muitas delas não dispõem sequer de um banheiro, colocando os moradores em situação vulnerável⁴⁷ (Figuras 14, 16 e 18) e expondo-os a constrangimentos, conforme vem sendo constatado através de pesquisa empírica realizada em alguns bairros da cidade de Vitória da Conquista.

Figura 13 – Padrão de residência no condomínio fechado Villa Constanza, bairro Boa Vista, zona Sul da Cidade de Vitória da Conquista/BA, 04 de julho de 2019.



Fonte: www.facebook.com/pages/Vila-Constanza.

Figura 14 – Residência localizada no loteamento Conjunto da Vitória, bairro Patagônia, zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

⁴⁶ De acordo com Santos (2019) à mercadoria moradia dita “de luxo” é vinculada uma série de outras mercadorias como forma de agregar valor ao produto, a exemplo do discurso da segurança, da proximidade a outros equipamentos urbanos – vias de circulação, shoppings, etc, da aproximação com o verde, portanto a “natureza” (sic), etc, etc.

⁴⁷ Os moradores que habitam esse tipo de residência, sem o mínimo de condições dignas de moradias, onde utilizam o quintal como área de serviço e local para a realização de suas necessidades fisiológicas, nesse mesmo espaço cultivam algum tipo de hortas de onde retira algum alimento para o consumo.

Figura 15 - Padrão interno de casa à venda em Condomínio fechado Horto Premier, Vitória da Conquista/BA, 2020.⁴⁸



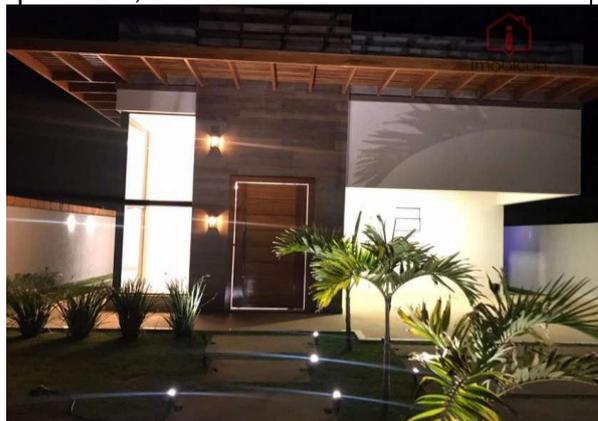
Fonte: <https://mapio.net/images-immo2-detalle/14352031-img-0.jpeg>.

Figura 16 – Parte interna de residência localizada no loteamento Conjunto da Vitoria, bairro Patagônia, zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Foto 17 – Frente de casa comercializada em condomínio de luxo – Vitória da Conquista/BA, 2020.⁴⁹



Fonte: <https://vivamapio.com/detalhe/14352031/>.

Figura 18 – Quintal de residência localizada no loteamento Conjunto da Vitoria, bairro Patagônia, zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

A leitura das contradições na produção do espaço urbano conquistense, realidade que se configura em qualquer outro espaço produzido pelo modo de produção desigual e combinado do capital, evidencia e reforça a leitura Lefebvrina, apontando que o direito à cidade efetivamente só pode se estabelecer, em uma perspectiva mais ampla, na superação dessa forma de sociabilidade. Enquanto o espaço encontrar-se subsumido a condição de ser mercadoria, e onde os próprios sujeitos – os trabalhadores, são vistos apenas como força de trabalho que produzem

⁴⁸ Valor do imóvel R\$ 430.000,00

⁴⁹ Valor do imóvel R\$ 530.000,00

mercadorias, a cidade será sempre a expressão concreta dessa contradição. E nessa direção Carlos diz que:

Por outro lado, vivemos hoje um momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade no capitalismo - passa a ser um limite para expansão econômica capitalista. Isto é, diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente - e tornado mercadoria durante o processo histórico - é apropriado privativamente, criando limites à sua própria reprodução. Nesse momento, o espaço, produto da reprodução da sociedade, entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital, o que significa dizer que a “raridade” é produto do próprio processo de produção do espaço ao mesmo tempo que sua limitação, o que se configura como uma contradição do espaço (inerente ao seu processo de reprodução). (CARLOS, 2007, p.74).

Assim evidencia-se a relação entre o processo de produção da mais valia e a cidade, como meio de reprodução e de circulação. No caso do estudo da cidade de Vitória da Conquista, esse processo pode ser evidenciado por se tratar de uma cidade em que a circulação de pessoas, mercadorias e serviços se intensifica no processo de produção e reprodução do espaço. Nesse sentido, pode-se concordar com Carlos (1999, p.74), quando afirma que o espaço urbano, analisado a partir do “processo de produção e da realização da mais-valia do ponto de vista do capitalista entra no processo de reprodução do capital como meio de produção sob a forma de capital fixo”.

Coloca ainda que nessa perspectiva a cidade é entendida como condição material para a produção e circulação. Assim, se evidencia, por exemplo, a realidade de Vitória da Conquista, enquanto *loco* predominante de circulação e consumo de mercadorias, que se consolidada por meio do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Nesse processo, os diferentes valores de compra dos lugares impostos pela regulamentação do mercado, composto por agentes do setor privado como o imobiliário, impõe um processo de segregação socioespacial nas cidades. Para Carlos:

Podemos adiantar que a análise deve captar o processo em movimento e, no mundo moderno, esta orientação sinaliza a articulação indissociável de três planos: o econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer

que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). (CARLOS, 2007, p.21).

O problema é que no capitalismo a moradia, assim como o solo urbano, se torna mercadoria comercializável (consumo). Nesse processo, a função social da moradia não interessa para o mercado imobiliário e a aquisição desse bem tão precioso e necessário para a reprodução social e da vida, passa a ser regida pelas regras que define o uso da propriedade privada.

Essa realidade pode ser evidenciada na produção contraditória do espaço urbano de Vitória da Conquista e se estende, embora não se restrinja a ela, à mercadoria moradia, posto que o processo de financeirização no acesso a mercadoria moradia se estende mesmo nos locais de reprodução da classe trabalhadora, através da “moradia popular” que se configura em valor de uso para os trabalhadores e valor de troca para as empreiteiras, construtoras e bancos que controlam o mercado, além de alimentar o capital financeiro, através dos juros que absorve, ao longo dos anos, parcelas significativas do salário dos trabalhadores. Essas questões serão retomadas na seção 4 desta dissertação.

É considerando as contradições existentes na sociedade, que se consolida por meio do tripé Estado-Capital-Trabalho, que se pode compreender a produção desigual do espaço urbano e a atuação de classes antagônicas, com interesses e propósitos distintos na apropriação e uso do solo urbano. Ressalta-se, portanto, a intrínseca relação entre moradia e mercado, estando a primeira totalmente submetida aos desígnios da produção da renda imobiliária, do lucro e dos juros.

Na cidade de Vitória da Conquista, a atuação do poder público na tentativa de “atender” a demanda da população que luta por moradia é direcionada pela iniciativa privada, isso contribui para a não concretização da função social dos programas de políticas habitacionais implantados nessa cidade.

A forma como foi (e continua a ser) loteado o espaço urbano em Vitória da Conquista contribui para garantir os interesses dos proprietários de terra e da burguesia (local e externa) – ou seja, as classes detentoras dos meios de produção, com padrões diferenciados não só para moradia, mas também dos equipamentos urbanos existentes, que contribuiu e continua favorecendo a valorização de determinadas

áreas e dificultando o acesso à moradia para a classe trabalhadora, portanto desprovida dos meios de produção.

A partir dessa realidade imposta por um projeto que não condiz com a construção de uma cidade onde todos tenham condições de se reproduzirem socialmente, que os sujeitos sociais vão reivindicar, através das ocupações e das várias formas de lutas, um pedaço desse solo. Como mostra Almeida.

Excluídos dos programas, a resposta popular se configurará, no plano municipal, por um lado, na realização de ocupações urbanas, a partir de meados da década de 1980 e, por outro, no confronto com o executivo municipal exigindo uma política de habitação que garantisse o acesso dessa população à moradia. (ALMEIDA, 2005, p.19).

De acordo com a autora, na cidade de Vitória da Conquista os programas de habitação popular como os realizados através do Banco Nacional de Habitação (BNH), da Companhia de Habitação e Urbanização (URBIS) e também da Cooperativa para Construção de Habitação Popular (INOOCOP), mais não favoreceram a população de baixa renda (aqui compreendida como classe trabalhadora), que não conseguia atender os requisitos de renda exigidos para o financiamento da moradia. Mais especificamente URBIS I e INOOCOP I e II, sendo assim, as construções realizadas através desses programas foram ocupadas em sua maioria por uma população com renda média. Só após a formulação da Lei n.º. 570/91, acontecida sobre forte pressão popular, com a criação do Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP), é que famílias começam a ser assentadas com a criação de vários assentamentos. Como mostra Almeida:

Assentamentos construídos pelo PMHP. (Henriqueta Prates – 1988, Recantos das Águas - 1998, Cidade Modelo - 1995, Nova Cidade - 3 etapas - 1991, Nova CAP - 1991, Vila América - 1999 e Alto do Bruno Bacelar - 1992), dos assentamentos oriundos de antigas ocupações (Alto da Conquista – 1991, Renato Magalhães - 1992, Parque da Colina – 1996, Ubaldino Gusmão -1996, Conjunto da Vitória - 1991 e Santa Helena –1989/93) e das ocupações (Alto da Boa Vista - 1988, Alto da Conquista – 1997, Pedrinha - Nova Esperança - 2001, Nossa Senhora de Lourdes - 1999, Santa Cruz -1988, Encosta do Conveima I - 1991, Encosta do Conveima II – Copacabana II -1994, Santa Terezinha - 1984, Rua Paulo Rocha - 1992, Rua José Machado Costa -1992, CGC – canteiro central - 1999, Kadija – ao lado do cemitério - 1989, Ipanema -1980, Lagoa do Jurema -1995, Rua Anelita Nunes - Tanque Seco -1996 e Vila União - 1987). (ALMEIDA, 2005, p.21).

As figuras 19 a 22 a seguir, trazem algumas imagens de ocupações e formas de assentamentos precários existentes na cidade de Vitória da Conquista, cujo aspecto visual já se constitui um elemento de análise das condições objetivas e subjetivas nas quais se reproduzem parte significativa da classe trabalhadora conquistense. Traz também e evidencia a luta pela terra na cidade (figuras 20 e 22), através de ocupações recentes realizadas no Bairro Zabelê e reprimida com toda violência do poder público municipal, sob a desculpa de se tratar de uma área de reserva ambiental. O curioso de tal discurso, é que o mesmo não se aplica a empreendimentos hoteleiros existentes na área da Serra do Periperi, também área de reserva, deixando pistas para se pensar em futuras reservas de mercado para o capital imobiliário que atua na referida cidade.

Figura 19 – Assentamento Renato Magalhães – Bairro Espírito Santo – Vitória da Conquista/BA, 2018.



Fonte: Nildo Freitas, 2018.

Figura 20 – Desocupação/despejo da “comunidade maravilhosinha”, Loteamento Cidade Maravilhosa, Bairro Zabelê, Vitória da Conquista/BA, 2017.⁵⁰



Fonte: Blog do Anderson, 19/03/2017.

⁵⁰ <https://www.blogdoanderson.com/2017/09/20/nos-barracos-da-cidade-luta-das-ocupacoes-cidade-bonita-e-comunidade-maravilhosinha/>

Figura 21 – Tipos de habitação – Bairro Pedrinhas, Vitória da Conquista/BA, 2017.



Fonte: Blog do Rodrigo Ferraz, 09/05/2017.

Figura 22 – Desocupação violenta da comunidade “Cidade bonita”, bairro Zabelê, Vitória da Conquista/BA, 2017.⁵¹



Fonte: Brasil de fato, 08/12/2017.

As ações do poder público em Vitória da Conquista com a implementação de programas de habitação popular, como por exemplo o PMHP, não foram suficientes para garantir o acesso à moradia para toda população de trabalhadores com baixa renda. Isso foi decisivo para que as famílias sem condições de obter sua moradia continuassem ocupando áreas da cidade para construir suas habitações, mesmo que em locais sem nenhum tipo de equipamentos urbanos. Nessa perspectiva Almeida (2005) vai dizer que:

A produção desigual da cidade promove restrições de acesso, tanto físico como social, a determinadas áreas urbanas e revela a constituição de um espaço dividido e segregado, sendo possível identificar bairros residenciais nobres e bairros residenciais com superposição territorial das precariedades, em que, a urbanização, como dito, acontece sem urbanidade. (ALMEIDA, 2005, p.168).

As lutas por moradia no espaço urbano de Vitória da Conquista, ao longo dos anos, foi uma resposta da população, que insatisfeita com as ações do poder público, vão ocupando os espaços e construindo suas moradias, mesmo que de maneira precária. No entanto, vale salientar também que essas lutas refletem o desejo por melhores condições de habitação, na qual essa população tenha condições de se reproduzir nessa cidade e, principalmente, evidencia uma necessidade concreta de

⁵¹ <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/08/violencia-policia-marca-acao-de-despejo-de-500-familias-em-ocupacao-do-mtd-na-bahia>

luta pelo trabalho – condição central para os sujeitos que possuem apenas sua força de trabalho para viver. E, nesse sentido, Almeida aponta que esse segmento de Habitação popular contribui com o processo de segregação na referida cidade:

Desse modo, ao analisar a espacialização das políticas nacional, estadual (ainda que tenham atendido parcialmente ao segmento popular) e municipal de habitação popular em Vitória da Conquista, bem como as ações da sociedade civil, verifica-se que todas contribuíram ao longo das décadas de 1980 e 1990, para o processo de segregação sócio-espacial da população que delas beneficiam, em áreas situadas nos limites últimos da malha urbana. (ALMEIDA, 2005, p.170).

É importante ressaltar que o foco do estudo de Almeida (2005) era evidenciar os problemas e contradições referentes à habitação popular, questão central para a reprodução dos trabalhadores mais pobres na cidade. No entanto, nos anos posteriores ao estudo de Almeida (2005) novos programas de habitação popular a exemplo do MCMV foram implementados na cidade, nem por isso foram capazes de minimizar os problemas referentes à reprodução da vida dos sujeitos, ainda que parte significativa das famílias tenha tido, efetivamente, o direito à moradia. Nesse processo, resalta-se a atuação do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, que embora tenha permitido o acesso à moradia a centenas de famílias, por outro, traz embutido nele os mecanismos do valor de troca, mediante financiamento da moradia, em que o capital portador de juros, e o lucro advindo da atuação de grandes empreiteiras se fazem presentes.⁵²

Além disso, cabe ressaltar que embora o acesso à moradia, com todas as contradições nela embutidas, se constitua importante capítulo na reprodução dos sujeitos no urbano, por si só, não é capaz de garantir, efetivamente, o direito à cidade para esses e suas famílias. Daí a categoria trabalho aparece com todo vigor, a medida em que se trata de famílias que vivem da venda de sua força de trabalho, do trabalho, quer seja esse assalariado ou não, questões que serão tratadas na próxima seção.

Em pesquisa de Iniciação Científica e monografia de final de curso realizada em conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida, em Vitória da Conquista/BA, entre os anos de 2014 a 2016, pôde-se constatar que embora o acesso à moradia “própria” venha a contribuir com a reprodução das famílias no urbano, uma vez que

⁵² Sobre o assunto, ver as pesquisas de Rocha (2013; 2018) e Lopes (2017)

esses se livravam dos pesados aluguéis, para onde se destinavam parte significativa da renda familiar dos mesmos, as famílias enfrentavam muitas outras dificuldades, a exemplo da precariedade da infraestrutura disponibilizada, a dificuldade na circulação e acesso a outros pontos da cidade, e o distanciamento e os gastos referentes ao deslocamento até os locais de trabalho, ou para se ter a possibilidade de se procurar o trabalho nos lugares mais distantes, fato que apontou certa limitação na reprodução da vida na cidade para essas famílias. (LOPES, 2017). Essas questões serão retomadas na seção 4.

E ainda analisando a atuação dos vários sujeitos que influenciam a dinâmica do espaço urbano em Vitória da Conquista vale ressaltar a forma como o Plano Diretor Urbano (PDU) é utilizado em favor do poder público local para legitimar suas ações e práticas como interventor no processo valorização dos espaços urbanos, que contribui em muito para formar os espaços diferenciados com padrões de infraestrutura que valorizam bairros em detrimento da segregação de outros. Segundo Bomfim e Gonsalves:

Como o Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista tem como um dos principais objetivos ordenar a divisão de terras urbanas, ou definir os aspectos relacionados aos loteamentos, cabe mencionar que a Prefeitura Municipal, conforme está escrito no Art, 74, “não aprovará qualquer loteamento, se o julgar inconveniente ao interesse público”. Dessa forma, pode-se afirmar, que o poder público municipal exerce também um forte papel no que diz respeito à ocupação e configuração territorial. (BOMFIM e GONSALVES, 2005, p.08)

Os loteamentos destinados para a “população de baixa renda” seguiram os direcionamentos que não beneficiou de forma positiva a classe trabalhadora, isso porque as ações foram voltadas para uma lógica de produção desigual, onde a atuação do Estado garantiu a valorização de áreas urbanas ao direcionar para elas recursos públicos. Como mostra Bomfim e Gonsalves:

O Plano Diretor Urbano reforça essa segregação, uma vez que atende às exigências - como ruas asfaltadas, iluminação, entre outros, dos loteadores que administram a ocupação do solo urbano das áreas nobres da cidade, o que não ocorre com as demais. O investimento em infra-estrutura encarece o terreno e, dessa forma, acaba definindo quem poderá habitar certas áreas. (BOMFIM e GONSALVES, 2005, p.08, 09).

Com base nas discussões de Bomfim e Gonsalves (2005) que trazem as definições estabelecidas no Art. 70 (parágrafos 1º e 2º), no que se refere ao Plano Diretor Urbano, com relação à aprovação dos loteamentos fica clara a atuação do poder público na configuração desigual do espaço urbano de Vitória da Conquista.

Artigo 70 - para efeito de aprovação de loteamentos para fins residenciais será observado:

I - A classe e a categoria econômica do setor, as quais influenciarão sobre dimensões dos lotes;

§ 1º - A) **nos Setores Residenciais**, o lote mínimo terá uma área equivalente a 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com 12,00m (doze metros) de testada mínima.

B) tratando-se de lotes de esquina a sua superfície mínima será de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com 15,00m (quinze metros) de testada mínima.

§ 2º - A) **nos loteamentos localizados em bairros populares ou proletários**, o lote mínimo terá uma área equivalente a 140,00m² (cento e quarenta metros quadrados), com 7,00m (sete metros) de testada mínima.

B) tratando-se de lotes de esquina sua superfície mínima será de 200,00m² (duzentos metros quadrados), com 10,00m (dez metros) de testada mínima. (Vitória da Conquista, lei nº 118/76). (BOMFIM e GONSALVES, 2005, p.09)⁵³.

Uma rápida análise do documento que se constitui o plano diretor da cidade permite concluir pela opção à diferenciação e segregação entre os sujeitos/classes sociais. Na breve citação acima, por exemplo, é visível a separação entre os “setores residenciais”, leia-se habitações destinadas a um público diferenciado, e os “loteamentos populares ou proletários”, *lôcus* de reprodução dos trabalhadores mais pauperizados. Estaria o próprio poder público a reconhecer que a esses últimos não seria permitido o direito ao residir no sentido pleno da palavra?

Essa prática permitiu aos loteadores à abertura de lotes com padrões diferenciados. Desde o início esse processo configura uma dinâmica desigual para a

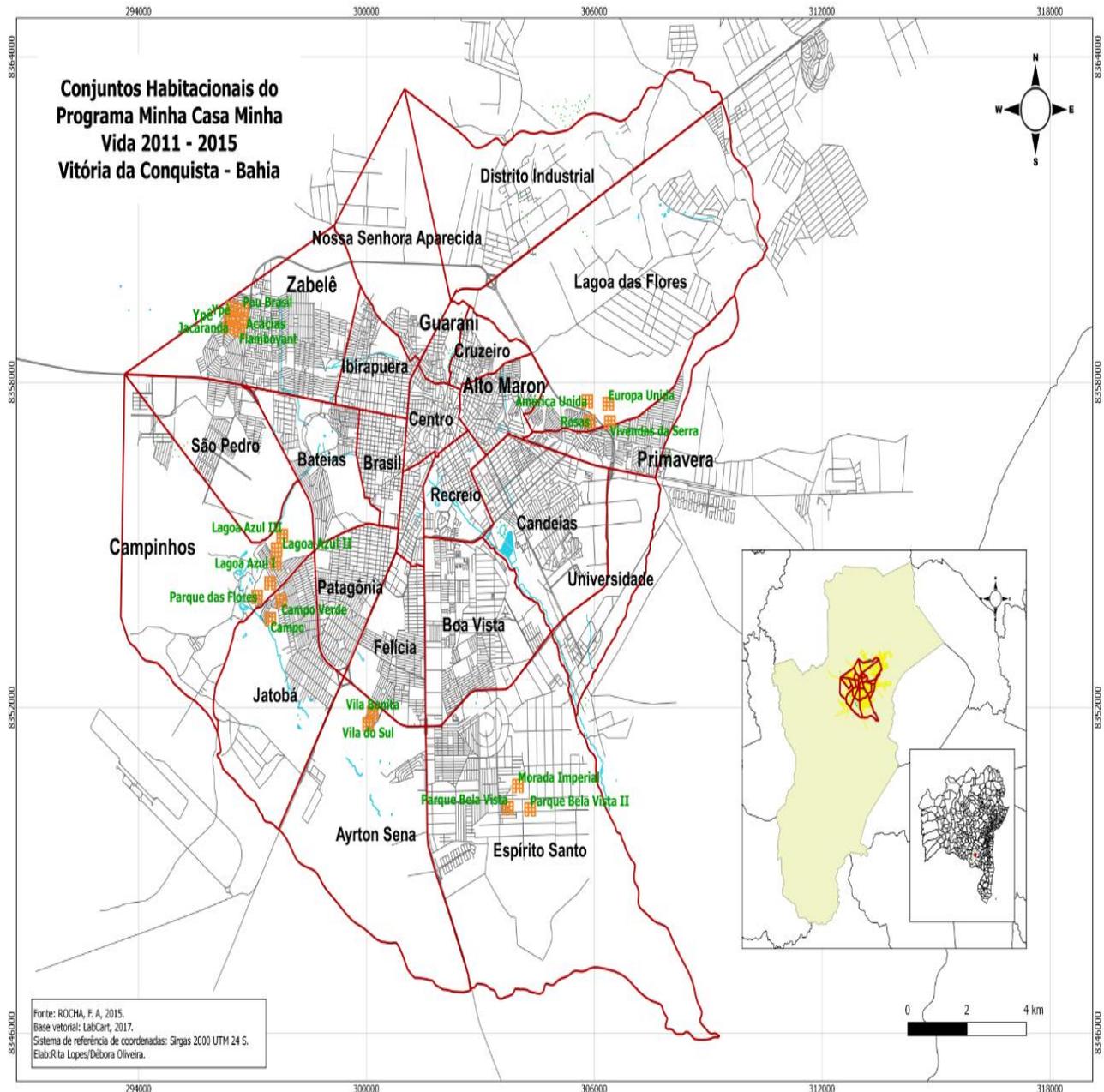
⁵³ Ressalta-se que até o momento de conclusão desta dissertação, o poder público municipal ainda se encontrava em fase de debates para a elaboração de um novo plano diretor urbano para a cidade, visto que esse deve ser feito a cada 10 anos, considerando que o último foi aprovado no ano de 2006, representando já alguns anos de defasagem desse importante instrumento de planejamento e ordenação das políticas urbanas. Por outro lado, embora se possa considerar a importância desse documento, seria uma ingenuidade, pelo método e a visão de mundo assumidos por esta pesquisa, afirmar que esse, por si só, venha a “solucionar” problemas que são estruturais na sociedade capitalista, como os conflitos e as formas de reprodução social das classes na cidade. Assim sendo, a análise dos planos diretores anteriores, permite-nos mais concluir que este é feito, principalmente, para maquiagem as contradições, fomentar as desigualdades sociais e atender aos interesses especulativos do capital imobiliário e financeiro que atuam na urbe, do que efetivamente promover melhorias qualitativas para seus habitantes, sobretudo os trabalhadores mais pobres – que se reproduzem nos espaços da miséria.

habitação desses espaços, deixando claro que o solo urbano é parcelado como uma mercadoria de valores distintos, e a condição social de cada sujeito vai determinar que frações desse espaço que ele poderá habitar. Sendo assim, a realidade de Vitória da Conquista e do Brasil é que a alta valorização que é acrescentada às áreas centrais (ou áreas mais distantes, mas também destinadas à reprodução das classes proprietárias) das cidades, com os investimentos públicos, (como saneamento básico, iluminação pública, abertura e pavimentação de ruas etc.), faz com que a classe trabalhadora mais necessitada não tenha condição de habitar essas frações de terras urbanas.

Desta forma, só a população que tem condição de pagar por esses valores agregados à moradia no espaço urbano vai conseguir habitar uma cidade formal. Nesse mesmo processo, a ilegalidade pode ser compreendida como o subproduto dessa regulação tradicional, com violações que se contrapõem, totalmente, ao que se pode compreender como um direito mínimo de dignidade para a vida na cidade.

Mas, a grande contradição é que nesses espaços ditos populares, também estão presentes os mecanismos de mercado, a cidade (e a habitação) como valores de troca, via mecanismos de venda e financiamentos, em que o processo de reprodução ampliada do capital, seja em sua esfera produtiva (empreiteiras e construtoras) ou financeira (financiamentos bancários), é garantido. Ainda assim, há todo um controle e direcionamento na produção do espaço urbano da cidade, que determina os lugares dos sujeitos/classes no mesmo, efetivando a cidade desigual do capital, sob a égide da produção do valor. E é assim, que as possibilidades de reprodução da vida se efetiva sob o formato da extrema precarização para os sujeitos que produzem a riqueza. Essa é a tônica que permite compreender a produção contraditória do espaço conquistense. O Mapa 04, a seguir, mostra as últimas construções de habitação popular que segue a faixa 1, realizadas em Vitória da Conquista através do PMCMV.

Mapa 04 – Conjuntos Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1.
Vitória da Conquista/BA, 2011-2015.



Fonte: Labocart. Elaboração Lopes Rita de Cássia/Oliveira Debora-2016.

As habitações de moradias populares são construídas nas frações de terra que sobram na cidade, pois esses espaços não interessam, direta e aparentemente, à especulação imobiliária. Ao mesmo tempo, esses conjuntos não podem “poluir” os espaços das habitações destinadas para a classe proprietária e a suposta classe média. E, mais uma vez, os que atuam produzindo riquezas vivem apartados dessa, em condições de moradias precárias e sem o direito de se apropriar do bem estar e bem

viver que cidade produz. Assim, a moradia é produzida para valor de troca e mercantilizada, e a classe dos trabalhadores é apartada do que produz, evidenciando assim uma diferenciação de classes na produção e apropriação do espaço produzido. As figuras 23 a 26 trazem alguns desses conjuntos populares construídos por meio do Programa MCMV no espaço urbano de Vitória da Conquista e que foram locais em que desenvolvemos parte da pesquisa empírica apresentada nesta dissertação.

Figura 23 – Conjunto habitacional Lagoa Azul 1 – Bairro Campinhos, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Figura 24 – Conjunto habitacional Lagoa Azul 1, Bairro Campinhos, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Figura 25 – Conjunto habitacional Vila do Sul – Bairro Ailton Senna, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Figura 26 – Conjunto habitacional Vila do Sul – Bairro Ailton Senna, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Uma questão que chama muito atenção nas figuras acima é, além da carência nos equipamentos urbanos, o tamanho pequeno das casas, fato que faz com que as famílias busquem, através dos próprios recursos, ampliar o espaço da moradia por meio do popular “puxadinho”. Ressalta-se ainda que embora construído e locais distantes, alguns fora da malha urbana, as dificuldades dos sujeitos não se refere à distância em si, mas a carência de uma série de serviços e equipamentos e mesmo

as dificuldades de acessar outros espaços da cidade, como os locais de trabalho, aliado à insegurança, a falta de opções de lazer, sobretudo para crianças e jovens, dentre outras questões que serão tratadas na próxima seção.

Entretanto, em um plano mais amplo, ressalta-se que o capital imobiliário e financeiro se reproduz e circula na referida cidade, inclusive na materialização e consumo da moradia popular, em áreas de baixa atratividade do mercado, por meio de terrenos “baratos” que permitem garantir a lucratividade das construtoras, além de bem definir uma apartação das classes populares em relação a outros espaços valorizados da cidade, onde, de um modo geral, esses sujeitos só têm acesso se for para desempenhar alguma atividade de trabalho.

Nesse processo, o Estado atua como principal ente político do capital, ao criar todas as condições para as classes proprietárias aferirem renda fundiária e lucro, fomentando o valor de troca, em detrimento do valor de uso. A necessidade do morar, e do viver a cidade, é subsumido pelo consumo do espaço enquanto mercadoria. Assim, os sujeitos que produzem a riqueza através do trabalho não pago são apartados dessa e encontram nos espaços desprovidos dos serviços básicos mínimos as condições de sobrevivência. A negação à cidade é o que se evidencia na realidade concreta desses sujeitos.

Nesse sentido, a seção 4 (a seguir), traz um pouco do cotidiano dos trabalhadores em bairros periféricos da cidade de Vitória da Conquista, enfatizando as dificuldades que enfrentam no processo de reprodução da vida, em que a questão do trabalho, na condição de sujeitos expropriados dos meios de produção, aliada a uma série de outras questões como: acesso a serviços básicos, segurança pública, dentre outros, passam a ser fundamentais. Espera-se, nesse entendimento, afirmar que a cidade, produção social e histórica, em que a riqueza (produzida pelo trabalho) encontra-se desigualmente materializada, não traz como propósito a garantia das condições de reprodução dos sujeitos, e sim da reprodução do capital, beneficiando somente os sujeitos pertencentes as classes proprietárias, ou que dispõem dos recursos para consumir a cidade do capital.

SEÇÃO 4

A estratégia global que aqui revelamos (mais do que descobrimos) no plano teórico, constitui uma totalidade nova, cujos elementos, simultaneamente unidos (no espaço, pela autoridade e pela quantificação) e *desunidos* (nesse mesmo espaço fragmentado pela mesma autoridade que reúne separando e separa unindo sob seu poder), vão aparecendo. Há o cotidiano, reduzido ao consumo programado, afastado das possibilidades que a técnica abre. Há o urbano, reduzido a pedaços em torno da centralidade estatal. Há, por último, as diferenças reduzidas à homogeneidade pelos poderes coercitivos. (LEFEBVRE, 2012, p. 209).

O cotidiano possui o privilégio e o fardo de arcar com o fardo mais pesado. Se o poder ocupa o espaço que gera, o cotidiano é o solo sobre que se erigem as grandes arquiteturas da política e da sociedade. Esta interessante propriedade não lhe retira a sua ambiguidade, misto de pobreza e de riqueza. Nele o insuportável e o atraente misturam-se, o mal-estar e a civilização amalgamam-se. A felicidade breve se torna intolerável. O concreto se torna abstrato e a abstração concreta, no cotidiano. (LEFEBVRE, 2012, p. 211).

4 ENTRE A MORADIA E O TRABALHO: A CLASSE TRABALHADORA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Partindo do entendimento de que a cidade é uma construção humana, entendemos também que existe um processo contínuo e inacabado em que o trabalho materializado nas relações sociais garante o conteúdo social dessa cidade na produção do espaço urbano. E a cidade de Vitória da Conquista é vista e entendida nesse processo, por isso a importância de se compreender que o “direito à cidade” não está limitado ao acesso à moradia, embora essa seja uma necessidade primordial para assegurar a continuidade da vida. A cidade precisa ser vivida em sua totalidade, e os resultados dessa pesquisa nos direciona para o entendimento de que uma parte da população não tem sequer acesso a uma moradia de qualidade, e nessa conjuntura o acesso ao trabalho se torna essencial para assegurar as condições mínimas para usufruir de alguns dos direitos essenciais a continuidade da vida no urbano.

E é com esse olhar que nos propomos a análise da realidade concreta de espaços de reprodução da classe trabalhadora mais precarizada de Vitória da Conquista, onde o cotidiano, tal qual apontado por Lefebvre (2012) na epígrafe que abre esta seção, se apresenta como “o fardo mais pesado” para a reprodução dos sujeitos subsumidos a uma união de desunião, e que se efetiva em um espaço absolutamente desigual de outras partes da cidade, mas igual e contraditoriamente, subsumido a lógica do consumo, seja o consumo direto dos produtos/mercadorias, seja o consumo absolutamente precário da força de trabalho dos que ali se reproduzem. Os espaços da miséria que historicamente alimentam os espaços da riqueza, ambos subjugados a lógica do poder imposto pela reprodução ampliada do capital.

Considera-se, portanto, que em um contexto de crise estrutural e do crescente desemprego (tanto no campo quanto na cidade)⁵⁴ e degradação das condições de trabalho, conforme evidenciado na seção 2, as condições de reprodução social da

⁵⁴ De acordo com o artigo de Souza e Conceição (2019), “Essa explicativa é bem oportuna para se tratar a situação atual da classe trabalhadora brasileira, em que segundo dados do IBGE/PNAD, trimestre março - maio de 2019 o número de desempregados no país era de 11,8%, o equivalente a 12,6 milhões de pessoas. Entretanto, embora aponte um percentual um pouco menor que o trimestre anterior dez. 2018/fev. 2019 que foi de 12,3% atingindo 13 milhões de pessoas, o órgão de pesquisa aponta que na verdade o que ocorreu foi um aumento significativo dos trabalhadores sem carteira assinada, subutilizados e por conta própria, indicando um quadro de precarização do trabalho com recorde da série histórica que se iniciou no ano de 2012”. (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2019, p. 64).

classe trabalhadora no urbano tornam-se mais limitadas, e a produção do espaço urbano evidencia essa desigualdade, inclusive no que se refere ao direito à moradia.

Na cidade de Vitória da Conquista, entendida no movimento da totalidade das relações sociais, essa realidade não é diferente, conforme abordado na seção 3. A concentração de terras e demais meios de produção, o controle do Estado para atender os anseios das classes dominantes, a inserção desigual na economia, sobretudo com a produção de *commodities*, criam as condições históricas que determinam a produção desigual desse espaço.

Uma evidencia desse processo é a fragmentação entre o trabalho (ou a negação e esse) e a moradia, entre a produção e da reprodução da vida, questões que serão abordadas ao longo desta seção, através de pesquisa empírica e depoimentos de sujeitos da classe trabalhadora que se reproduzem nas periferias da cidade, em consonância com a teoria e o método que dá sustentação a referida pesquisa.

As contradições existentes na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista nos levam a entender que a função social da cidade é submetida a condição de mercadoria, o valor de troca prevalece e o uso se torna restrito. Nesse processo, o lugar da realização plena, da vivência e da liberdade é ofuscado pelas mudanças impostas pela necessidade de expansão nas relações de consumo, privando (e privatizando) o uso do espaço urbano conquistense. E, nesse sentido, os locais de reprodução da classe trabalhadora encontra-se sempre desabastecidos de um conjunto de equipamentos urbanos e de condições necessárias para garantir o direito ao trabalho, a educação, a saúde, ao lazer e até mesmo a um transporte público de qualidade, conforme observado por meio de pesquisa empírica e que será explorado ao longo desta seção.

Nesse sentido, afere-se que na cidade mercadoria quem a produz de fato não vive plenamente o direito a cidade, são muitas vezes impedidos de realizarem atos simples da vida cotidiana, como o exemplo a seguir, obtido em entrevista de trabalho de conclusão de curso já referenciado nessa dissertação.

Olha moca, parece mentira, mais nem um pãozinho quente agente tem o direito de comer, é preciso comprar nas padarias lá próximo do shopping, ou então aqui, onde alguns moradores vendem, as vezes pegam pela manhã e já fica pra tarde. Trabalho de campo. (Lopes 2016).

A cidade nessa esfera perde a sua função social, sendo apropriada por determinados grupos/classes que tem como pagar por aqueles vários tipos de serviços que ela oferece, e na lógica da cidade produzida como mercadoria não pode ser concebida, percebida e vivida por todos os sujeitos que garantem o conteúdo e a forma na qual ela se apresenta. A partir dessas observações é que compreendemos os problemas existentes entre a produção e apropriação do espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista. Não é por acaso que os espaços de reprodução da classe trabalhadora mais precarizada e, portanto, com menor renda, encontram-se sempre em locais considerados de baixo valor de troca para o mercado imobiliário, e isto acontece porque existe uma lógica na apropriação do solo urbano como mercadoria para gerar valores de troca.

No entanto, a mercadoria moradia precisa ser antes valor de uso, pois segundo Karl Marx (1983), só tem valor de troca algo que tenha valor de uso, portanto utilidade para alguém. Assim, a indústria da construção civil, juntamente com os proprietários das terras urbanas e aliados ao poder público local, busca formas de retirar os moradores indesejáveis que ocupam determinadas áreas urbanas e realocá-los em áreas cuja as moradias são construídas, pensadas e direcionadas para os bairros onde historicamente a classe trabalhadora, que sobrevive com baixos ou nenhum salário, se reproduz. Pois, com isso, conseguem planejar construções de moradias padronizadas para uma elite que pode pagar para morar em locais com uma infraestrutura planejada, para extrair o máximo de valor na renda imobiliária, vendendo moradias de alto padrão como, por exemplo, as existentes em alguns dos condomínios fechados na cidade (Figuras 27 e 28), que além de vender a moradia, comercializam também um projeto de 'tranquilidade' de 'lazer' e o 'bem estar' de morar em local aconchegante (SANTOS, 2019). Nessa perspectiva, a moradia, e a cidade como um todo, como função social, está submetida aos desígnios do capital.

Figura 27 – Entrada do Condomínio fechado Vila Constanza – Bairro Boa Vista, Vitória da Conquista/BA, 2020.⁵⁵



Fonte: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro. Trabalho de Campo, 2020.

Figura 28 – Propaganda evidenciando o padrão de moradia e conforto no Condomínio Vila Constanza, bairro Boa Vista, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: www.facebook.com/pages/Vila-Constanza.

As figuras 27 e 28 nos permite visualizar como à moradia está intrinsecamente vinculada ao conteúdo de classe dos sujeitos que a consomem. Assim, a leitura do processo de comercialização e apropriação dos condomínios denominados como “de alto padrão” permite aferir que esse tipo de moradia torna-se cada vez mais inacessível para uma parte da população, uma vez que são planejadas para os incorporadores da indústria lucrarem o máximo possível com as vendas desses imóveis. Assim, os terrenos precisam obedecer um padrão de localização e com infraestrutura capaz de possibilitar aos proprietários a extração do lucro, criando valores de usos para essas moradias que só se efetivam como troca. Os objetivos dos incorporadores da indústria da construção civil na cidade de Vitória da Conquista são de criar, cada vez mais, formas de valor de uso do espaço urbano para conseguirem valor de troca e nessa perceptiva os indivíduos são envolvidos com o fetiche de viver bem e morar em um local com *status* de lugar especial.

Por outro lado, a classe trabalhadora mais pobre encontra, em uma cidade em que o controle do solo – por meio da propriedade privada é efetivo, maiores dificuldades em se reproduzir no urbano. São esses que produzem o espaço urbano, mas

⁵⁵ De acordo com dados apresentados na dissertação de Chaves (2018) o lote de 1000 m² no seguinte condomínio custava, no primeiro semestre de 2018, cerca de R\$ 600.000,00. Já em pesquisa recente realizada no anúncio de imobiliárias, pode-se observar que a comercialização de casas nesses condomínios pode chegar a R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), uma cifra bastante considerável para uma cidade de médio porte como é o caso de Vitória da Conquista.

esse, em geral, lhes é negado. Entretanto, é importante apontar, conforme observado em pesquisa empírica realizada em bairros da periferia da cidade, voltados a reprodução de trabalhadores mais pobres, que mesmo nos locais de menor valorização do solo urbano, as formas explícitas ou dissimuladas de apropriação do lucro e de da renda se fazem presentes, garantindo retorno financeiro às classes proprietárias. Isso implica diretamente na prática da vida cotidiana dos sujeitos, pois a presença na propriedade privada do solo urbano é refletida e vivenciada no ato do morar.

Isso se faz porque o fundamento da propriedade privada encontra-se presente, bem como as formas de apropriação, construção e legalização das moradias se efetivam. Há, na referida cidade, um controle efetivo sobre o solo urbano, realidade apontada pela pesquisa realizada por Chaves, no ano de 2008, quando abordou os instrumentos jurídicos e políticos que garantem esse processo. O que significa dizer que os sujeitos expropriados dos meios de produção e pouco qualificados encontram muita dificuldade de se reproduzir no urbano. O preço de qualquer fatia do solo urbano lhe é muito caro e as exigências para conseguir construir bastante onerosas. Esse se constitui, também, um filão de mercado – por meio dos incansáveis financiamentos de programas como o Minha Casa Minha Vida, que mesmo com tantos problemas consegue assegurar, talvez de maneira menos penosa, o acesso à casa própria para parcelas pobres da classe trabalhadora. Essa foi uma realidade apontada em pesquisa anterior, concluída no ano de 2017⁵⁶. Realidade que permanece no atual estudo.

Por isso, nos locais de realização de pesquisa empírica e proximidades são comuns a presença desses tipos de conjuntos habitacionais ditos populares. Mas, considerando a relação dialética e contraditória existente entre capital e trabalho, para o capital financeiro e as empresas imobiliárias que negociam ou financiam essas moradias – a extração de mais-valia encontra-se presente, ainda que disfarçada em suaves (e quase eternas) prestações.

Assim, na próxima subseção busca-se discutir os espaços de reprodução da classe trabalhadora conquistense, locais em que o solo urbano e as possibilidades de extração da renda são menores, embora se faça e se efetive na mesma lógica do valor de troca, apesar de ser para o sujeitos uma condição de uso, de reprodução social na cidade. Por outro lado, dada condição de sujeitos já totalmente expropriados dos

⁵⁶ Ver, por exemplo, artigo publicado na Revista Pegada Eletrônica, intitulado: Das políticas habitacionais ao direito à cidade: reflexões sobre a produção contraditória da cidade de Vitória da Conquista/BA.

meios de produção, precarizados em suas condições mais básicas de existência, e detentores unicamente de sua força de trabalho para vender, seja de que forma for, ressalta-se, também às dificuldades do acesso ao trabalho, ao tipo de trabalho e a remuneração obtida, bem como as possibilidades de períodos de desemprego, a dificuldade desses sujeitos de acessarem os locais de trabalho e os constantes riscos que vivenciam no deslocamento entre o trabalho e a moradia, se configurando em um cotidiano de grande desafio, que também se constitui “um fardo histórico para a classe trabalhadora”⁵⁷ conquistense, questões que serão abordadas ao longo desta seção.

4.1 Reprodução da classe trabalhadora na produção desigual do espaço urbano

Os espaços de reprodução da classe trabalhadora, apartados dos meios de produção na cidade de Vitória da Conquista, se dá sempre nos locais que não são tidos como valorizados ou como reserva de valor para o mercado imobiliário, embora também exista extração da renda da terra e mesmo lucro nos empreendimentos ditos populares. Muitos desses trabalhadores residem nos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, ou em bairros onde, historicamente, esses trabalhadores se reproduzem, mesmo em péssimas condições de moradias. As fotografias (29, 30 e 31) a seguir mostram as condições de moradia e reprodução social de parte dos sujeitos pesquisados.

⁵⁷ Em alusão a obra *O desafio e o fardo do tempo histórico*, do filósofo Istvan Meszaros, publicada pela Boitempo Editorial no ano de 2007.

Figura 29 – Rua localizada no Loteamento Conjunto da Vitória, bairro Patagônia, zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Figura 30 – Residências localizadas no Loteamento Conjunto da Vitória, bairro Patagônia, zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019.



Foto: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Figura 31 – Moradias precárias localizadas no Loteamento Conjunto da Vitória, bairro Patagônia, zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019.



Foto: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Durante pesquisa *in loco* realizada no Loteamento do Conjunto da Vitória, no bairro Patagônia, foi possível observar que todas as ruas percorridas não possuem asfaltamento, e algumas residências visitadas não possuem sanitários. Constatou-se

que o bairro tem rede de esgoto, mas nas residenciais não há ligação dessa rede de esgoto para as casas do loteamento. Conversando com os moradores foi possível constatar que a maioria das famílias não possuem poder aquisitivo para fazer esse tipo serviço, aparentemente simples para sujeitos com outra situação financeira, mas pelo tipo de precariedade que o cotidiano de dureza dessas famílias se apresenta, essa se torna uma realidade muito distante. Os moradores entrevistados não possuem renda fixa, e não conseguem realizar assim outras demandas, como por exemplo colocar um piso no chão da casa, uma porta de madeira para a residência, um quintal para a realização de tarefas diárias e necessárias em uma residência, e as que possuem um quintal, esse não apresenta nenhum tipo de infraestrutura, são descobertos, e os serviços domésticos são realizados de forma improvisada. Essa realidade comprova que as relações sociais estão entrelaçadas com as necessidades de ampliação do mundo da mercadoria, em que o viver e o morar é afetado pelo consumo, tudo se torna “mercadoria”.

Tal situação faz reportar a descrição realizada por Engels ([1845], 2008) e apresentada na epígrafe que abre seção 3 desta dissertação, ao demonstrar a situação de penúria da classe trabalhadora da Inglaterra em meados do século XIX, quando os produtores da riqueza, os trabalhadores que produzem mais-valia se reproduziam em um cotidiano de miséria nas grandes cidades do país berço do capitalismo industrial, nos locais e bairros considerados “de má fama”. Passados mais de 170 anos dessa publicação, observamos, com base em estudo na cidade de Vitória da Conquista, que os bairros de má fama prevalecem na cidade capitalista, como uma condição as próprias contradições inerentes ao processo de extração de mais valia. Nesses espaços de reprodução da classe trabalhadora, e “longe do olhar das classes mais afortunadas” (ENGELS ([1845], 2008, p. 70) prevalece a precariedade, uma vez que esses se constituem os bolsões de miséria, de excedente de força de trabalho, mas que expressa, também a própria materialidade da crise e da impossibilidade histórica da perpetuação desse modo de produção, uma vez que se utiliza e logo em seguida, descarta os sujeitos.

Assim, não se trata de uma realidade isolada da cidade em estudo, e sim uma característica específica e imprescindível dessa forma de sociabilidade, em que por meio do aumento expressivo da produtividade do trabalho, se pode garantir a extração de mais valia, ao passo em que relega uma grande massa de trabalhadores

expropriados da terra e demais meios de produção à condição de “sujeitos supérfluos”⁵⁸, a serem utilizados quando e como o capital assim o requerer.

No campo da economia política essa realidade é explicada por Rosa de Luxemburgo, ao destacar a dupla função do exército de reserva na produção do capital, na qual: “por um lado, fornece a força de trabalho em caso de desenvolvimento súbito dos negócios”, mas que, por outro lado “a concorrência dos desempregados exerce uma pressão contínua sobre os trabalhadores empregados e faz baixar seus salários ao mínimo” (LUXEMBURGO, S/D, p. 320/321).

Essa leitura teórica é fundamental para que se possa compreender as razões históricas nas quais os trabalhadores que compõem o exército de reserva possuem na produção do capital e nas formas sob as quais se reproduzem precariamente nos “espaços de má fama” da cidade. Trazendo essa explicativa para compreender a situação da classe trabalhadora conquistense afere-se que essa está ali na condição de expropriada dos meios de produção e demandante da venda de sua força de trabalho como condição de sobrevivência. Vão se constituindo historicamente graças aos investimentos de capital e o propagado discurso do desenvolvimento, que para esses se efetiva com a possibilidade de acesso ao trabalho. Assim, na cidade capitalista se amontoam nos espaços menos valorizados da cidade, embora também assujeitados aos desígnios dos proprietários fundiários extratores da renda e do capital produtivo e financeiro, sobretudo por meio das formas de acesso à moradia.

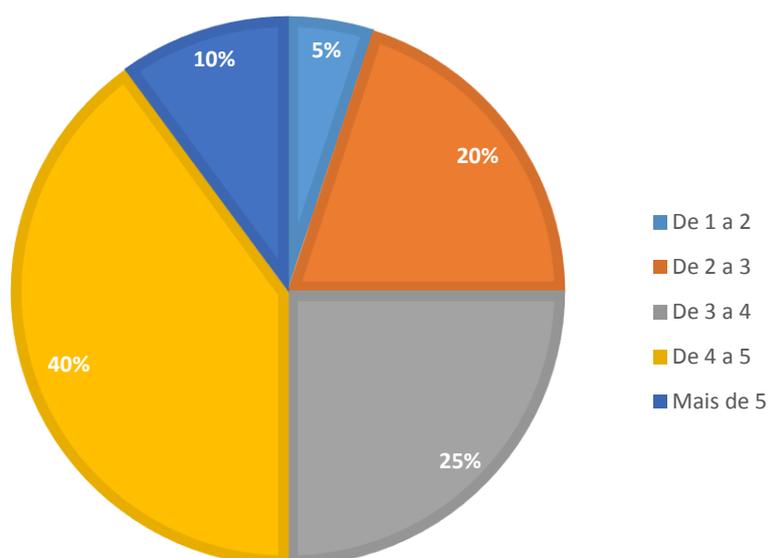
Por isso, “os bairros de má fama”, se constituem uma condição para a reprodução ampliada do capital, para a existência dessa forma de sociabilidade e da expropriação histórica que promove, não podendo ser explicados pela ausência de planejamento, uma realidade local ou dado os desequilíbrios dos fluxos migratórios, como querem fazer acreditar as leituras dos teóricos conservadores do real, com o fito de mascarar as contradições inerentes a esse modo de produção.

Através de pesquisa empírica realizada no referido loteamento, localizado no bairro Patagônia, zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista, afere-se que a realidade observada se reproduz por outros espaços de reprodução da classe

⁵⁸ Em alusão a dissertação: De supérfluos à sujeitos históricos na contramão do capital. A Geografia do (Des)trabalho, de autoria de Sócrates Oliveira Menezes, e defendida junto a UFS no ano de 2007, ao discutir a situação de precariedade na reprodução de trabalhadores e camponeses em luta pela terra em áreas periféricas na cidade de Vitória da Conquista/BA e organizados por meio do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), hoje Movimento dos Trabalhadores por Direitos.

trabalhadora da cidade e de outras cidades brasileiras. Foi possível constatar, tanto com base na aparência das casas quanto por meio de realização de entrevistas e aplicação de formulários de pesquisa com os moradores – o que favoreceu a aquisição de informações de caráter mais qualitativo, que a maioria das residências não dispõem de uma infraestrutura que garanta aos moradores um tipo de moradia digna. A maior parte das residências dos entrevistados possuem de três a quatro cômodos. E essas moradias são pequenas, levando em consideração a composição das famílias que vivem nessas residências. Isso implica na qualidade de vida dessas famílias, que muitas vezes precisam dividir quartos, ficando sem privacidade e sem conforto. O gráfico 01 a seguir mostra a média da composição das famílias entrevistadas.

Gráfico 01 – Composição das famílias entrevistadas. Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Verifica-se que a maioria dos entrevistados possuem de 4 a 5 membros na família, mas as condições de reprodução em pequenas e precárias residenciais torna o cotidiano no urbano muito difícil. Além disso, como se pode observar nas fotos já apresentadas nesta dissertação, a exemplo das figuras 29, 30 e 31 as casas são inacabadas, construídas com materiais precários e, dada quantidade pequena de cômodos que possuem, muitas não dispõem sequer um sanitário, a exemplos de residências localizadas no conjunto da Vitória. Logicamente que o viver a cidade e ter

as possibilidades de se reproduzir minimamente nessa não se restringe apenas ao espaço da moradia, mas essa se constitui um aspecto fundamental, uma vez que a casa é o lugar de descanso, onde grande parte das relações familiares são construídas. As relações capitalistas invadem a esfera doméstica, e muda as relações sociais desagregando os modos de vida e construindo necessidades de consumo e nesse sentido o mundo da mercadoria vai além do espaço da fábrica, e o plano do vivido vai se reduzindo, o sentido de habitação se transformando em lugar de abrigo.

Essa realidade é aprofundada nas contradições desse modo de produção, ao longo dos tempos, e permite compreender também a reprodução da classe trabalhadora de Vitória da Conquista, sobretudo quando se observa seus lugares de reprodução social na cidade. Embora se possa destacar a precariedade da construção das moradias desses trabalhadores, observada por meio de pesquisa de campo, é importante ressaltar que essa apenas materializa a degradação das próprias condições de vida e de trabalho a que esses trabalhadores encontram-se submetidos, enquanto sujeitos ávidos ao assalariamento. Assim, à precariedade da moradia se soma a degradação da infraestrutura circundante, que vai desde o não acesso a serviços públicos básicos como: saneamento básico, iluminação pública, calçamento das ruas, até a impossibilidade de disporem de água encanada, energia elétrica, dentre outras questões básicas da vida nas cidades.

A esses se somam a carência, ou total ausência, de segurança pública e mesmo a inexistência de vias públicas seguras – que permitam a esses sujeitos acessar outros espaços da cidade, os espaços onde se encontram os trabalhos por exemplo, convivendo com um cotidiano maior de insegurança e desesperança, o que será mostrado ao longo desta seção.

Expressa, por outro lado, o caráter burguês do Estado, e dentre esses a esfera municipal, em reproduzir a cidade desigual, por meio de políticas públicas e planos de ações que colocam os sujeitos/classes sociais em seus devidos lugares. Esse é onipresente e desempenha de maneira altamente eficiente seu papel quando é para garantir ganhos concretos às classes proprietárias e aos grupos capitalistas que passam a atuar na cidade, criando as formas de valorização dos espaços e maior extração da renda da terra, tal qual apontado por Chaves (2018) e Santos (2019), mas é absolutamente ausente na busca de imobilizar capital para garantir as condições mínimas de reprodução dos trabalhadores pobres da periferia, como apontado por

Santos (2013) e Lebrão (2014) ou quando o faz, tratam-se de processos parciais e com finalidades eleitoreiras.

Por conta das observações realizadas empiricamente e dadas as constatações das precariedades na reprodução da vida dos trabalhadores nos espaços em que se realizou a pesquisa de campo, em sua relação com as leituras teóricas realizadas, aponta-se que a correlação dos interesses estabelecidos entre o poder público, as classes proprietárias e os grupos capitalistas que atuam na cidade garantiram, historicamente, a produção desigual do espaço urbano de Vitória da Conquista, e uma realidade de desefetivação e alienação para as classes trabalhadoras mais pobres.

Em pesquisa realizada no Loteamento Conjunto da Vitória, por exemplo, é visível o total descaso para com a reprodução desses sujeitos, em uma realidade que em nada se aproxima com o discurso de pujança econômica que as propagandas oficiais apontam como perspectiva para a terceira maior cidade do estado da Bahia. Assim sendo, buscou-se ainda, entender como se organizam esses moradores do loteamento, que tipo de ação desempenham para melhorar, minimamente, a realidade em que vivem. Nesse intuito, foram feitas entrevistas com moradores e entidades atuantes no bairro, a exemplo da realizada com o representante⁵⁹ da Associação dos Moradores do Bairro Patagônia.

Trata-se de uma Associação antiga, criada no ano de 1983 e que já buscou desenvolver algumas atividades efetivas no bairro, como uma produção própria de pão e leite de soja, a fim de criar um ambiente mais agradável e de melhoria nas condições de vida da população. Mas, diante das dificuldades existentes hoje esse projeto encontra-se em reestruturação. Ressalta o mesmo que a população do bairro hoje encontra-se desassistida e convive com a questão crescente do desemprego e da falta de serviços básicos como: saúde, lazer e segurança. Ainda assim, aponta a necessidade das cobranças junto ao poder público local para que se consiga garantir os serviços mínimos que a população necessita, realidade que contrasta com outros espaços elitizados e localizados na zona Oeste da cidade, acreditando haver uma atuação desigual do mesmo na cidade, mas que no caso da realidade dos bairros do lado Oeste, só se efetivam por meio da luta e organização coletiva dos moradores.

⁵⁹ Entrevista com o presidente da associação do bairro Patagônia, loteamento Kadija, realizada em 05 de junho 2019.

Mas, é preciso ressaltar, ainda, as desigualdades existentes no ambiente do próprio bairro Patagônia, pois embora esse possa ser considerado um bairro de origem proletária e camponesa, sobretudo iniciado por migrantes, em que seus descendentes e outros que chegam compõem a população atual do bairro, algumas áreas, a exemplo do loteamento Conjunto da Vitória, são mais precárias se comparadas a outros locais que mesmo carente em infraestrutura possuem, minimamente serviços como calçamento (ainda que, em geral, precário), iluminação e serviço de água encanada nas casas (mesmo com controle no fornecimento) e acesso a pontos de transporte público, sobretudo nas proximidades das principais avenidas e de locais em que funcionam determinados equipamentos públicos como escolas e hospitais. Portanto, essas parcelas da população do bairro ainda foram alvo de alguma política pública, que segundo o presidente da associação foi conseguida por meio de muita organização e luta, não se constituindo uma *benesse* do poder público local, algo que não se estende aos loteamentos e áreas de ocupação mais precárias do bairro.

Essa realidade verificada por meio de pesquisa de campo em loteamentos precários, conjuntos habitacionais e demais localidades de Vitória da Conquista permite comprovar que os trabalhadores mais pobres são relegados às condições de reprodução precárias no urbano, e o acesso à moradia (subsumida a condição de mercadoria), bem como a inserção precarizada no mercado de trabalho, evidenciam essa realidade. Na mesma direção Ikuta diz que:

Todo o conjunto de subcondições de existência, estão “confinados” nas áreas mais precárias da cidade. Isto é, a sociabilidade no âmbito do capital precariza profundamente as relações do ser social, tanto fora como dentro do trabalho. “Fora” do trabalho o ser social vive mal, não tem casa ou mora em condições sub-humanas, não tem acesso à educação, saúde, transporte, lazer, alimentação, saneamento básico de boa qualidade. E “dentro” do trabalho, o capitalismo mundializado contemporâneo estreita e restringe cada vez mais o núcleo de trabalhadores estáveis e com garantias, enquanto se intensifica a massa flutuante de trabalhadores instáveis (os subcontratados, os trabalhadores em tempo parcial, os temporários, os da “economia subterrânea” ou “clandestinos”) e os proletários excluídos do trabalho, jogados por muito tempo ou até mesmo definitivamente fora do mercado de trabalho, vivendo a despossessão no limite. (IKUTA, 2008, p.41).

É refletindo sobre a questão da moradia no contexto de dominação das relações de produção que vamos entender como a extração da mais valia implica

diretamente nas condições do morar e do viver na cidade, em que em meio aos tantos desafios, o trabalhador é submetido ao metabolismo do capital subjetivo e objetivamente, em um processo contraditório e, ao mesmo tempo, homogeneizante, seguindo uma única lógica: a do consumo. Nesse processo, tudo se torna mercadoria: a moradia, o trabalhador, o lazer, assim como o viver e o morar na cidade de Vitória da Conquista, estão todos submetidos a essa lógica que faz parte do modo de produção e é necessária para garantir sua continuidade. Portanto, criar espaços segregados é uma das formas de valorizar outros e assim obter lucros com a venda dessas frações do espaço urbano, através da mercadoria moradia. Nesta mesma linha Carlos diz que:

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana e separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos. (CARLOS, 2007, p. 112).

A forma de mercantilizar a cidade, faz com que a moradia seja concebida como uma mercadoria, seu valor de troca subsume o valor de uso. Neste sentido, os conjuntos habitacionais populares, que mesmo sendo diferente dos loteamentos pesquisados, pois esses são construídos de forma regular e planejada, e que seguem padrões diferentes⁶⁰, apresentam problemas similares no que concerne à reprodução da vida. Posto que, antes de se realizarem enquanto uso – local de moradia, se concretizam como troca, garantindo o lucro das construtoras e do capital financeiro (por via dos financiamentos para adquirir a moradia).

Tão logo, o que efetivamente importa é o lucro das empresas, e não a reprodução dos sujeitos em suas moradias. Essa é uma realidade observável nos

⁶⁰ Os conjuntos habitacionais que seguem a faixa 1 foram construídos no modelo de *villages*, as residências seguiram padrões estipulados pela esfera federal que determinou a dimensão das áreas externas e internas, assim como o material utilizado para construção dessas residências. Essas possuem sete cômodos: sala, cozinha, banheiro, área de circulação, dois dormitórios e área externa de serviço, totalizando uma de área de 36m². LOPES, Rita de Cássia Ribeiro. **Da habitação popular ao direito à cidade: o programa Minha Casa Minha Vida no Vila do Sul e Vila Bonita em Vitória da Conquista – BA**. Monografia (Graduação em Geografia).

Condomínios populares (Figuras 32, 33 e 34) em que se teve acesso por meio de pesquisa de campo na cidade de Vitória da Conquista, em que a maioria dos habitantes desses conjuntos habitacionais não usufruem de equipamentos urbanos e nem de vários tipos de serviços, ou seja, de acesso a uma vida urbana de qualidade. Em entrevista com alguns moradores que residem no recorte do espaço urbano conquistense utilizado nessa pesquisa o que fica em evidencia é a precarização das necessidades básicas a reprodução da vida dos sujeitos.

Figura 32 – Residências do Conjunto habitacional Lagoa Azul – Bairro Campinhos, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019.



Foto: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Figura 33 – Área de lazer localizada no Conjunto habitacional Lagoa Azul – Bairro Campinhos, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista/ BA, 2019.



Foto: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

Figura 34 – Área de lazer localizada no conjunto habitacional Vila do Sul – Bairro Airton Senna, Zona Sul da cidade de Vitória da Conquista- BA, 2019.



Foto: LOPES Rita de Cássia Ribeiro, pesquisa de campo, 2019.

As reclamações dos moradores são generalizadas e se referem ao espaço privado da casa: o tamanho pequeno dessa, a falta de uma área de serviço e um quintal, o tamanho dos quartos e a impossibilidade de colocar todos os móveis, até

problemas hidráulicos, a qualidade do material utilizado na casa, que logo se deprecia, dentre outras questões. Esses problemas se estendem ao espaço coletivo do condomínio: falta de opções de lazer ou a depreciação muito rápida desses equipamentos, como se pode observar na figura 33, locais sujos, sem manutenção (como serviços de capinagem, por exemplo), iluminação precária, dentre outras questões. Quanto a relação casa-condomínio-acesso à cidade, outras questões foram apontadas pelos moradores entrevistados: a insegurança em sair do condomínio, a falta de serviços básicos no entorno do mesmo (mercados, padarias, farmácias, etc.), a deficiência do transporte público, a depreciação das vias de acesso – que acaba por repercutir no deslocamento para outros locais da cidade, inclusive para o trabalho. Sobre a problemática da moradia Ikuta (2008) nos chama a atenção dizendo que:

Um primeiro aspecto é que a problemática da moradia não se reduz às grandes cidades industrializadas. Há muito, as favelas, os cortiços e os moradores de rua são também uma realidade nas cidades médias não industrializadas. O que denota a complexidade e amplitude da lógica de valorização do capital e gestão capitalista do espaço. (IKUTA, 2008, p.106).

Na maioria das ruas em que passamos, quando estávamos em trabalho de campo, foi possível observar o abandono e a precariedade em que se encontra alguns dos locais historicamente ocupados pela classe trabalhadora que tem como meio de reprodução única e exclusivamente sua força de trabalho para vender.

Existe uma racionalidade pautada na ordem do capital – e que visa sua reprodução ampliada – que nos permite compreender que a moradia disponibilizada por meio dos conjuntos habitacionais possui como objetivo central a realização do valor de troca para as empresas construtoras e as agências financeiras que viabilizam sua aquisição. Para o capital, a fim de disponibilizar a moradia “aparentemente à baixo custo” os materiais utilizados são sempre de baixa qualidade, e tão logo começam a ser utilizados o nível de depreciação já é significativo. Assim sendo, feita a entrega das unidades habitacionais, e dos equipamentos coletivos existentes, esses passam a ser de única responsabilidade dos moradores. Não há nenhum mecanismo que preze pela conservação dos imóveis e equipamentos e, no geral, o fato da população ser muito pobre e conviver com uma série de demandas emergenciais, como a saúde e a alimentação, por exemplo, esses não possuem a possibilidade de construir um caixa coletivo, um pagamento de taxas condominiais, ficando seu patrimônio logo

deteriorado, desvalorizado e, muitas vezes, sem as condições de continuar sendo habitado.

Há ainda a limitação no espaço específico da moradia, quartos muito pequenos, que muitas vezes não comporta uma cama e um armário de guardar roupas; o banheiro é muito pequeno – quando não possui problemas hidráulicos e não há áreas de ventilação e de serviços capazes, por exemplo de atender atividades domésticas de lavagem e secagem de roupas. Nesses casos, muitas vezes, “o sonho da casa própria” só se realiza na garantia das margens de mais-valia do capital imobiliário, mas se consolida como um pesadelo para os trabalhadores, que tanto convivem com condições degradantes de trabalho, como não dispõem de um local de descanso e reposição adequada de sua força de trabalho. Parafraseando Marx, essas casas se constituem em verdadeiras “gaiolas de pedras”, nesse caso de cimento e tijolos, que prende o trabalhador a uma realidade difícil de reprodução social.

Mas, o processo de degradação das condições de vida não se limita, nem se restringe ao espaço de moradia, ou aos muros “fetichizados” dos condomínios, que acabam por atrair até mesmo as parcelas mais pobres da classe trabalhadora. Ela se estende para o conjunto, e mesmo o bairro, ou seja, a fração da cidade em que eles se reproduzem. Nos noticiários e *blogs* locais são muito comuns reportagens sobre a falta de segurança nesses locais, o número de crimes bárbaros e até mesmo a ocorrência de tiroteios e chacinas⁶¹. Não raramente, existe o “toque de recolher” em muitos desses locais, como também relatado em pesquisa de campo, em que as pessoas não podem mais circular fora da moradia após determinado horário, geralmente às 22h, um grande problema para os moradores que trabalham no noturno como vigilantes, garçonetes e garçons e que concluem sua jornada de trabalho nas madrugadas, convivendo com o constante risco para chegarem as suas moradias. Ou mesmo para aqueles que estudam à noite e não conseguem chegar em casa antes de tais horários, mais um desestímulo que acaba por levar a desistência nos estudos para muitos desses sujeitos.

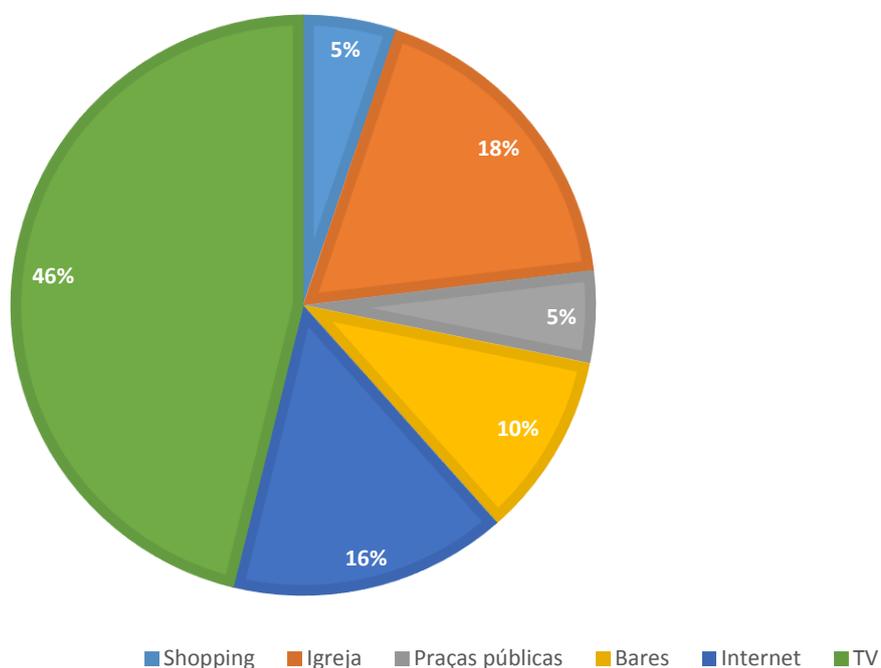
⁶¹ <http://blogdojorgeamorim.com.br/2017/10/tiroteio-deixa-um-morto-e-outro-baleado-em-conjunto-habitacional-em-vitoria-da-conquista/>
<http://www.sudoestebahia.com/noticias/18453-vitoria-da-conquista-jovem-foi-executado-no-miro-cairo>
<http://www.blogdaresenhageral.com.br/adolescente-e-executado-enquanto-cortava-o-cabelo/>
<http://www.blogdorodrigoferraz.com.br/2015/03/02/conquista-moradores-depredam-residencia-apos-homem-esfaquear-esposa-no-vila-bonita/>

Outra questão bastante noticiada nos jornais e *blogs* locais e também apontada por alguns entrevistados, sobretudo aqueles que residem nas bordas das franjas urbanas, pois que, além do isolamento em que vivem, com dificuldades de acessar o transporte público e demais locais da cidade, e a proximidade com terrenos baldios que os colocam em constante contato com lixos e animais peçonhentos,⁶² transmissores de diversas doenças, mais um agravo para a reprodução da vida desses moradores no espaço urbano conquistense.

Os resultados do trabalho de campo evidenciam ainda que os trabalhadores produtores da riqueza, não conseguem acesso ao lazer nessa cidade e, em geral, se utilizam dos meios de comunicação como forma de lazer. Nesse caso, ressaltam-se o uso de aparelhos celulares e aparelhos de televisão, que funcionam como formas concretas de alienação dos sujeitos, muitas vezes levando ao imaginário de um mundo burguês, que em nada se assemelham as condições efetivas de reprodução que possuem. Os baixos salários, a ausência de opções de lazer próximo das residências, dentre outros, são alguns fatores que impossibilita o acesso não só ao lazer, mas também a determinados locais da cidade. O gráfico 02 a seguir traz informações referente ao lazer utilizado pela maioria das famílias entrevistadas.

⁶² Aqui tem muita coisa que precisa de melhorias, esse condomínio no aberto é só pra chamar bichos. Vem cachorros, ratos, baratas e direto aparece cobras, já matei uma e os meus vizinhos também. Antes de vim pra cá eu pensava que era tudo fechado, têm essas telas, mais já tá tudo rasgada. (Entrevistada 2, relato oral, 2016). LOPES, Rita de Cássia Ribeiro; Pesquisa de Final de curso intitulada: Da habitação popular ao direito à cidade: o programa Minha Casa Minha Vida no Vila do Sul e Vila Bonita em Vitória da Conquista – BA, no ano de 2016, orientada pela Profa. Dra. Suzane Tosta Souza.

Gráfico 02 – Forma de lazer utilizada pelas famílias entrevistadas, nos conjuntos habitacionais Vila do Sul e Vila Bonita – Bairro Airton Senna, Zona Sul da cidade de Vitória da Conquista/BA, 2019



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

É notável a presença da televisão e da internet na vida desses sujeitos, que além de expressar o apelo estabelecido pela sociedade de consumo, revela sujeitos, mulheres, homens, idosos e idosas, jovens e crianças, confinados ao espaço da pequena moradia. Mas é preciso ainda que se considere as condições de vida diferenciadas entre esses sujeitos da classe trabalhadora, pois alguns entrevistados ainda conseguem desempenhar serviços mais especializados, como professores ou trabalhadores da construção civil, garantindo a ocupação de sua força de trabalho durante o ano, muitas vezes conseguindo obter um meio de transporte próprio, em geral carros e motocicletas, que lhes permitem acessar outros espaços da cidade, a exemplo do Shopping Center, mas é visível, pelo gráfico 02, que esses constituem a minoria (cerca de 5%) dos trabalhadores entrevistados.

Em Vitória da Conquista estão instalados dois Shoppings Centers de médio porte: o Conquista Sul, inaugurado em Junho de 2006 e localizado nas margens da Avenida Juraci Magalhães, nas proximidades que dá acesso ao anel viário e a diversos outros locais do município e de cidades e municípios vizinhos e o Shopping Boulevard, inaugurado em abril de 2018, localizado na Av. Olívia Flores, no bairro

Candeias, em uma área privilegiada da cidade ligada a outras importantes Avenidas como a recém-inaugurada Av. José Pedral Sampaio, que dá acesso ao bairro Boa Vista, também *loco* de grande especulação imobiliária na cidade. Portanto, afere-se que os dois Shoppings possuem características e clientela bem diferenciada, mesmo que localizados na mesma cidade.

Em pesquisa anterior, concluída no ano de 2017 foi possível, através de um estudo empírico realizado nos Conjuntos Habitacionais do Vila Sul e Vila Bonita, ambos construídos por meio do programa federal Minha Casa Minha Vida e localizados no bairro Airton Senna, nas margens do anel viário da cidade, apontar que mesmo estando muito próximos do Shopping Conquista Sul, considerado um Shopping mais popular em relação ao outro inaugurado posteriormente, poucos entrevistados acessavam esse espaço, em geral a população mais jovem e mais atraída pelo *marketing* que envolve o empreendimento. Ainda assim, ressaltavam, muitas vezes, a impossibilidade de consumirem algo nesse espaço, que embora tão perto fisicamente de suas moradias, se constituíam como muito distante de suas condições materiais de reprodução social.

Nessa mesma pesquisa, chamamos atenção para a impossibilidade desses moradores terem acesso a produtos básicos do dia a dia, como relatavam os moradores entrevistados a ausência de uma padaria que lhes permitissem, ao menos consumir “um pão fresco⁶³” após uma extenuante jornada de trabalho.

Portanto, analisando as condições de moradia e os equipamentos urbanos instalados nos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, que seguem a faixa de crédito da linha 1⁶⁴ fica a evidência de que a gestão pública ao elaborar políticas de habitação urbana, mantém um enfoque voltado para as relações comerciais do solo urbano. Isso contribui para a segregação socioespacial, onde as áreas destinadas para as famílias que não tem como pagar por uma moradia digna,

⁶³ Olha moça, parece mentira, mais nem um pãozinho quente agente tem o direito de comer, é preciso comprar nas padarias lá próximo do shopping, ou então aqui, onde alguns moradores vendem, as vezes pegam pela manhã e já fica pra tarde. (Entrevistada 3, relato oral, 2016). LOPES, Rita de Cássia Ribeiro; Pesquisa de Final de curso intitulada: Da habitação popular ao direito à cidade: o programa Minha Casa Minha Vida no Vila do Sul e Vila Bonita em Vitoria da Conquista – BA, no ano de 2016, orientada pela Profa. Dra. Suzane Tosta Souza.

⁶⁴ O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é um programa do Governo Federal que tem por objetivo promover o acesso à moradia por meio da produção de unidades habitacionais para famílias de várias faixas de renda. Dentre essas a **Faixa 1**, que atende, atualmente, famílias com **renda familiar bruta de até R\$ 1.800,00** (hum mil e oitocentos reais). Esse programa utiliza recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

residem nesses locais carentes de vários serviços e infraestrutura urbana. Por outro lado, contraditoriamente, mesmo as moradias voltadas à classe trabalhadora, são inseridas nos objetivos de reprodução ampliada do capital, uma vez que se transformam também em mercadorias. A inserção do capital financeiro e os financiamentos a longo prazo são fundamentais para se entender a existência dessas políticas habitacionais.

Em trabalho de campo constatamos também que muitas famílias entrevistadas não possuem renda fixa, acesso ao trabalho assalariado e, assim, buscam outros meios de complementar a renda, vendendo reciclados, bolos ou outros tipos de alimentos em casa mesmo ou em espaços improvisados dos conjuntos habitacionais ou dos bairros em que residem. A figura 35, por exemplo, destaca a comercialização de alimentos *in natura* (frutas e verduras), uma realidade bastante presente nesses bairros pesquisados, seja pela proximidade com a vida no campo, onde ainda conseguem ter acesso a esses produtos para comercializar ou mesmo por ainda deterem ou possuírem parentes que detêm uma pequena produção no campo, levando-a para os espaços da cidade e comercializando-as como forma de garantir a sobrevivência nos espaços periféricos da cidade.

Neste caso, ressalta-se ainda as especificidades do bairro Campinhos, que se constitui como um bairro na inter-relação e intermediação entre o campo e a cidade, com a existência de sítios e pequenas unidades de produção camponesa que facilita o escoamento e comercialização de produtos nos condomínios e outros pontos da cidade.

Figura 35 – Área construída para lazer no conjunto habitacional Lagoa Azul – Bairro Campinhos, Zona Oeste da cidade de Vitória da Conquista- BA, 2019 utilizada para desenvolvimento de pequeno comércio.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

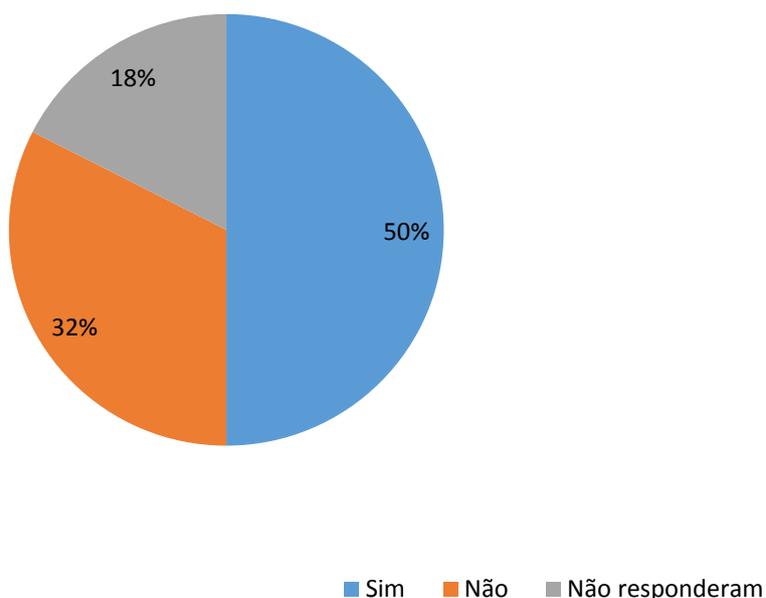
O relato a seguir, obtido durante entrevista com um morador durante pesquisa empírica no Condomínio habitacional Lagoa Azul, no bairro Campinhos, permite expressar a realidade de dificuldades para reproduzir a vida de muitos outros entrevistados.

Estou desempregado há mais de um ano, moro com minha mãe e ela também não tem renda fixa, faz faxina quando acha. Há 10 meses eu coloquei essa barraca para ver se consigo ao menos o dinheiro das contas e dos remédios que preciso tomar, não tenho estudo, mais sei fazer de tudo um pouco, mesmo assim está difícil pra arrumar um emprego e aqui eu conheço muita gente que tá na mesma situação minha. (Entrevistado 2, relato oral, março de 2019).

A realidade do desemprego estrutural se revela como mais uma face na dificuldade de reprodução social dos sujeitos de pesquisa na cidade de Vitória da Conquista e demonstra a alternância do acesso ao trabalho, revelando uma condição de instabilidade para o trabalhador, bem como a baixa remuneração geralmente obtida. As entrevistas realizadas apontaram que a renda das famílias varia durante os meses do ano (Gráfico 03), tendo melhorias nos períodos de colheitas do café – quando alguns membros da família vão trabalhar nas fazendas da região e nos meses de junho, dezembro e janeiro, quando existe uma necessidade maior de contratação

da força de trabalho nessas atividades. No entanto, são trabalhos temporários e muitos desses precários.

Gráfico 03 – Dados referentes a alteração na renda das famílias entrevistadas ao longo do ano. Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

As informações obtidas por meio de entrevistas com os trabalhadores e apresentadas no gráfico 03 apontaram ainda para uma questão interessante: a intrínseca relação entre a moradia nos espaços periféricos da cidade e a mobilidade da força de trabalho para o campo, relacionando-se a uma trajetória de grande parte desses sujeitos com o campo, locais de onde muitos foram expropriados ou migraram desses anteriormente, convertendo-se em trabalhadores assalariados no espaço urbano, mas que nem sempre conseguem garantir a reprodução social e a venda da força de trabalho nesses espaços, retornando ao campo, caso necessário, em busca do trabalho, ainda que este seja temporário e precarizado.

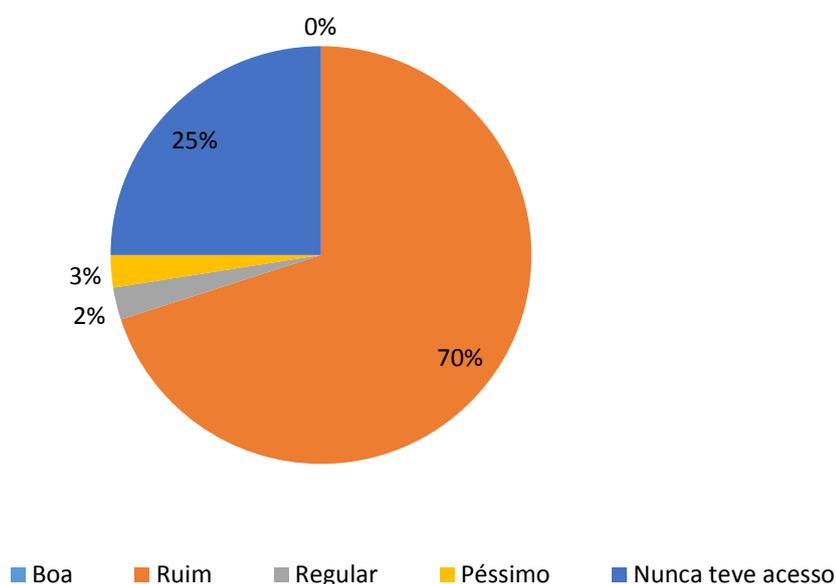
Os sujeitos sociais que vivem e produzem o espaço urbano nos locais pesquisados, são famílias que experimentam na vida cotidiana os problemas existentes do meio urbano. Trabalhadores, que enfrentam muitas dificuldades para garantir sua reprodução social. Essa pesquisa traz nos depoimentos dos moradores

entrevistados a angústia de habitar e não usufruir de direitos que todo cidadão deveria ter, mas que lhes são negados e isso contribui para agravar uma problemática social já existente. As reclamações dos moradores vão desde as precárias condições materiais como: o tamanho da casa, a carência de transporte público que atenda a demanda da população, a falta de transporte escolar, ausência de escolas próximas as residências, a inexistência de lazer para as crianças, até a falta de condições dignas de trabalho e o não acesso a outros bens e serviços, como pode se observar no depoimento a seguir e que expressa, no geral, a opinião dos demais entrevistados.

Aqui a gente vive como se fosse de favor, não tem ninguém que olhe por nós, pra reclamar que o mato ta tomando conta da casa, não sabemos pra quem, se quebra alguma coisa, uma lâmpada do poste, as redes da quadra, esses balanços que colocaram para as crianças brincarem, não conserta nunca. O posto de saúde agente usa uma sala improvisada ali junto com o posto do Jardim Valéria, vão fazer um lá só para os moradores daqui, mais quem é que sabe quando. É difícil moça, meus filhos pequenos ficam em casa, não deixo sai pra rua sozinhos de jeito nenhum. (Entrevistada 2, relato oral, realizado em março de 2019).

Ainda trazendo dados coletados por meio de pesquisa empírica, o Gráfico 04, a seguir, traz informações relevantes para sustentar nossos argumentos de como as esferas produção/reprodução estão imbricadas na lógica da reprodução ampliada do capital, em que as famílias que não conseguem pagar por algumas necessidades básicas enfrentam problemas para conseguir acesso aos serviços públicos, que deveriam ser de qualidade. Essa realidade está presente também na cidade de Vitória da Conquista/BA.

Gráfico 04 – Qualidade e acesso aos serviços públicos de saúde, segundo os trabalhadores entrevistados. Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Quando se trata de reprodução social da classe trabalhadora nos espaços periféricos da cidade, de um universo material marcado pela extrema carência, uma das mais nefastas é a negação ao acesso aos serviços básicos de saúde. No que se refere aos nossos *lôcus* de pesquisa, pode-se afirmar, com base nos dados adquiridos por meio das entrevistas, que esses praticamente inexistem para essa população, uma vez que 25% dos entrevistados declararam nunca ter tido acesso a serviços de saúde onde residem, ou em suas proximidades, outros 70% declararam serem esses ruins, 2% declararam serem esses péssimos e 3% regulares. Não houve por parte dos entrevistados nenhum sujeito que declarasse que esses serviços fossem adequados as suas necessidades. Além de tal dado demonstrar uma condição de significativa precarização na reprodução dos sujeitos, revela o total descaso e ausência do poder público, bem como, marcado por um contexto de privatização e elitização dos serviços de saúde – os mesmos não se estendem para toda a sociedade e, como qualquer outra mercadoria, deve ser adquirida por meios das relações mercantis. Desse modo, aos trabalhadores pobres, exército de reserva do capital, o padecimento e a morte, muitas vezes precoce, se apresenta como uma realidade concreta.

Com base em Lefebvre (2000) essa realidade expressa o espaço vivido, aquele que extrapola as estruturas físicas. Assim, o morador enxerga esse espaço na prática social da vida cotidiana. A casa aqui é para ele o lugar de realização ou a negação a esse espaço. Nessa mesma direção Carlos fala:

Portanto, o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido. É assim, por exemplo, que a cidade – enquanto articulação de lugares – produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo e cria identificações. Esse plano é aquele do local, que faz da cidade uma mediação entre as ordens próxima e distante. (CARLOS, 2006, p.43.)

A realidade vivida nesses conjuntos habitacionais, e demais espaços de reprodução da classe trabalhadora nas periferias de Vitória da Conquista, mostra que existe sim uma segregação imposta, e não é só por esses conjuntos se localizarem distante do centro, mas sim por falta de infraestrutura e serviços, nessa dimensão em que o local de moradia é também *status* social. Os lugares escolhidos para a construção dessas moradias são determinados pela condição social desses sujeitos. Isso porque é intencional tirar essas famílias de bairros que tem um alto valor de troca, para garantir que a moradia continue como um bem seletivo, onde o capital imobiliário apropria-se da renda da terra urbana e com total aparato do poder público faz dessa uma mercadoria valiosa.

4.2 “O caracol e sua concha”: entre a produção do espaço e a reprodução da vida no espaço urbano de Vitória da Conquista/BA

Com base na expressão de Marx, retomada por Ricardo Antunes, pretende-se evidenciar o processo de separação entre o caracol e sua concha, entre o trabalhador do produto do seu trabalho, via apropriação privada dos resultados do trabalho social e estranhamento do trabalhador em relação aquilo que produz, que se intensifica à medida em que se aprofunda a divisão social e territorial do trabalho. Assim, busca-se na leitura do espaço urbano compreender os sujeitos que o produzem, que produzem a riqueza materializada na sua construção, mas que são apartados dessa, como o caracol e a sua concha.

Pretende-se aqui enfatizar as contradições inerentes a produção do espaço e a reprodução da vida, do trabalho – que a tudo produz, fonte produtora de toda a riqueza (e socialmente realizável) e a reprodução da vida, que relega aos trabalhadores os lugares mais precários na cidade mercadoria. Por meio dos depoimentos, da confecção de mapas e instrumentos estatísticos, bem como do aparato teórico que sustenta a análise, evidencia-se a fragmentação entre o caracol e sua concha, ou seja entre os trabalhadores e os espaços de reprodução da vida, evidenciando a contradição entre a produção social da riqueza e a apropriação privada dessa produção por parte das classes proprietárias – e por uma crescente classe média, mas que, em um contexto mais amplo, se configura como um processo de acumulação global do capital.

Por considerar que o trabalhador da construção civil também vive diariamente e diretamente essa separação entre produção e reprodução, trazemos aqui alguns resultados que vão evidenciar a realidade a que esses estão submetidos. Nesse propósito ressalta-se o universo da precarização das condições de trabalho, consolidada por meio do grande exército de reserva existente na cidade, e o desemprego que se apresenta como condição para muitos dos sujeitos que não conseguem, o ano inteiro, vender sua força de trabalho. A fim de compreender um pouco melhor o acesso ao trabalho no referido município em estudo e em quais setores se concentram, pode-se observar, a seguir, a tabela 01 com resultados dos setores que empregaram nos últimos meses em Vitória da Conquista.

Tabela 01 – Informações sobre admissões e demissões em Vitória da Conquista/BA, em 2019.

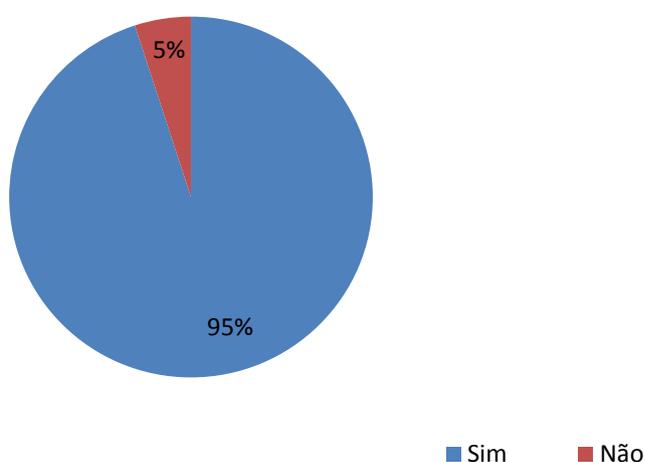
SALDO DE EMPREGOS POR SETOR – DE JANEIRO A SETEMBRO			
SETOR	ADMISSÕES	DEMISSÕES	SALDO
SERVIÇOS	6.178	5.788	390
COMÉRCIO	4.405	4.589	-184
INDÚSTRIA	2.464	2.459	5
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.172	2.017	155
AGROPECUÁRIA	419	440	-21
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	79	60	19
ADM. PÚBLICA E AUTÁRQUICA	72	51	21
EXTRATIVA MINERAL	6	16	-10
GERAL	15.795	15.426	369

Fonte: (CAGED) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

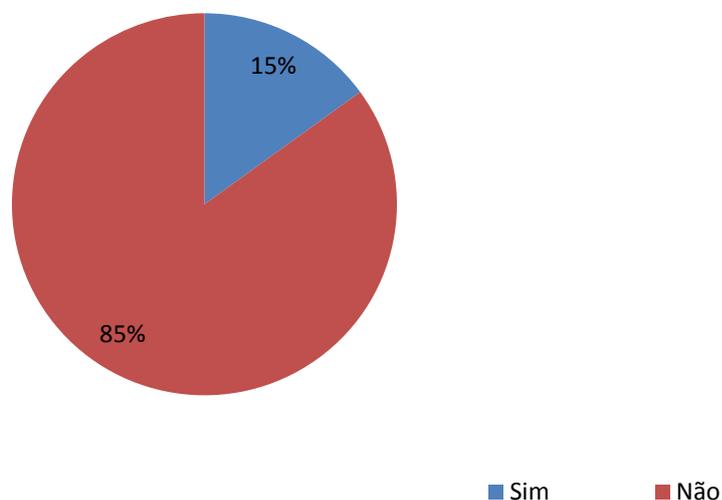
A análise dos dados da tabela 01 permite aferir a grande alternância dos trabalhadores nos diversos setores, posto que o número de trabalhadores admitidos é quase o mesmo dos trabalhadores demitidos, quando esses não superam os primeiros. Tal realidade expressa a rotatividade das funções e a constante eminência da demissão dos que conseguem se inserir nas relações formais de trabalho, reflexo da crise estrutural e do desemprego que lhe é característico. Essa situação também é evidente quando se trata dos trabalhadores da construção civil, contrariando o discurso desenvolvimentista que aponta as altas possibilidades de empregos no setor. Vê-se que esses são flutuantes, emprega e desemprega alguns meses depois, isso sem falar nas condições de trabalho e nas remunerações recebidas.

De acordo com informações disponibilizadas em pesquisa de campo envolvendo alguns desses trabalhadores, bem como por meio das informações junto as construtoras e apontadas em algumas pesquisas científicas que se teve acesso, isso acontece devido a sensibilidade que esse setor apresenta as instabilidades do mercado financeiro, e mesmo sendo um dos setores que mais empregam nessa cidade, é também um dos que colocam os trabalhadores em condições de trabalho insalubres, com baixos salários, e altas jornadas de trabalho, e muitos desses trabalhadores ainda exercem outras atividades remuneradas para suprir as necessidades da família. As informações apontadas nos gráficos 05 e 06 dão conta de reforçar esse argumento. Gráficos 05 e 06 – Informações referentes a obtenção de renda por parte dos trabalhadores da construção civil entrevistados, Vitória da Conquista/BA, 2019.

Tem outra fonte de renda



Renda suficiente para o sustento da família



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

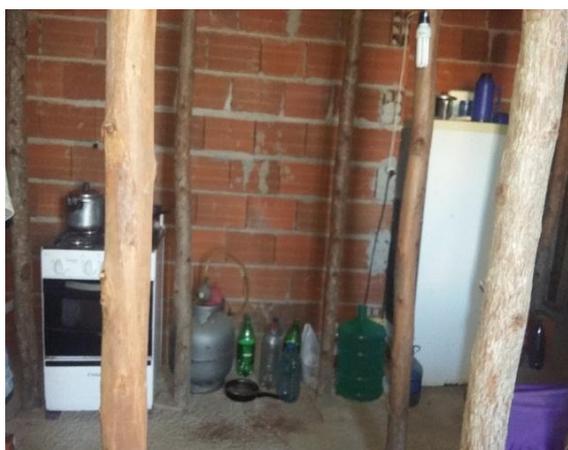
Vê-se que o setor de destaque na produção de capital na cidade, apontado como o grande responsável pela pujança do município e as possibilidades de melhorias para a sua população é incapaz de gerar uma renda mínima para 95% dos trabalhadores do setor entrevistados para essa pesquisa, permitindo reafirmar as contradições existentes entre capital e trabalho, representando ganhos concretos para o primeiro e a extração de uma mais valia exorbitante dos segundos, que de forma alguma se configura em melhorias reais nas condições de suas vidas. São, em geral, trabalhos temporários, altamente hierarquizados e degradantes, com grande desgaste físico, o que acaba incidindo na saúde dos trabalhadores.

Por meio de pesquisa empírica realizada em canteiros de obras de grandes empreendimentos, ou mesmo em construções particulares, foi possível conhecer um pouco melhor as condições de reprodução social dos trabalhadores, a labuta pela tão sonhada 'carteira assinada' e o universo extenuante e degradante apresentado a cada jornada de trabalho.

Mais uma vez, foi possível se concluir a degradação e fragmentação existente entre os espaços de trabalho e os espaços de reprodução, mas que, no extremo também se configura na negação a um espaço de reprodução da vida, em que o trabalhador migrante atraído dos municípios vizinhos adquire uma renda tão baixa que

não dá para pagar um aluguel, nem mesmo nos lugares mais baratos e precários da cidade; tendo que improvisar moradias nas marquises e barracos das próprias construções que realizam por meio do trabalho. As figuras 36 a 39 permitem observar essa realidade.

Figura 36 – Moradia temporária de trabalhadores da construção civil entrevistados, em Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Figura 37 – Moradia improvisada de trabalhadores da construção civil entrevistados, em Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Figura 38 – Construção realizada por trabalhadores entrevistados, em Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Figura 39 – Espaço de trabalho e moradia de trabalhadores da construção civil entrevistados, em Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Ou seja, não há, aparentemente, a fragmentação entre os espaços de trabalho e moradia, pelo simples fato dos trabalhadores não disporem, na cidade, de outro lugar para o descanso de sua força de trabalho. Vivem em barracos improvisados e depois de levantar algumas paredes, “racham alguns móveis” para permanecerem

pelo tempo que a obra durar. Vivem, literalmente, no trabalho e têm todo o seu tempo e sua vida, capturados pelo trabalho. Como são migrantes advindos de outros municípios, ainda são agradecidos pelos patrões que permitem estabelecer a moradia no local de trabalho. As figuras 40 e 41 evidenciam um pouco dessa realidade.

Figura 40 – Dormitório temporário dos trabalhadores em construção, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Figura 41 – Dormitório de trabalhadores em construção, Vitória da Conquista/BA, 2019.



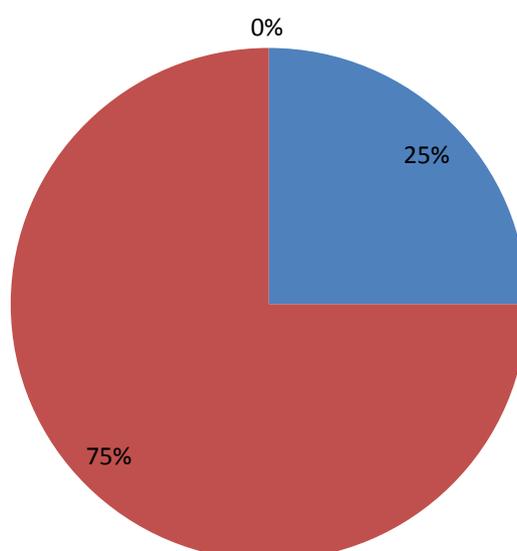
Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Para aqueles entrevistados que trabalham em locais diferentes dos lugares onde moram, esses relataram o tempo médio que gastam para chegarem até o local de trabalho e os principais meios de transportes utilizados, como pode ser observado nos gráficos 07 e 08 a seguir.

Gráficos 07 e 08 – Tempo gasto para se chegar ao trabalho e os meios de transportes utilizados pelos trabalhadores da construção civil, Vitória da Conquista/BA, 2019.

Tempo médio gasto para chegar ao trabalho

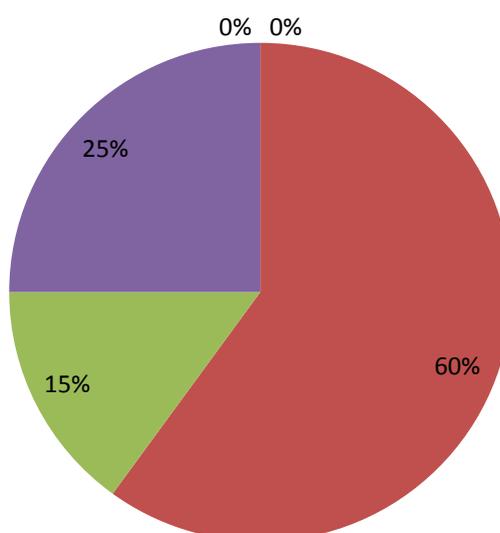
■ 10 a 20 minutos ■ 30 a 60 minutos ■ Mais de 2 horas



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Meio de transporte

■ Andando ■ Bicicleta ■ carro ■ Moto ■ Transporte público



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

De acordo com os dados apresentados nos gráficos 07 e 08, pode-se aferir que em uma cidade de porte médio como Vitória da Conquista, em que não se tem grandes distâncias a se percorrer o tempo de trabalho gasto entre 30 a 60 minutos, que se constitui no tempo declarado por 75% dos trabalhadores entrevistados na construção civil é um tempo razoável da vida diária dos trabalhadores gastos para se chegar aos locais de trabalho, mas esse não se constitui, certamente, o maior dos problemas dos trabalhadores entrevistados. Já com relação aos meios de transporte utilizados, resalta-se as bicicletas (60%) e as motocicletas (25% dos trabalhadores entrevistados). Os deslocamentos com carros próprios dizem respeito às funções melhores remuneradas, dentro da divisão do trabalho existente na construção civil⁶⁵.

Na cidade de Vitória da Conquista é muito comum, todos os dias da semana, à exceção dos domingos e feriados, por volta das 17:30, 18:00 horas, o deslocamento em massa de centenas de trabalhadores que saem dos canteiros de obras localizados, principalmente nos bairros Candeias, Primavera e Boa Vista, e circulam pelas ciclovias das Avenidas Olívia Flores, Luís Eduardo Magalhães, Perimetral José Pedral Sampaio, Juraci Magalhães e outras grandes avenidas da cidade em direção as periferias onde se reproduzem nos espaços da moradia. Para no outro dia, de manhã cedo, fazerem o caminho inverso até quando “durar a obra” ou tenha a possibilidade de vender sua força de trabalho.

As figuras 42 a 45 trazem os meios de transporte utilizados por trabalhadores da construção civil, bem como a estrutura do canteiro de obras.

⁶⁵ Sobre esse processo de divisão estabelecida no processo de trabalho na construção civil em Vitória da Conquista/BA, sugere-se a leitura da tese de doutorado de Miriam Cléa Almeida intitulada: **Memória, Trabalho e Território: O processo de trabalho na construção civil na cidade de Vitória da Conquista - Bahia**, defendida no ano de 2015 no PPGMLS/UESB.

Figura 42 – Trabalhador da construção civil, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Figura 43 – Meio de transporte utilizado por trabalhadores, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Figura 44 – Trabalhador da construção civil, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

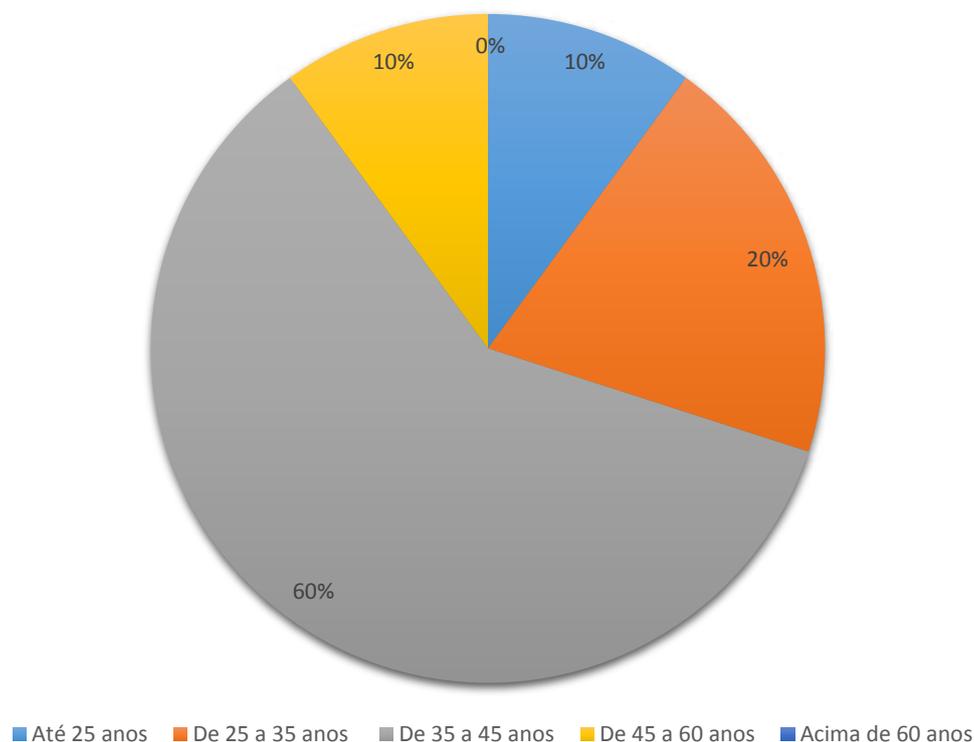
Figura 45 – Canteiro de obras, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Outra questão que chama atenção no perfil dos trabalhadores da construção civil da cidade é a faixa etária dos mesmos, por se tratarem de trabalhadores, em geral jovens, à exceção de determinadas funções, a exemplo das especializadas (engenheiros, etc.) que não demandam muita força física. O gráfico 09 traz a faixa etária dos trabalhadores entrevistados.

Gráfico 09 – Faixa etária dos trabalhadores da construção civil entrevistados em Vitória da Conquista, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

Observa-se que cerca de 60% dos trabalhadores da construção civil entrevistados possuem entre 35 a 45 anos, mas que, de um modo geral tratam de pessoas que já atuam em trabalhos no setor há alguns anos. Os trabalhadores mais jovens são aqueles que se inseriram no setor mais recentemente, dadas as “oportunidades” de empregos, ainda que temporários que este proporciona. Mas, conforme já apontado, existe uma intensa divisão do trabalho na construção civil, em que aqueles mais especializados ou com maior experiência, a depender da função que desempenha na produção, conseguem uma situação de melhor instabilidade e remuneração que não se estende aos demais trabalhadores, a exemplo dos ajudantes de mestre de obra e serventes, que vivenciam uma realidade de maior mobilidade de sua força de trabalho e menores remunerações. Há ainda os serviços pontuais, como eletricitas, encanadores, pintores, etc., que desenvolvem determinadas atividades e participam do conjunto da construção por um determinado período, migrando em busca de outras obras, quando “seu serviço” acaba. Portanto, trata-se de um universo diverso e distinto, mais

ambos, a somatória de todos esses tipos de trabalho são fundamentais para se analisar o processo de apropriação da mais valia, e sua realização quando do consumo da mercadoria, nesse caso a moradia.

Então, a questão central levantada por esta pesquisa de dissertação é justamente analisar como esses sujeitos que produzem as riquezas, nesse caso moradias, pelo nível de precarização do trabalho em que vivenciam (em sua maioria) não conseguem uma reprodução digna no espaço urbano, muitos desses não obtendo sequer uma moradia, ainda que já tenha, por meio do trabalho social, participado da produção de centenas delas.

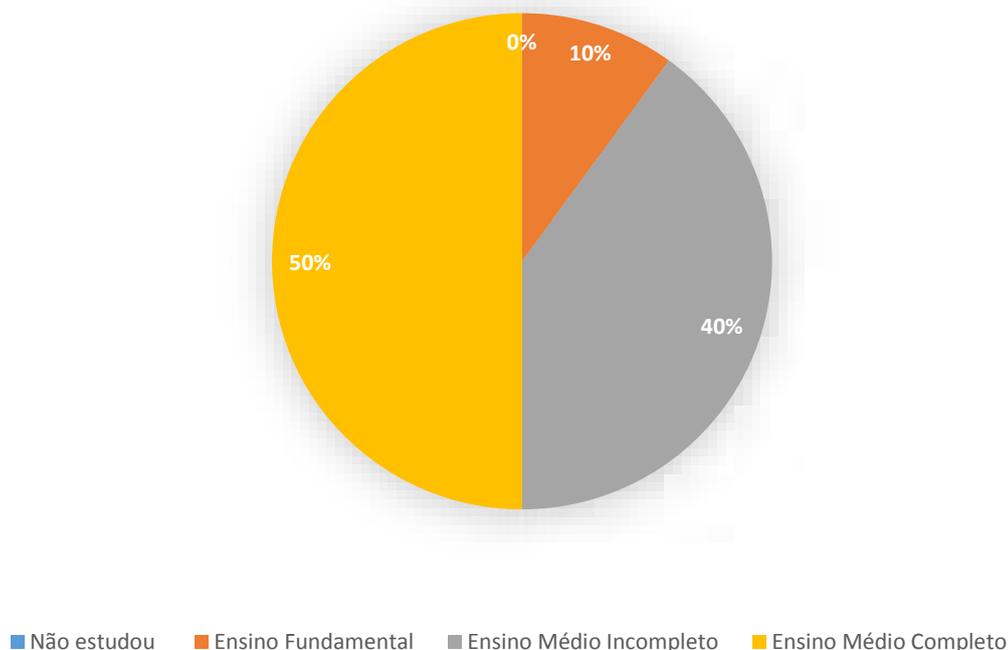
Assim, reafirma o fundamento básico que permite explicar as contradições existentes na sociedade capitalista, uma vez que a moradia não é construída como valor de uso, mas sim como valor de troca e que, portanto, se constitui em uma mercadoria – a qual quem dela se apropria é quem detêm as condições objetivas para arcar com os preços determinados pelo mercado.

Como, na moderna sociedade capitalista, só há capital porque há extração de trabalho não pago, a mais-valia, ela é extraída do trabalhador, mas apropriada pelos detentores dos meios de produção. Em nosso exemplo, referente a realidade da construção civil, em Vitória da Conquista, essa está embutida no valor dos imóveis comercializados, que contêm trabalho necessário e trabalho excedente, esse último apropriado pelos donos dos empreendimentos, sob a forma de mais-valia. E é por meio dessa realidade que se pode compreender a produção da riqueza e a apropriação da riqueza produzida, e como essa contradição produz a cidade desigual, porque classista. Em Vitória da Conquista, considerada pelos dominantes como a “Suíça Baiana”, cujo ideário chega a ocupar o imaginário até mesmo da classe trabalhadora, essas contradições estão presentes e se consolidam, por exemplo no distanciamento entre o processo de produção do espaço – pelo trabalho, e a reprodução da vida, com destaque os espaços da moradia, reafirmando a fragmentação entre essas duas dimensões como uma condição imposta pela sociedade produtora de mercadorias.

Outra questão que nos chamou atenção durante pesquisa de campo e que se contradiz, mais uma vez, com os discursos do capital, a fim de justificar seu processo excludente de reprodução foi a constatação do grau de escolaridade dos trabalhadores da construção civil entrevistados (Gráfico 10), realidade que não se distingue do conjunto de trabalhadores entrevistados em outros setores. A análise dos dados dis-

ponibilizados permite aferir que não há, em absoluto, uma exigência direta que associe alta escolaridade e acesso ao trabalho, ou mesmo o contrário – de que a baixa escolaridade justifica o desemprego. Na verdade, a extração da mais-valia independe da formação escolar, sendo uma condição imposta pelo próprio modo de produção, assim como o desemprego estrutural – que só pode ser explicado como questão fundante de um modo de produção que se consolida no aumento da produtividade do trabalho, intensificado os índices de desemprego, independente da qualificação dos trabalhadores.

Gráfico 10 – Grau de escolaridade dos trabalhadores da construção civil entrevistados. Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

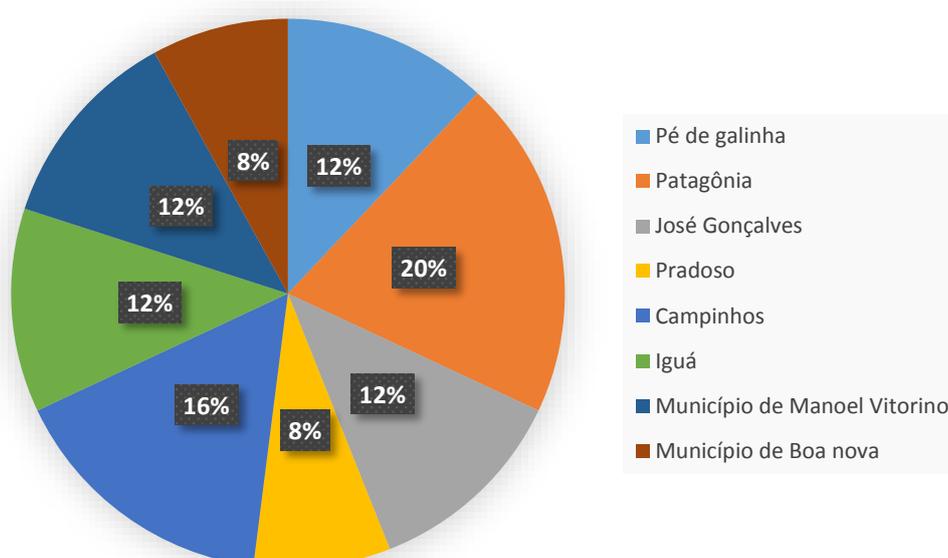
Percebe-se, com base nas informações apresentadas no gráfico 10, que 50% dos trabalhadores entrevistados declararam possuir ensino médio completo, ou outros 50% encontra-se dividido entre trabalhadores com ensino médio incompleto (40%) e ensino fundamental completo (10%). Tais características apontam que os trabalhadores entrevistados possuíram acesso ao ensino, ainda assim não se constituem em uma força de trabalho altamente qualificada, discurso utilizado pelo capital para destacar a diferença entre os que se encontram dentro e os que se encontram fora do

mercado de trabalho. Entendemos que tais determinações se estabelecem dadas as condições concretas de extração da mais-valia, de exploração de trabalho não pago, pouco importando o nível de escolaridade dos trabalhadores, não sendo, portanto, uma relação determinante.

Mas, uma questão é certa, quando se trata de trabalhadores da construção civil, ou de qualquer outro trabalhador envolvido nos diversos setores econômicos de pujança para se produzir o capital, se há as possibilidades de se explorar o pago não pago dos trabalhadores para produzir mais-valia, o capital o faz, independente das condições de reprodução do trabalhador, o que efetivamente importa é se valer desse importante “fator de produção” (MESZAROS, 2002). Entretanto, para o trabalhador, embora seja condição fundamental para sua reprodução social, a venda de sua força de trabalho, sua vida não se restringe a esse momento. Pois esse “é, estar e produz o espaço”, como nos aponta Silva (2001), precisa efetivamente viver a cidade, desfrutar do que ela produz, mas, em geral vive confinado nos espaços precários da cidade.

E é essa contradição já apontada desde a primeira seção desta dissertação que pode ser visualizada por meio das informações prestadas pelos trabalhadores da construção civil entrevistados quanto aos seus lugares de reprodução social no urbano (Gráfico 11 e Mapa 05).

Gráfico 11 – Local onde mora alguns dos trabalhadores da Construção Civil, que trabalham no Terras Alphaville, Vitória da Conquista/BA, 2019.

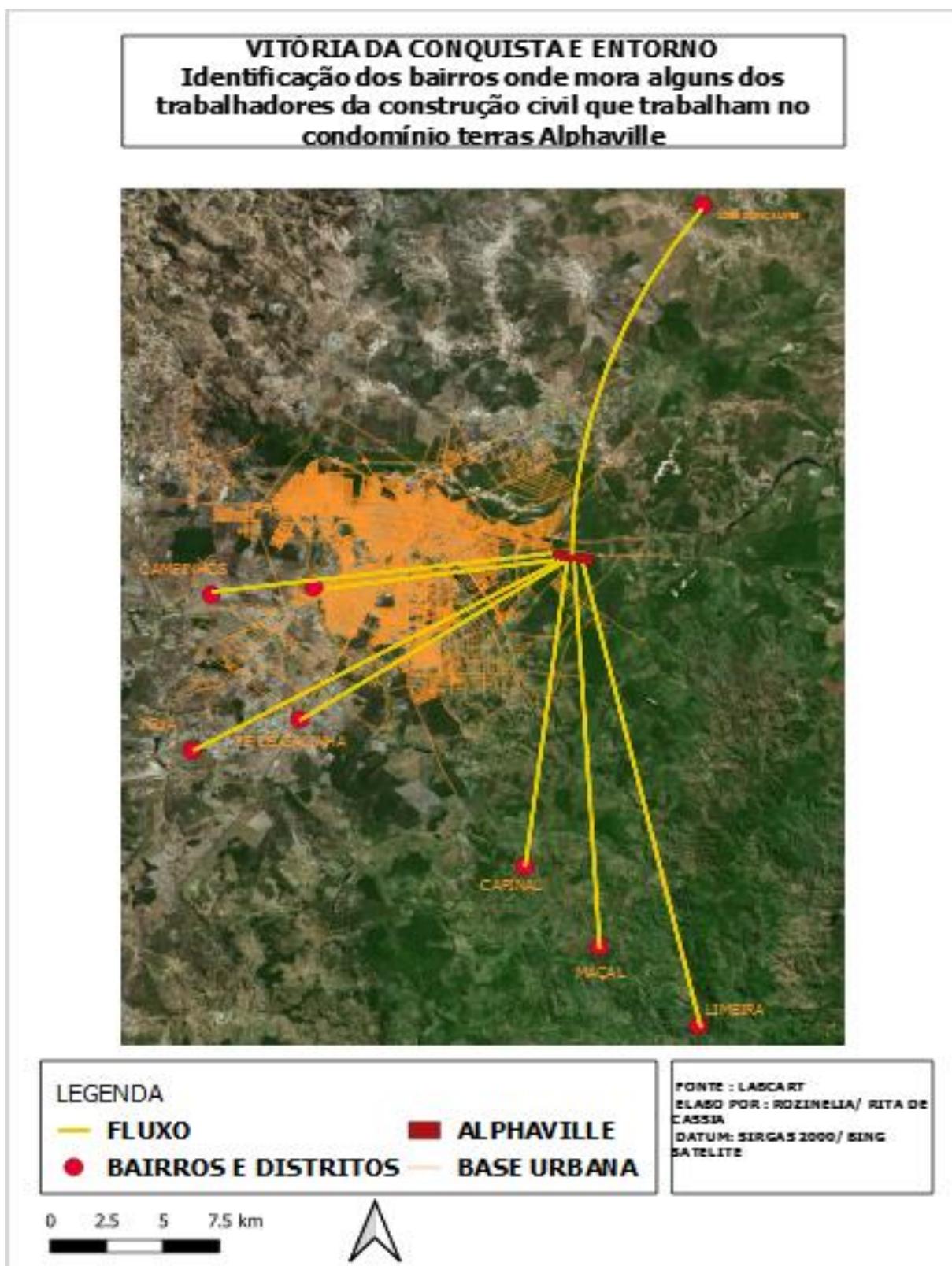


Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

A pesquisa empírica junto aos trabalhadores revelou algumas questões que, em princípio, enquanto pesquisadora da cidade e das relações com o urbano, ainda não havíamos atentado. Embora as informações disponibilizadas permitam aferir a reprodução desses em bairros periféricos da cidade, e mesmo em bairros localizados nas franjas urbanas, em localidades após o anel viário da cidade, uma questão que chamou atenção foi a existência de trabalhadores oriundos de distritos e comunidades rurais, ou mesmo de outros municípios, evidenciando uma mobilidade do trabalho que ultrapassa a escala intraurbana. Embora essa realidade seja um importante aspecto para o estudo, certamente nos aprofundaremos no assunto em pesquisa posterior, dados limites que o tempo para a concretização de uma pesquisa de dissertação impõe. Ainda assim, existe uma evidência clara da fragmentação existente entre o trabalho e a moradia, que repercute nas relações entre a produção do espaço e a reprodução da vida.

Esses deslocamentos que se estabelecem no cotidiano dos trabalhadores entre o trabalho e a vida fora dele, ou seja, os espaços de reprodução social, pode-se observar no Mapa 05 a seguir.

Mapa 05 – Locais onde moram os trabalhadores entrevistados que trabalham no Condomínio Terras Alphaville. Vitória da Conquista/BA, 2020.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

É importante ressaltar que o Condomínio Terras Alphaville se constitui como uma proposta de um local de “luxo”, voltado para a reprodução de uma determinada classe social da cidade ou de outros locais, proprietária ou detentora de uma renda familiar suficiente para arcar com os custos dessa “nova forma”⁶⁶ de morar que certamente não será barata. Realidade que não se afina e não se encontra com os baixos salários recebidos pelos trabalhadores que construíram, pelo trabalho, tais moradias.

De acordo com o que se percebe no quadro 03, os valores dos lotes dos terrenos destinados as moradias com casas amplas e confortáveis são muito altos se comparado aos salários desses mesmos trabalhadores que as constroem e que, em acordo com os entrevistados pela pesquisa, raramente ultrapassa dois salários mínimos, apenas em determinadas funções mais especializadas, sendo que a maioria absoluta dos entrevistados (85%) recebe de um a dois salários mínimos, conforme apontado na figura 37. Já os valores elevados dos lotes dos condomínios de luxo nos quais constroem as moradias que vão agregar ainda mais valor a tais empreendimentos podem ser observados no quadro 03 a seguir.

Quadro 03 – Valores do m² dos principais empreendimentos em Vitória da Conquista- Bahia, 2019

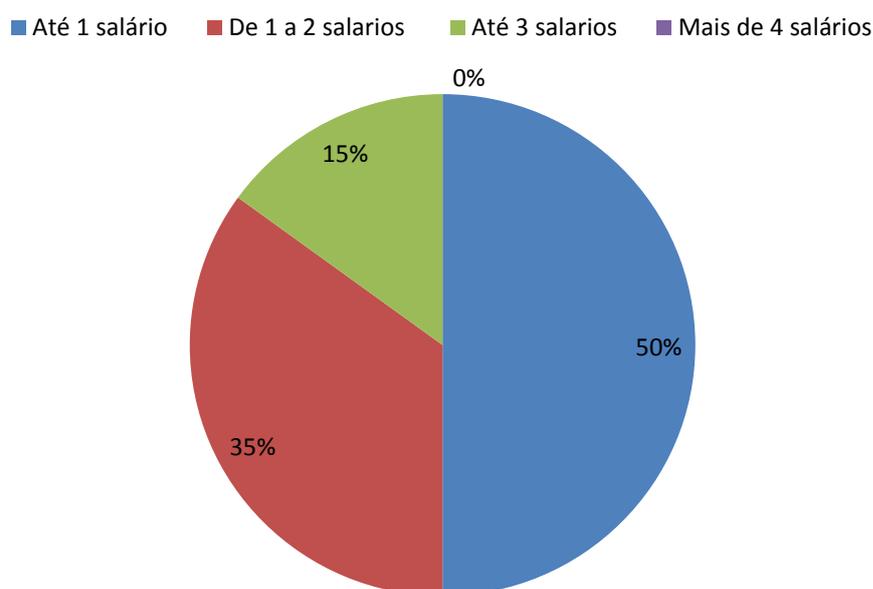
ANO	NOME	LOCALIZAÇÃO	ÁREA DA GLEBA	Nº DE LOTES RESIDENCIAIS	PREÇO R\$
2009	Villa Constantza	Boa Vista	235.541.33 m ²	131/ 1.125	600.000,00
2010	Parque das Águas	Candeias	98. 500 m ²	98/ 500 m ²	449.443,00
2012	Verana Reserva Imperial	BA 263, s/n	487.522.67 m ²	557/ 360 m ²	150.000,00
2012	Terras Alphaville 1	BA 265, s/n	443.168 m ²	517/ 360 m ²	125.000,00
2012	Horto Premier	BA 265, s/n		213/ 300 m ²	140.000,00
2013	Terras Alphaville 2	BA 265, s/n	396.716 m ²	538/ 360 m ²	160.000,00
2013	Lago Premier	BA 265, s/n	–	–	109.134,00
2014	Campus Vivant	BR 116, s/n	3.000.000 m ²	350/ 360 m ²	12.536,00
2014	Haras Residence	BR 116, s/n	800.000 m ²	655/ 360m ²	150.000,00

Fonte: SANTOS, Joelisa Pereira, 2019.

⁶⁶ Tomando por base as reflexões apontadas por Santos (2019) ao referir ao fetiche da mercadoria moradia em condomínios fechados de luxo, dentre eles o Condomínio Alphaville, em que à moradia é agregada uma série de outras mercadorias que vão favorecer a valorização do imóvel, caracterizando um novo jeito de morar intramuros e ao lado dos seus ‘pares’, ou seja de sujeitos/classe com as mesmas ou próximas condições financeiras que as suas.

Isso não quer dizer que os trabalhadores devessem, necessariamente, morar nas casas que constroem ou nas proximidades, mas, apenas que esses – que produzem tanta mais-valia apropriada pelo capital imobiliário e financeiro deveriam ter, ao menos, um salário que lhe permitisse uma condição mínima de reprodução no espaço urbano da cidade, o que efetivamente não acontece. Mas, essa condição não se constitui em um desajuste do modo de produção, ou uma simples questão individual de um ou outro trabalhador. Trata-se de uma questão fundamental e necessária à reprodução do capital e condição para sua existência, conforme já apontado ao longo desta dissertação. A renda dos trabalhadores entrevistados pode ser observada no gráfico 12 a seguir.

Gráfico 12 – Renda dos trabalhadores da construção civil entrevistados em Vitória da Conquista/BA, 2020.



Fonte: Trabalho de campo. Organização: LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, 2019.

O fosso entre os valores dos lotes e residências e o salário pago aos trabalhadores da construção civil permite-nos aferir o elevado índice de extração de mais valia no setor, aspecto fundamental para consolidar a cidade de Vitória da Conquista no cenário estadual, ou mesmo nacional da construção civil, conforme apontado em reportagens jornalísticas e reforçada pelas pesquisas científicas sobre a produção do

espaço urbano, como as realizadas por Alexandre Santos (2014), Miriam Clea Almeida (2015), Ione Cabral (2017), Marília Chaves (2018), Joelisa Santos (2019) dentre outras.

Portanto, tanto a realidade apontada pelos trabalhadores da construção civil quanto dos demais trabalhadores a que se teve acesso na referida pesquisa afere a fragmentação entre os espaços do trabalho e a reprodução da vida nos espaços urbanos, a produção desigual, porque classista, do espaço da cidade, as contradições entre a produção social da riqueza e sua apropriação individual. Nesse processo, os reais produtores da riqueza, aqueles que erguem a cidade mercadoria, encontram-se apartados dessas ou tem a sua reprodução social muito limitada. O acesso à moradia, o local em que residem e as formas de obtenção de infraestruturas básicas e determinados serviços que fazem parte do cotidiano urbano e as limitações desses, conforme visto na subseção 4.1, é apenas uma evidência desse processo.

A esses processos de fragmentação entre a produção do espaço e a reprodução da vida se segue a degradação da vida, a desefetivação do ser social, negado enquanto sujeito, subsumido à condição de mercadoria.

Apartados do projeto da “modernidade” (BERMAN, 1986) os trabalhadores mais pobres se reproduzem nos limites do urbano, na precarização de sua própria força de trabalho, fragmentando sua própria existência. Seu cotidiano, tal qual apontado por Henri Lefebvre (2012), se vê totalmente capturado pelo mundo da mercadoria e sua necessidade premente de extrair trabalho não pago. Assim, a cidade mostra sua face mais perversa e contraditória, mas também mais fascinante, em que as iniciativas de luta e resistência no e pelo urbano, pela vida, pelo trabalho se tornam efetivas. Nesse processo, o debate em torno do Direito à cidade, tal qual apontado por Lefebvre (2001) passa a fazer todo sentido, mas enquanto uma realidade renovada, transformada, que só pode se efetivar fora das amarras da sociedade que transforma a cidade e o próprio sujeito social em mero valor de troca.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da problemática e dos questionamentos lançados por esta dissertação, reafirma-se o fundamento da teoria crítica social que entende a cidade e a produção do espaço urbano por meio do movimento dialético e contraditório da reprodução ampliada do capital, que se efetiva por meio da apropriação privada de toda produção social efetivada por meio do trabalho. Nesse propósito, a cidade é convertida em mercadoria e apropriada historicamente pelas classes proprietárias. Nesse movimento, tanto a moradia quanto o trabalho se convertem em valores de troca.

É com base nas contribuições teóricas trazidas por essa teoria e pelo método do materialismo histórico dialético que buscou-se compreender a produção contraditória da cidade de Vitória da Conquista/BA enquanto uma singularidade inserida no processo de divisão social do trabalho, sofrendo todas as determinações e mediações do processo de reprodução ampliada do capital. E foi assim, que buscou-se apontar as fragmentações oriundas do processo de produção e apropriação da riqueza socialmente produzida, materializada na cidade desigual. Nesse processo, o foco central foi compreender a separação entre a produção do espaço e a reprodução da vida, tendo como sujeitos de pesquisa os trabalhadores que produzem, por meio do trabalho a cidade, mas muitas vezes encontram-se apartados daquilo que produzem e a cidade, assim como o resultado de seu trabalho, lhe é estranha.

Para se chegar a tais conclusões, lançou-se as seguintes questões de pesquisa: Como se estabelece a fragmentação entre o espaço do trabalho e o espaço da reprodução da vida, ou seja, como o acesso à moradia se efetiva nessa dialética contraditória? Em que medida o acesso à moradia se configura como direito à cidade e no acesso/limitação aos espaços do trabalho, tendo como recorte analítico a realidade dos trabalhadores na cidade de Vitória da Conquista? Quais as contradições inerentes a atuação desigual do poder público na produção do espaço urbano e como isso compromete a reprodução da vida dos sujeitos da classe trabalhadora na cidade de Vitória da Conquista/BA? E, por fim: como o trabalho, condição central para a reprodução social, torna-se indispensável para a compreensão e concretização do acesso à cidade, com destaque a realidade evidenciada pelos trabalhadores de Vitória da Conquista/BA?

Na relação teoria e prática foi possível constatar, com base na realidade concreta dos trabalhadores de Vitória da Conquista, a fragmentação entre o espaço do trabalho e o espaço da reprodução da vida, seja por meio do olhar para os locais de moradia, onde buscou-se o contato com trabalhadores que se reproduzem em loteamentos precários quanto em conjuntos habitacionais populares, ou nos espaços de trabalho, sobretudo por meio de entrevista com trabalhadores da construção civil. Nesse sentido, ressalta-se que no setor de grande pujança econômica do município, cerca de 95% dos trabalhadores entrevistados declararam precisam complementar a renda com outros serviços, ou seja, estes que geram tanto capital para as empresas, sequer conseguem uma remuneração digna para sanar as necessidades mínimas da família, a exemplo da moradia. Esse dado permite-nos evidenciar a relação contraditória, e insuperável nesse modo de produção, entre capital e trabalho.

O universo de precariedade na reprodução da vida desses sujeitos é eminente, mas tal realidade não pode ser explicada como uma condição natural. Por isso, o reportar ao processo histórico de expropriação dos trabalhadores dos meios de produção nos deu elementos concretos para se compreender a realidade dos trabalhadores conquistenses estejam esses nos espaços do trabalho precarizado ou na constante necessidade da venda de sua força de trabalho como condição única de se reproduzir no espaço urbano.

Nesse processo, a leitura em Henri Lefebvre também foi fundamental para se entender que mesmo na condição de expropriados os sujeitos se reproduzem no espaço urbano, adquire uma moradia, seja de que forma for – ocupação, loteamento clandestino ou mesmo por meio dos financiamentos da moradia popular, mas essa – embora condição fundamental para se reproduzir e viver na cidade, não garante a esses o direito a usufruir daquilo que a cidade produz. Assim, compreende-se que esse direito à cidade foi inteiramente capturado pelo mundo da mercadoria, usufruindo desse quem pode pagar por ela. Nesse sentido as relações sociais atualmente revelam uma urbanidade marcada pela contradição, o individualismo como condição integrante do processo de reprodução da cidade mercadoria.

A fim de compreender a produção do espaço urbano conquistense, nos reportamos ao processo histórico de apropriação das terras e consolidação de uma classe dominante, com origem na propriedade privada da terra, que, posteriormente, se alia aos interesses dos empreendimentos capitalistas que passam a se desenvolver em um contexto de expansão mundial do capital. Mas, partindo da compreensão de que

só o trabalho produz riqueza, que na sociedade capitalista se converte em capital, são os trabalhadores quem produziram toda essa riqueza capturada sob a forma de trabalho não pago, convertendo-se em mais-valia ou renda fundiária.

Tal contradição capital *versus* trabalho, portanto, é a chave para se entender a produção desigual do espaço urbano, e do espaço urbano conquistense, permitindo compreender porque há tanta riqueza concentrada (e materializada de um lado em condomínios de luxo) e a pobreza generalizada nos espaços de reprodução da vida dos trabalhadores, sobretudo aqueles que se constituem o exército latente de reserva. Assim, a leitura da crise estrutural do capital, tal qual apresentada por Meszáros (2002) tornou-se crucial para se compreender a degradação das condições de trabalho e o desemprego estrutural, que se materializa na precarização das condições de reprodução social de parcelas significativa de trabalhadores nas periferias urbanas, ao passo em que, dialeticamente, tal constatação empírica – que se materializa nos espaços de reprodução da vida dos trabalhadores – é a própria evidência da crise, portanto da incapacidade absoluta do capital de explorar essa força de trabalho disposta a produzir mais-valia.

Expressa também, o processo de expansão da produção e a inserção de Vitória da Conquista no circuito completo do capital, que deve ser compreendido pela forma desigual e combinada na qual se desenvolve, e cuja mobilidade do capital intensifica a mobilidade do trabalho, o que aliado a apropriação das terras e expropriação dos camponeses, que se intensifica com a implantação do monocultivo do café, e de um desenvolvimento do setor de comércio e serviços, como forma de alavancar o consumo, atrai os sujeitos expropriados da terra, que agora na esteira da proletarização tem (ou buscam) no espaço urbano as formas de garantir sua reprodução social. A cidade de Vitória da Conquista cresce e vai mostrando sua face cada vez mais desigual. Nessa dialética, a cidade se configura como *lócus* de possibilidades e de consumo para os sujeitos/classes que consome e se constitui também em possibilidade de reprodução social para aqueles que precisam vender a sua força de trabalho para continuar sobrevivendo.

Os efeitos da crise estrutural e seu crescente desemprego, seguido da informalidade e precarização das condições de trabalho se fazem sentir e explicam as formas degradantes de reprodução social dos sujeitos de pesquisa, uns que no universo da precarização ainda conseguem vender a força de trabalho e adquirir uma moradia própria, mesmo que em suaves e eternas prestações, e outros que sobrevivem dos

bicos, da mendicância e ocupam os espaços mais precários da cidade. Mas, ambos estão no espaço, produzem o espaço, nas suas desigualdades.

O capital também se materializa (e se concentra) no espaço da cidade de Vitória da Conquista, e através do fetiche da mercadoria, dentre essas à moradia de luxo que produz a cidade desigual. Nesse processo cabe destacar duas questões que são fundamentais: 1) os interesses das classes proprietárias locais – que aliadas aos grandes empreendimentos também se beneficia do processo de extração de trabalho não pago, sob a forma de renda fundiária; 2) o poder público – parte da esfera do Estado (aqui compreendido como ente político do capital) – que cria, por meio da legislação e regulação os instrumentos de controle sob o solo urbano, bem como o processo de valorização via imobilização de capital na criação de infraestrutura necessária a acumulação, definindo os lugares dos sujeitos/classes no urbano, dada a condição de consumo que possuem.

Nesse contexto, aos trabalhadores expropriados à ocupação de uma determinada fração no espaço urbano, onde estabelece a moradia, segue-se a busca pela reprodução no espaço urbano, que se dá pelo trabalho, seja esse com algum tipo de especialização e continuidade, seja esse temporário e extremamente degradante, essa é a sua condição de se reproduz e se manter nesse espaço. Por outro lado, a cidade mercadoria se ergue, essa também produto do trabalho social, mas pouco acessível aos trabalhadores mais precarizados, como os entrevistados pela pesquisa. No caso dos trabalhadores da construção civil, constatou-se que esses produzem moradias de luxo, que após prontas e somadas ao valor do solo urbano e todo o processo inerente a valorização da mercadoria chega a cifras de milhões de reais, mas esse mesmo trabalhador se reproduz nos espaços da precariedade e da pobreza, não tendo acesso sequer a serviços básicos, a exemplo da saúde, educação e segurança pública, conforme constatou-se na pesquisa empírica realizada em loteamentos, condomínios populares e canteiros de obra. Se reproduzem nos “bairros de má fama” outrora denominados por Engels ([1845], 2008), convivendo com a violência e a desesperança.

A pesquisa empírica nos permite afirmar que existe um imposição definida do âmbito da cidade mercadoria, que impedem aos trabalhadores que recebem baixos salários vivenciarem uma vida cotidiana de realização, e que o habitar não permite estar com o outro, reconhecer –se em qualquer lugar dessa cidade. Assim o plano do habitar não permite a apropriação dos lugares, a rua deixa de ser marco de

sociabilidade, as referências de urbanidade perdem o sentido, não permitindo a realização da vida social de maneira espontânea para esses sujeitos.

Portanto, o nosso esforço teórico foi no sentido de trazer para o debate questões centrais que estão imbricadas com a esfera produção/reprodução e que afeta a vida do trabalhador dentro e fora do trabalho. Nesse sentido a precarização do trabalho, do trabalhador, assim como o seu *loco* de reprodução, não estão fora da lógica de reestruturação do capital. Com base nos resultados da pesquisa de campo, foi possível constatar que existe uma separação entre a esfera produção/reprodução, uma vez que muitos dos trabalhadores dessa cidade vivem no dia a dia todas as contradições que são inerentes a esse modo de produção, as dificuldades vão desde o não acesso ao trabalho até as péssimas condições de moradia. Assim, o direito à cidade é fragmentado, esses sujeitos não têm acesso aquilo que a cidade oferece e nem apropria da riqueza produzida por eles. Portanto, a metáfora utilizada nessa pesquisa a separação do “O caracol e sua Concha” para nos referirmos a separação social do trabalhador com a produção e reprodução da vida, nos permitiu entender essa fragmentação entre moradia e trabalho no espaço urbano conquistense.

A moradia como uma das condições básicas de reprodução dos sujeitos sociais, está vinculada a lógica da mercadoria, como foi discutido ao longo desta dissertação, seu valor de uso é subsumido pela condição de valor de troca, portanto a condição social do ser é determinante para assegurar seu lugar de moradia no espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista. Assim todo conjunto das condições sociais dos conquistenses, como a moradia, a saúde, o lazer, o emprego e a precarização do ser, estão engendradas na totalidade do capital.

A materialização das relações sociais no espaço urbano se concretiza nas ações do cotidiano dos sujeitos que constroem e dão forma ao conteúdo urbano. Assim, todas as contradições são vividas e refletidas em todas as esferas da vida desses sujeitos, através das impossibilidades que os aprisionam nos seus espaços de moradias, nas péssimas condições de trabalho, enfim, na negação do direito à cidade. Essa realidade está presente no cotidiano dos trabalhadores que constroem essa cidade, mas que não conseguem viver uma vida de qualidade e nem frequentar certos lugares dessa mesma cidade.

A leitura da produção desigual do espaço urbano nos permitiu ainda compreender que a produção do espaço urbano conquistense não está fora da lógica do con-

sumo, como uma mercadoria. Essa realidade acirra as contradições e permite a utilização de mecanismos que escamoteiam a realidade e as diferenças de classe no uso e apropriação desse espaço. Nesse sentido, o papel do poder público e suas ações no espaço urbano são fundamentais no sentido de promover e acirrar essas desigualdades de classe, valorizando determinados locais, em detrimento de outros, a depender das condições de vida/classe dos sujeitos que se reproduzem nos mesmos. Assim, reafirma-se o caráter de mercadoria do espaço urbano e as contradições inerentes a quem produz e quem se apropria desse como forma de gerar renda e lucro.

A partir da realidade observada em Vitória da Conquista, que expressa uma realidade contraditória mais ampla, de extração do trabalho pelo capital, aponta-se para a impossibilidade da continuidade desse modo de produção, conforme apontam os efeitos da própria crise do capital. Neste sentido, nos contrapomos a qualquer abordagem teórica que venha a propor alternativas de reprodução para a classe trabalhadora com reformas estruturais no mundo do trabalho que tem como objetivo central a expansão e acumulação do capital. Portanto, entende-se que o direito à cidade, tal qual apontado por Lefebvre (2006), só se torna possível no momento em que os trabalhadores possam, efetivamente, desfrutar da produção social que é a cidade. Ou seja, quando puderem desfrutar daquilo que a cidade dispõe e que foi e é socialmente produzido, mas que apenas alguns sujeitos (classes) se apropriam. O que significa lutar contra a reificação e a alienação imposta pela sociedade produtora de mercadoria, que implica na negação do trabalho em sua condição abstrata, trabalho não pago, e na reafirmação do trabalho enquanto condição ontológica voltado à emancipação humana.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mirian Clea Coelho. **Produção Sócio-espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista/BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2005.

_____. **Memória, Trabalho e Território: o processo de trabalho na construção civil na cidade de Vitória da Conquista/BA**. Tese. (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista/BA, 2017.

ALVES, Giovani. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e Precarização numa Ordem Neoliberal** (2001). Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/educacion/antunes.pdf>. Acesso em 15 mar 2019.

_____. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOMFIM E GONSALVES. **A RELAÇÃO ENTRE PROGRAMAS ESTATAIS DE HABITAÇÃO E PROMOTORES IMOBILIÁRIOS NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Acessado em 04/07/2019.

Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografia-socioeconomica/Geografiaurbana/19.pdf>.

CABRAL, Ione Santos Rocha. **Entre esquinas esquisitas e nuances de paredes: memória e reprodução do espaço na cidade de Vitória da Conquista/BA**. Tese. (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista/BA, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a**

Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. A Geografia Crítica e a crítica da Geografia. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XI, núm. 245 (3), 1 de agosto de 2007. ISSN: 1138-9788.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CHAVES, Marília Faria. **Renda da terra na produção do espaço de Vitória da Conquista/BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec. 1980.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IKUTA, Fernanda Keiko. **A questão da moradia para além de quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos de produção e reprodução em Presidente Prudente**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente/SP, 2003.

_____. **Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia: articulações, contradições e possibilidades do confronto capital x trabalho**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente/SP, 2008.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho. Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004. 275p.

Jornal **Avoador**, disponível em: <https://avoador.com.br/poder/moradores-das-zonas-sul-e-oeste-de-conquista-reclamam-da-demora-na-conclusao-da-avenida-perimetral/>. Acessado em 21/02/2020.

LEBRÃO, Jemeffer de Souza. **Mobilidade do trabalho e produção da periferia urbana de Vitória da Conquista/BA**. Especialização em Análise do Espaço Geográfico. Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

_____. **Luta pelo trabalho: precarização e mobilidade do trabalho na relação campo-cidade.** Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.
_____. **A Produção do Espaço.** Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte, 2006.

_____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Editora Centauro, 2006.

_____. A “Práxis”: A relação Social como processo. In: FORRACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de Introdução à Sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 2012. ISBN 978-85-216-0599-7.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens. Trabalho e ser social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **Mundo dos homens.** Trabalho e ser social. 3. Ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

_____. TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOPES, Rita de Cássia Ribeiro. **Da habitação popular ao direito à cidade: o programa Minha Casa Minha Vida no Vila do Sul e Vila Bonita em Vitória da Conquista – BA.** Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

LOPES, Rita de Cássia Ribeiro, SOUZA, Suzane Tosta. Das políticas habitacionais ao direito à cidade: reflexões sobre a produção contraditória da cidade de Vitória da Conquista/BA. **Revista Pegada Eletrônica** (Online). V. 18, p. 153, 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à economia política.** Tradução de Carlos Leite. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro 1, Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro 1: o processo de produção do capital; tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MEDEIROS, Ruy Herman de Araújo. Para conhecer a História de Vitória da Conquista. **Jornal O Fifó.** Vitória da Conquista, 06 de dezembro de 1977. p. 06.

_____. A Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento de Vitória da Conquista. **Jornal O Fifó**. 03 de janeiro de 1978. p. 09.

_____. Uma pretensão de J. Gonçalves. **Jornal O Fifó**. 10 de janeiro de 1978. p. 09.

_____. Os loteamentos e a expansão urbana de Vitória da Conquista. **Jornal O Fifó**. 25 de janeiro de 1978. p. 08 e 09.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital. A Geografia do (Des)Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2007.

MESZAROS, István. **Para além do Capital**. Rumo a teoria da Transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil. Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX**. Salvador: EDUFBA. Feira de Santana: UEFS, 2005. 290p.

ROCHA, Fátima Crislaine Batista. **Trabalho, divisão do trabalho e oposição entre o campo e a cidade na produção do espaço**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia /PPGEO/UESB. Vitória da Conquista/BA, 2018.

ROCHA, Flávia Amaral. **Territorialização e desterritorialização: ação das políticas públicas habitacionais no bairro Campinhos, Vitória da Conquista/BA**. Especialização em Análise do Espaço Geográfico. Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013.

_____. **A produção do Programa Minha Casa Minha Vida em Vitória da Conquista/BA – 2009-2018**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

ROCHA, Ione Santos. **Produção e Valorização do espaço de Vitória da Conquista: uma análise das estratégias e transformações no bairro Boa Vista**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2005.

SANTOS, Alexandre de Jesus. **Memória, ideologia e lutas de classes em Vitória da Conquista: a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais**; 203f. Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

SANTOS, Antonio Luiz. **Produção de Riqueza e Pobreza na Expansão Cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça**. 1987. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 1987.

SANTOS, Joelisa Pereira. **A produção dos espaços da periferia urbana de Vitória da Conquista/BA na contradição capital versus trabalho**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SILVA, Lenyra Rique da. **A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 2001.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2001. 220p.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes. Camponeses em luta pelo território no Sudoeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2008.

_____. SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos Santos. **Considerações sobre a mobilidade do trabalho na relação campo-cidade em Vitória da Conquista/BA**. In: III Encontro Baiano de Geografia e X Semana de Geografia da UESB. Vitória da Conquista/BA, 2011.

_____. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Avanço do capital e barbárie societal no campo brasileiro. **Revista Geopauta**. Vol. 3 N. 3, 2019. ISSN 2594-5033

TONET, Ivo. **Método científico. Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukacs, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA- UESB DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DG PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa de mestrado: **Luta pelo trabalho no processo de produção do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA: entre o acesso a moradia e o “direito” à cidade**

Autora: Rita de Cássia Ribeiro Lopes

Questionários para: os moradores dos conjuntos habitacionais Campo Verde e Vila Sul, Vila Bonita em Vitória da Conquista-BA

QUESTIONÁRIO N°			
-----------------	--	--	--

Data do preenchimento do formulário ____ / ____ / ____

Nome: _____ (não) obrigatório.

Idade: _____ Sexo: Masc. () Fem. () Outros ()

O Sr. (a) Estudou? Até qual série? Se parou qual foi o motivo

1) Qual é o seu lugar de origem (naturalidade)?

2) Há quanto tempo mora nessa residência? A casa é própria ou alugada?

3) Quantas pessoas moram em sua residência? Quantos trabalham? Quantas desempregadas?

a) Que tipo de serviços fazem?

b) Possuem carteira assinada?

b) Alternam o tipo de trabalho durante o ano?

c) Existe dificuldade maior em se conseguir um emprego em determinado período do ano? Explique.

d) Com relação ao desemprego, esse aspecto altera as condições de vida da família? De que maneira?

4) De quanto é a renda mensal da família?

- 1 salário
 2 salários
 3 a 5 salários
 Acima de 5 salários

5) Essa renda altera durante o ano? Porque

6) Recebe algum “recurso” do governo? Qual?

- Bolsa Família Pensão Aposentadoria Outros

7) Exerce outra atividade como complemento da renda familiar?

- Sim Não

Qual?

8) Como o Sr.(a) avalia a qualidade dos serviços públicos ofertados para o Condomínio/loteamento?

- a) Iluminação
b) Saneamento
c) Calçamento

- Ótimo Bom Ruim Péssimo

9) Houve melhorias na vida do Sr.(a) após sua chegada no condomínio/loteamento?

- Sim

Quais? _____

- Não. Por quê?

10) Qual a principal dificuldade encontrada pelo Sr.(a) aqui no condomínio?

11) Quais os principais problemas relacionados com o acesso à escola para seus filhos?

a) A distância das escolas?

b) A falta de transporte escolar?

c) A falta de escola?

Outros?

12) Quanto ao acesso a unidade de saúde para atendimento médico como o Sr. (a) avalia? E porquê?

13) Principais problemas relacionados com a locomoção dos moradores?

a) A localização dos condomínios ()

b) Poucos ônibus ()

c) O percurso dos ônibus ()

Outros

14) Quanto tempo o Sr(a) gasta para chegar ao trabalho?

10-20 min.() 20-40 () 40-60 () > 60 ()

15) A ida para o “novo” local de moradia dificultou ou facilitou o acesso ao trabalho? Por que?

16) Qual o seu grau de satisfação com relação à segurança no condomínio?

Péssima () Ruim () Boa () Muito boa ()

17) Qual a principal forma de lazer utilizada pela família do Sr (a)?

TV ()

Cinema ()

Internet ()

Shopping ()

Bares ()

Praças públicas ()

() Igreja

Outras?

18) Qual o grau de satisfação do Sr (a) quanto a utilização dos seguintes serviços no Condomínio?

Farmácia:

() Ótimo

() Bom

() Ruim

() Péssimo

Internet

() Ótimo

() Bom

() Ruim

() Péssimo

Supermercado:

() Ótimo

() Bom

() Ruim

() Péssimo

Padarias:

() Ótimo

() Bom

() Ruim

() Péssimo

19) Quantos dias na semana o Sr(a) se desloca para outros locais da cidade de Vitória da Conquista?

a) Para onde vão?

b) O que fazem?

20) E seus filhos fazem o que aqui no Condomínio/loteamento?

21) No geral, vocês estão satisfeitos em residir aqui?

22) O que você acha que precisa melhorar?

Mais de 6 meses
até 1 ano

Mais de 10 anos

6. Seu cargo:

Ajudante

Pintor

Mestre de obras

Pedreiro

Carpinteiro

7. Trabalha em média quantas horas por dia?

8. Quais as condições do ambiente de trabalho? Existe sanitário, refeitório ou outros espaços para o descanso?

9. Qual o principal meio de transporte utilizado para vim trabalhar:

A pé

Moto

Transporte público |

Bicicleta

Carro

10. Quanto tempo gasta em média para chegar até o local de trabalho:

De 10 a 20 mi-
nutos

Mais de 30 mi-
nutos até 1 hora

Mais de 2 horas

Mais de 30 mi-
nutos

Mais 1 até 2 horas

11. Qual a média salarial:

Até 1 salario

Mais de 2 até 3

Mais de 4

Mais de 1 até 2

Mais 3 até 4

12. Reside em qual local na cidade?

13. A renda é suficiente para suprir as necessidades da família? E porquê?

14. Tem outra atividade para complementar a renda:

Sim

Não

14. Você consegue ficar empregado durante todo o ano?

**15. Como você avalia a perspectiva de futuro para o trabalho na construção ci-
vil. Pretende mudar de ramo? Se sim, por que?**

16. Quanto ao local que reside, você está satisfeito? Existe alguma dificuldade para chegar no local de trabalho? Qual?

APÊNDICE 3

APÊNDICES/ ENTREVISTA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)

Mestrado em Geografia

Nº _____

Pesquisa de mestrado: **Luta pelo trabalho no processo de produção do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA: entre o acesso a moradia e o “direito” à cidade:** Rita de Cássia Ribeiro Lopes.

Aplicador:

Data: ___/___/2019

Entrevista direcionada para um representante de construtora

- a) Como é feita a escolha dos terrenos para construção das residências de moradia popular em Vitória da Conquista?
- b) Os conjuntos habitacionais de moradia popular são construídos sempre nas extremidades da malha urbana. Por que isso acontece?
- c) Quais os critérios utilizados para definir os tamanhos das residências?
- d) Vocês possuem contato ou parceria com alguma agência de financiamento? Como funciona?
- e) Nos últimos anos tem-se verificado um crescimento significativo das construções na cidade de Vitória da Conquista/BA, há que se deve e como vocês avaliam esse crescimento?
- f) Quais as principais demandas do setor na atualidade?
- g) Em algumas cidades brasileiras, como em Salvador, verifica-se uma certa diminuição do ritmo das construções, em decorrência, sobretudo, dos efeitos da crise. Como vocês avaliam esse cenário com relação a Vitória da Conquista/BA?
- h) Sobre os trabalhadores: como são escolhidos e qual o perfil desses?
- i) Quais os principais locais de residência desses?

APÊNDICE 4**APÊNDICES/ ENTREVISTA**

Nº _____

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)****Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)****Mestrado em Geografia**

Pesquisa de mestrado: **Luta pelo trabalho no processo de produção do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA: entre o acesso a moradia e o “direito” à cidade:** Rita de Cássia Ribeiro Lopes.

Data: ___/___/2019

Aplicador:

Entrevista com o presidente da associação do bairro Patagônia.

- a) A associação é atuante?
- b) Quais os principais problemas existentes na comunidade?
- c) O desemprego é um fator que dificulta a vida dos moradores do bairro?
- d) Em que sentido?
- e) Como a associação atua juntamente com a comunidade para buscar solucionar as principais demandas da população do bairro?
- f) Existe alguma parceria com o poder público?
- g) Atualmente a Associação vem desenvolvendo alguma ação ou parceria no sentido de abarcar/minimizar algumas demandas do bairro?